

REVISTA DO **Exército Brasileiro**

Vol. 153 – 3º quadrimestre de 2017 – Edição Especial

**Guerra da
Tríplice Aliança
150 anos**



José Simeão de Oliveira: combatente brasileiro p.5
Cláudio Skora Rosty

A Força Expedicionária do Mato Grosso p.27
Claudio Luiz de Oliveira

Memória e identidade da Guerra da Tríplice Aliança p.87
Antonio Ferreira Sobrinho



Diretoria do Patrimônio Histórico
e Cultural do Exército
Gen Div Riyuzo IKEDA

Editor

Cel Com Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial

Gen Bda R/1 Marcio Tadeu Bettge Berço
Cel QMB R/1 Francisco José Mineiro Junior
Cel Art R/1 Antonio Ferreira Sobrinho
Cel Inf R/1 Cláudio Skora Rosty
Cel Cav R/1 Eduardo Sczalilli Pantoja
Cel Cav R/1 Claudio Luiz de Oliveira
Ten Cel R/1 Maristela da Silva Ferreira

Composição

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE
HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHIMEX)
Rua General Canabarro, 731
Maracanã – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20271-240
Tel.: (21) 2567-1695

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação

Julia Duarte
juliaduarte@gmail.com

Impressão

Globalprint

Direção, edição e distribuição

BIBLIEX

Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marcílio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.bibliex.eb.mil.br
bibliex@bibliex.eb.mil.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para a EsAO**
(esao.reb@gmail.com)

e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Sup.) e 2,5cm (Dir. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

As referências, **sob exclusiva responsabilidade dos autores**, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715

REVISTA DO Exército Brasileiro

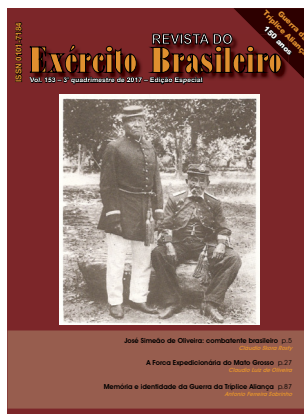
Vol. 153 – 3º quadrimestre de 2017 – Revista oficial do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1 - v.8, 1882-1889; v.1 - v.10, 1899-1908; v.1-v. 22, 1911-1923; v. 23-v. 130, 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8 cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982-, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.



NOSSA CAPA

Índios terena na Guerra do Paraguai.
Reprodução obtida na Internet (domínio público).
Diagramação: Julia Duarte

Editorial

REVISTA DO Exército Brasileiro

Vol. 153 – 3º quadrimestre de 2017 – Revista oficial do Exército Brasileiro

Prosseguimos vivenciando os 150 anos do maior conflito armado do continente sul-americano, a Guerra da Tríplice Aliança, iniciada em 1864 e terminada em 1870. Ao rememorar episódios marcantes do período, coletamos valiosos ensinamentos, que nos ajudam na construção do futuro, ao mesmo tempo em que reverenciamos a memória de homens e mulheres que derramaram incontidas lágrimas, verteram caudaloso suor, suportaram extrema dor, venceram vultosos obstáculos como fome, doenças, frio, privações diversas e salpicaram o terreno com bravo sangue, doando saúde e preciosas vidas em defesa da sagrada terra natal.

O Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), cumprindo com os objetivos para os quais foi criado, tem levado a efeito diversas pesquisas, realizado seminários e participado de eventos sobre o tema. Assim, a cada período, se ampliam os conhecimentos sobre esta guerra, que opôs Brasil, Argentina e Uruguai ao Paraguai, o maior conflito armado da América do Sul, um marco na história do continente.

Muitos estudiosos a consideram o principal símbolo da consolidação do sentimento de nacionalidade no âmbito da população brasileira. Por vez primeira, combatentes oriundos do Norte e do Nordeste ombream com gaúchos e sulistas. Negros, brancos e indígenas, repetindo Guararapes, lutaram juntos, empunhado armas em defesa da pátria ainda em formação. Ao Exército de Linha se somaram integrantes da Guarda Nacional, e uma instituição específica foi criada para atuação, o Corpo de Voluntários da Pátria. As agruras dos combates amalgamaram o amor à terra-mãe.

Outros aspectos significativos foram a mobilização da vontade popular, com pessoas fornecendo ajuda de todo tipo e, em especial, entendendo a pertinência dos sacrifícios que lhes eram impostos.

A presente edição desta Revista do Exército Brasileiro nos traz preciosidades acerca do conflito. Uma é a história de um combatente que atuou durante toda a campanha, desde o seu início até o final, em Cerro Corá. Outra aborda o sul da então província do Mato Grosso, desde o final da guerra, com todas as suas consequências, até os anos 1930. Um importante episódio, heroico, extenuante e comprovador da tenacidade e da resistência do brasileiro, é retratado em dois artigos que contam a história da Força Expedicionária do Mato Grosso, protagonista da célebre Retirada da Laguna. Em um deles, vemos sua importância e seu significado estratégico. Em outro, conhecemos aspectos da Logística, da Geografia e dos combates. A atuação de indígenas é mostrada, assim como sua inserção no processo de consolidação do Estado Brasileiro. E, ainda, a influência da guerra sobre os territórios por eles habitados. A preservação da memória e da identidade de locais, práticas, pessoas e fatos está no foco de detalhada reflexão.

E, como contextualização abrangente, temos uma visualização do conflito em seu todo, político, econômico e militar, comparável a uma verdadeira tempestade que se abateu sobre o Cone Sul do continente entre 1864 e 1870.

Em suma, esta é uma edição bastante inovadora, na medida em que aborda aspectos não tanto mostrados anteriormente bem como novos conhecimentos obtidos por intermédio de adequadas pesquisas.

Como todas as guerras, esta é um enorme campo de estudos e de coleta de ensinamentos.

É bem verdade que a campanha custou caro, e muito caro. Quem pagou a conta foi o Império Brasileiro ou, em última instância, seu povo. Estima-se um gasto total de quase 11 vezes o orçamento anual do Império, ou o dobro das receitas a cada ano. O resultado foi um brutal endividamento, coberto por meio de aumento nos impostos e de empréstimos.

No campo político, notou-se sensível desgaste do regime monárquico, com incremento do abolicionismo, e se verificou aumento na recepção de imigrantes. Confirmou-se a necessidade de integração do nosso extremo Oeste, então isolado.

A pátria Guaraní perdeu territórios para a Argentina e o Brasil. Estas duas nações, que rivalizavam no Prata, tiveram o Paraguai e o Uruguai consolidados como estados-tampões entre elas.

Que as lições destes 150 anos passados sirvam de alento a nós e aos nossos vizinhos, irmanados mais e mais, neste século XXI, em busca do almejado progresso e bem-estar para nossos povos.

Se as causas das guerras naquela época eram primordialmente as disputas territoriais e as dominações políticas, no mundo atual, as fontes de conflitos são bastante diversas. Hoje os maiores obstáculos à paz se apresentam embutidos em nacionalismos atávicos, políticas extremistas, movimentos populistas e organizações criminosas, além do terrorismo e dos conflitos urbanos de baixa intensidade, frutos de miséria e pobreza. Em nossa área, os grandes adversários se apresentam travestidos de corrupção, fisiologismo e populismo. Ainda subsistem, mesmo que poucos, alguns ranços do passado e ideias de revanchismos. Sofremos com debates ideológicos ultrapassados, má distribuição de renda e, finalmente, com ameaças de catástrofes naturais.

Sofremos com aquela guerra! Entretanto, no presente, os ventos sopram em direção a posturas político-econômicas sintonizadas e coordenadas, mantemos com os irmãos sul-americanos um processo de salutar convivência. Buscamos, todos, consolidar uma zona de cooperação, com mecanismos de consulta e confiança mútua, esforços conjugados nos foros internacionais e diálogo para solução pacífica de conflitos.

O exemplo que propiciamos ao mundo é magnífico quando olhamos nossas fronteiras, que são espaços de confraternização e de trocas comerciais benéficas a todos. Compartilhamos cidades; vias e pontes nos ligam. Nós não construímos, como em outras plagas se faz, muros que apartam povos, dividem etnias, separam culturas e sufocam economias!

Boa leitura!

- 5** **José Simeão de Oliveira: combatente brasileiro que lutou desde o início da Guerra da Tríplice Aliança até o fim, em Cerro Corá**
Cláudio Skora Rosty
- 16** **Reflexos e consequências da Guerra do Paraguai no sul de Mato Grosso entre os anos de 1889-1930**
Vinícius Rajão da Fonseca
- 27** **A Força Expedicionária do Mato Grosso na Guerra da Tríplice Aliança**
Claudio Luiz de Oliveira
- 48** **Os cento e cinquenta anos da Retirada da Laguna: logística, geografia e combate**
Paulo Marcos Esselin
Luiz Henrique Ferreira Fernandes
- 65** **Os terena e a consolidação do Estado Brasileiro**
Lenir Gomes Ximenes
- 77** **A Guerra do Paraguai e a usurpação dos territórios indígenas**
Adilso de Campos Garcia
- 87** **Memória e identidade da Guerra da Tríplice Aliança (GTA)**
Antonio Ferreira Sobrinho
- 99** **1864/1870 — uma tempestade na bacia do Prata**
Marcio Tadeu Bettega Bergo

N. da R.: O emprego da inicial maiúscula e do plural para os gentílicos indígenas não é matéria pacificada na língua culta. O leitor encontrará, nesta edição da REB, as várias possibilidades para esses vocábulo, respeitada a escolha de cada articulista.

José Simeão de Oliveira

Combatente brasileiro que lutou desde o início da Guerra da Tríplice Aliança até o fim, em Cerro Corá

*Cláudio Skora Rosty**

Introdução

A motivação inicial para a realização deste estudo ocorreu de forma acidental. Este pesquisador encontrava-se, em 2011, em visita à catedral de Saint Patrick, na cidade de Nova York, quando deparou com uma placa registrando a morte súbita, naquele espaço, do nosso ilustre biografado, marechal José Simeão de Oliveira, combatente da Guerra da Tríplice Aliança.

Minha curiosidade e interesse foram imediatos, em que circunstâncias haveria o marechal morrido naquela igreja tão distante de sua terra natal? Qual sua história militar? Quem foi José Simeão de Oliveira?

À medida que a pesquisa sobre esse vulto histórico progredia, percebi que esse combatente, além de atuar do início ao fim da Guerra do Paraguai, prestou relevantes serviços à pátria. Para melhor conhecer e resgatar essa história, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, documental (fotos e cartas cedidas por sua sobrinha-bisneta Marietinha Monteiro Leão de Aquino¹), bem como uma pesquisa de campo em Assunção e em Cerro Corá.



Figura 1 – José Simeão de Oliveira

Fonte: reprodução obtida na Internet (domínio público)

As seções seguintes deste trabalho, *Vida militar; Guerra da Tríplice Aliança, carreira das armas e estadista*, mostrarão os resultados da pesquisa realizada e trarão à luz uma vida dedicada inteiramente à defesa da pátria.

Vida militar

José Simeão de Oliveira² nasceu em 26 de setembro de 1838, na cidade do Rio Gran-

* Cel Inf R/1 (AMAN/75, EsAO/85, ECEME/94), historiador Militar da Seção de Pesquisa Histórica do CEPHiMEEx.

de-RS, filho legítimo de José Simeão de Oliveira, natural da província do Rio de Grande do Sul. Foi batizado por Manoel Marques de Souza – conde de Porto Alegre. Apresentou-se voluntariamente para servir à pátria no 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, sob o comando do então major Emílio Luiz Mallet, futuro patrono da Artilharia, em 4 de fevereiro de 1855, com licença para estudar na escola da referida província.

Foi nomeado alferes-aluno em 14 de março de 1858; promovido a alferes para o Corpo de Estado-Maior de 1ª classe em 31 de março de 1859; tenente em 2 de dezembro de 1862; capitão em 1 de junho de 1867; major graduado em 14 de abril de 1871, com antiguidade de 6 de outubro de 1870; major efetivo em 21 de dezembro de 1871, por merecimento; tenente-coronel em 22 de junho de 1875, por merecimento; coronel em 25 de julho de 1880, também, por merecimento; brigadeiro, em 25 de abril de 1888; a marechal de campo em 30 de janeiro de 1890; marechal graduado em 19 de março de 1892; marechal efetivo em 7 de abril de 1892.

Frequentou as escolas militares de Porto Alegre e da Praia Vermelha. Em 1862, concluiu o curso de estado-maior, recebendo o grau de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

Guerra da Tríplice Aliança

Síntese do Conflito

Desde meados de 1862, a nação paraguaia já se vinha preparando para a guerra. Os conflitos

gerados entre seus vizinhos platinos, em consequência das invasões ao território brasileiro no Norte (Campanha do Mato Grosso) e, posteriormente, no Rio Grande do Sul e Entre Rios, na Argentina, na intenção de controlar a navegação do rio da Prata, obrigaram os países invadidos a assinar o Tratado de Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai. Argentina, Brasil e Uruguai procuraram mobilizar-se para dar fim, o mais rápido possível, àquele conflito. O que parecia ser fácil durou, praticamente, mais de cinco longos e desgastantes anos.

Entrada em Ação

No posto de alferes, participou da campanha do Estado Oriental do Uruguai, na guerra contra Aguirre (1864-1865), como engenheiro, na função de encarregado do registro histórico das operações, descrevendo o itinerário e a parte histórica das operações e nela assistindo ao ataque de Paissandu e capitulação de Montevideu.



Figura 2 – Declaração de guerra

Fonte: elaborado pelo autor

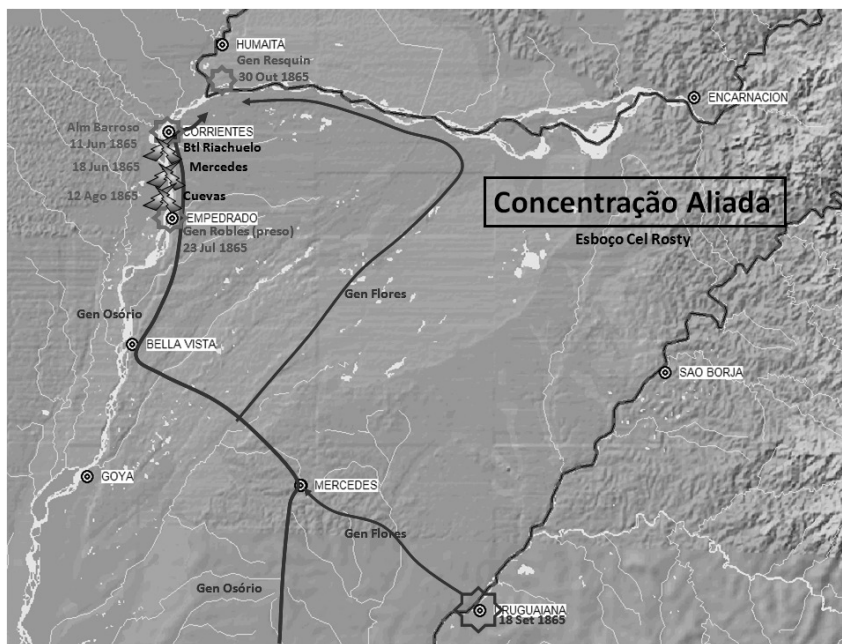


Figura 3 – Concentração aliada

Fonte: elaborado pelo autor

Concentração e ofensiva aliada

Após essa campanha, continuou com a concentração de tropas aliadas para a Guerra do Paraguai, agora como membro da comissão de engenheiros do 1º Corpo do Exército, tomou parte nos trabalhos preparatórios para a travessia do rio Paraná; no reconhecimento da ilha de Redenção em frente a Itaipirú a 29 de março; na ocupação e fortificação da mesma ilha a 5 de abril; comandou o vapor Duque de Saxe durante a passagem do Exército; e tomou parte no combate de 2 de maio (Estero Bellaco) e na batalha de 24 de maio (Tuiuti), tudo de 1866.

Em 1867, foi nomeado assistente do deputado do ajudante-general junto ao comando da 2ª Divisão de Cavalaria a 22 de fevereiro. Passou com a mesma divisão a fazer parte da vanguarda dos corpos do Exército

que, em 22 de julho, encetaram de Tuiuti o movimento de flanco sobre Humaitá. Tomou parte no ataque de 31 daquele mês em Tuiu-Cué, tendo sido elogiado pelo comando da 2ª Divisão de Cavalaria pelo valor e atividades desenvolvidas no referido combate; acha-se compreendido no louvor feito pelo comandante em chefe, em 2 de agosto, aos oficiais e praças que tomaram parte naquele ataque.

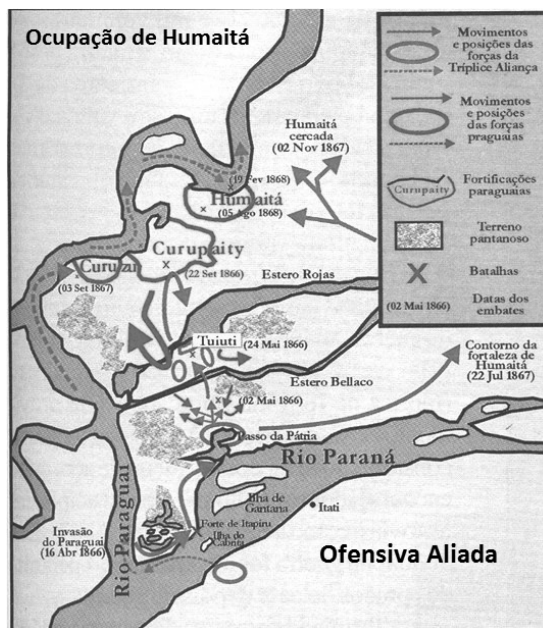


Figura 4 – Ofensiva aliada

Fonte: elaborado pelo autor

Marchou a 3 de agosto com as forças que atacaram o inimigo em São Solano, assistindo ao combate daquele dia e sendo mencionado pelo brigadeiro comandante da 2ª Divisão de Cavalaria pelo valor, inteligência e atividade com que se portou; ache-se compreendido no elogio feito pelo comandante em chefe em sua ordem do dia nº 112.

Marchou com a 2ª Divisão de Cavalaria em 18 de setembro; tomou parte nos combates de 19 no Potreiro Ovelha e, a 20, na vila do Pilar, sendo elogiado pelo comando da referida 2ª Divisão pelo modo distinto com que se portou, desenvolvendo grande atividade e inteligência; foi nomeadamente louvado pelo marechal do Exército marquês de Caxias pela perícia e denodo com que se portou, a par do cumprimento dos seus deveres.

Tomou parte nos combates de 3 de outubro, nas imediações de São Solano, e de 21 do referido mês em Tataibá, sendo elogiado pelo comando da 2ª divisão pela intrepidez, atividade e zelo que desenvolveu durante o ataque; acha-se contemplado no elogio feito pelo comandante em chefe, em sua ordem do dia nº 144, aos que tomaram parte no triunfo alcançado pela referida cavalaria. Marchou a 28 e a 29 tomou parte no combate de Potreiro Ovelha, sendo mencionado pelo comando da 2ª divisão, achando-se compreendido no elogio feito pelo comando em chefe em sua ordem do dia nº 152. Assistiu ao combate de Taíí em 2 de novembro, sendo mencionado pelo comandante da 2ª Divisão, está compreendido no elogio feito pelo comando em chefe em sua ordem do

dia nº 153, pelo modo distinto aos que tomaram parte naquele combate.

Em 1868 foi nomeado, em 5 de maio, assistente do deputado do quartel-mestre-general junto ao comando em chefe. Assistiu ao reconhecimento feito a viva força sobre as trincheiras de Humaitá e, bem assim, a ocupação da mesma praça em 5 de agosto. Marchou para Tebiquarí e tomou parte, no dia 28 de agosto, no ataque do reduto de Passo Real; sendo encarregado de dirigir o trem de assalto, foi nomeadamente elogiado pelo comando em chefe, em sua ordem do dia nº 248, por ter sido particularizado na parte que, sobre esse combate, deu o brigadeiro Andrade Neves, barão do Triunfo. Foi exonerado daquele cargo e nomeado assistente do deputado do ajudante-general junto ao comando da 2ª Divisão de Cavalaria em 14 de novembro.

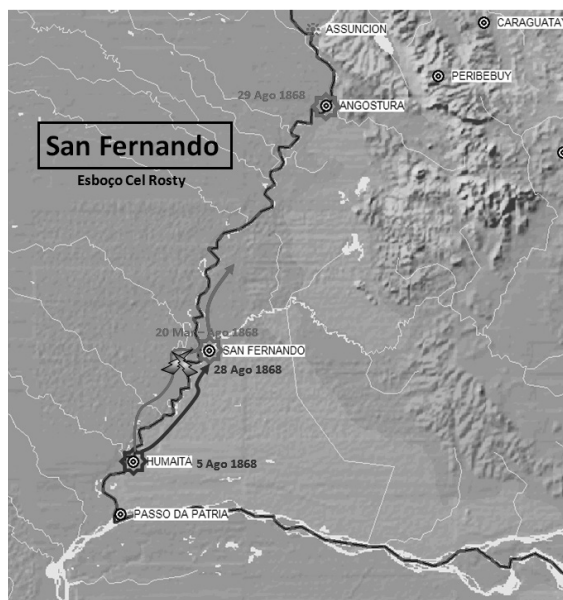


Figura 5 – San Fernando
Fonte: elaborado pelo autor

do no número dos oficiais e praças aos quais sua alteza o príncipe conde d'Eu, comandante em chefe, mandou louvar pelos feitos de Tupium; no voto de felicitação e reconhecimento da Câmara dos Deputados, por ter alcançado para a pátria glória imorredoura e para si o nome de bravo e a gratidão do país; no elogio mandado fazer por sua majestade, o imperador, aos oficiais e praças que tomaram parte no combate de Tupium e na felicitação que a Assembleia Legislativa da província do Rio Grande do Sul fizera ao Exército e a Armada. Tomou parte no ataque de Peribebuí a 12 de agosto; marchou a 10 em direção a Caacupê e contramarchou a 15, tomando parte a 16 na batalha de Campo Grande; a 18, no combate da Picada de Caguijurú, acampando no mesmo dia em Caraguataí, tudo do referido mês, sendo por todos esses feitos recomendado pelo brigadeiro comandante da 2ª Divisão de Cavalaria em suas partes, por ter cumprido o seu dever, declarando, quanto à batalha de Campo Grande, que se lisonjeava, mencionando-o pelo auxílio que prestou, transmitindo suas ordens com presteza, distinção e valor. Está compreendido no número dos oficiais aos quais sua alteza, em seu nome e no de sua majestade, o imperador, louvou, em sua ordem do dia nº 37, por ter tomado parte nos combates de agosto.

Passando com a 2ª Divisão de Cavalaria a fazer parte das forças expedicionárias em operações no distrito da Conceição, embarcou em Arcutagua a 13 de outubro; desembarcou na vila da Conceição a 16; marchou para Belem-Cuê a 17, para Acapitigo a 18, depois para Tapitanguá e em seguida para Sanguino-Cué, donde contramarchou para Conceição, sendo mencionado pelo brigadeiro Correia da Câmara, em sua parte dirigida ao comando do 2º Corpo do Exército, recomendando-o pela parte ativa no combate

dos dois últimos pontos, nos quais, acompanhou sempre a vanguarda, pela sua bravura, carregando com os atiradores sobre o inimigo; finalmente, pela sua dedicação ao serviço. Acha-se compreendido no elogio feito pelo tenente-general visconde do Herval (Osorio), em ofício de 27 de novembro aos chefes, oficiais e soldados que tomaram parte nesses combates. Marchou da Conceição em perseguição às forças de Romeu Mastreil e Rocado, tomando parte nos combates havidos depois que voltou àquela vila.

Está compreendido no disposto do aviso do ministro da Guerra de 26 do referido mês, pelo qual sua majestade, o imperador, mandou louvar aos oficiais que haviam tomado parte nos mesmos combates, igualmente na ordem do dia nº 41, em que sua alteza o conde d'Eu louva os denodados do brigadeiro Câmara, que tomaram parte naquelas brilhantes operações. Marchou da Conceição a 26 de dezembro com destino ao Rio Verde e Cambacibá, onde chegou a 4, seguindo para São Pedro em perseguição do coronel Genis; tomou parte nos combates desse dia em Lamanguá; sendo elogiado em parte dada pelo brigadeiro Antônio Correia da Câmara, pelo seu comportamento, declarando o mesmo general que o incumbira de marchar na tarde de 11 com o 30º Corpo de Voluntários da Pátria em uma diligência, na qual continuou a prestar-lhe eficaz coadjuvação.

Foi nomeado membro da comissão de engenheiros, com exercício junto ao comando das forças expedicionárias em operações no distrito da Conceição, em virtude dos apontamentos do detalhe do comando em chefe, de 28, tudo de janeiro de 1870. Está compreendido no número dos oficiais mandados elogiar por sua majestade, o imperador, em aviso de 26 de fevereiro, por ter tomado parte nesta última expedição. Mar-

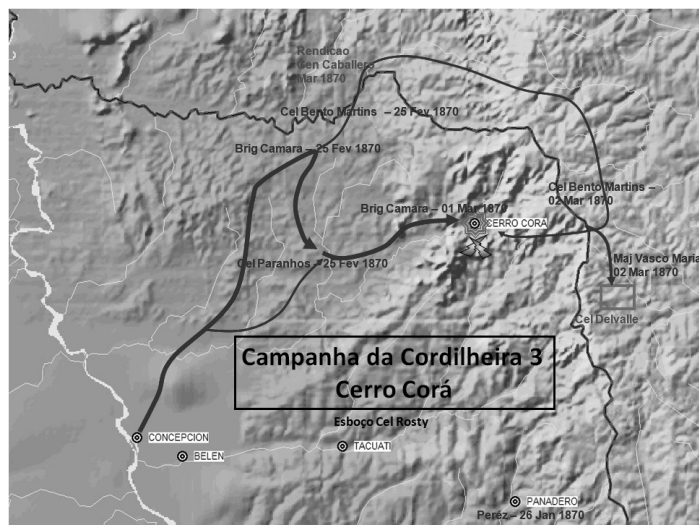


Figura 8 – Campanha da Cordilheira 3, Cerro Corá

Fonte: elaborado pelo autor

chou da Conceição a 9, em direção a Bela Vista, chegando ao Passo Barreto a 11; passou o Aquidaban a 13; chegou a Invernada a 18; marchou a 21 em direção a Niegla, onde chegou a 24; dali avançou a 25 sobre o Cerro-Corá, chegando ao rio Guassú a 28, tudo do referido mês.

Acompanhou sempre a vanguarda, tornando-se um dos principais atores no epílogo da guerra em Cerro Corá. Tomou parte, no dia 1º de março do mesmo ano, no combate de Passo-Aquidaban. Perseguiu o Mal López, enquanto este escapava, a cavalo, do acampamento para o mato. Fez com que os soldados que protegiam López lhe dirigissem seus tiros. Mostrou ao Gen Câmara o rumo tomado por López, depois de este desmontar, lanceado e exausto, e atravessar o arroio Aquidaban. Após ter alcançado a margem oposta, López teve o seu fim, combatendo de espada em punho, como um bravo, coerente com o seu ideal e sua verdade. Por fim, Simeão ordenou que fosse montada a maca para transportar o Mal López, sem vida, até o acampamen-

to aliado, onde foi pelo brigadeiro Câmara e mandado se apresentar ao coronel Silva Tavares, sendo elogiado pela maneira por que se acha declarado na ordem do dia de 13 de março.

Contramarchou no dia 2 e seguiu para a Vila da Conceição, onde chegou a 6, sendo encarregado pelo brigadeiro Correia da Câmara de apresentar a sua alteza conde d'Eu a espada de Solano Lopez e as partes do combate de Cerro-Corá. Seguiu para a Vila do Rosário a 15 e voltou a 17, sendo então encarregado por sua alteza de ir ao Rio de Janeiro apresentar ao Governo Imperial a

referida espada e as partes, para o que embarcou na vila da Conceição com destino à Corte do Império a 18, tudo de março de 1870. Foi comissionado pelo Exército em operações contra o Paraguai, para transportar, desde Cerro Corá, no Paraguai, até o Palácio Real em São Cristóvão, a espada do Mal Solano Lopez, entregando-a, pessoalmente, a D. Pedro II. Esta, que seria devolvida ao país irmão em 9 de abril de 1980, ao presidente do Paraguai, no Palácio de López, pelo presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, sobrinho-neto de José Simeão, que era irmão de sua avó, Leopoldina de Oliveira Figueiredo.

Ao receber o troféu de guerra, D. Pedro II perguntou-lhe: “Por que os senhores não me trouxeram o Mal Lopez com vida?”. O major, constrangido, respeitosamente respondeu: “Vossa Majestade, da leitura da documentação que acabo de entregar, saberá das razões pelas quais, não foi possível assim proceder”.

Carreira das armas e estadista

Em aviso de 30 de agosto, foi mandado ficar à disposição do comando geral do corpo de estado-maior de 1ª classe para fazer parte da comissão encarregada da organização do almanaque militar, quadro das vagas existentes no Exército e relação dos oficiais em circunstâncias de serem promovidos. Em 21 de setembro, foi-lhe concedida licença, como requereu, para assistir aos trabalhos de exploração e construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, aí permanecendo até 15 de janeiro de 1873. Em portaria de 5 de novembro desse ano, foi nomeado engenheiro da comissão de melhoramentos do material do Exército e, em 22 de maio de 1874, teve a nomeação de membro da comissão encarregada do projeto do regulamento para o Asilo de Inválidos da Pátria. Em decreto de 24 de maio de 1876, foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra da província do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu até 5 de abril de 1879, em que foi exonerado a pedido. Em portaria de 16 de maio de 1879 foi nomeado para servir no Arquivo Militar e, por decreto de 28 de outubro do mesmo ano, teve a nomeação de secretário da Repartição de Ajudante-General. Em 1880, foi louvado em aviso de 24 de março pelos trabalhos que espontaneamente apresentou sobre a organização de um corpo de transporte para o Exército, manifestando assim o interesse que tomava pelo serviço público. Em decreto de 6 de setembro desse ano, foi nomeado comandante da Escola de Infantaria e Cavalaria da província do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu até 11 de dezembro de 1886.

Em 11 de agosto de 1886, em carta à sua esposa, Marieta de Souza Oliveira, no Rio de Janeiro, revelou sua preocupação com a política:

“Não sei quando se entenderá, neste país, que o serviço público é feito à nação e não aos partidos...” .

No Rio de Janeiro, tomou parte na fundação do Clube Militar, sendo seu 1º secretário.

Por ato de 14 de março de 1888, foi nomeado diretor da Fábrica de Pólvora da Estrela, que exerceu até 11 de abril seguinte, data em que foi dispensado e nomeado comandante da Escola Geral de Tiro de Campo Grande. Em portaria de 12 do referido mês de abril, foi nomeado para, em comissão com outros oficiais, rever os regulamentos das escolas militares e de tiro afim de harmonizar as disposições dos mencionados regulamentos, de modo a fazer desaparecer as divergências que entre eles se notavam, não só em relação à instrução, como aos direitos e regalias dos respectivos alunos, e apresentar um projeto nas condições indicadas. Em portaria de 22 de junho, ainda de 1888, foi nomeado membro da Comissão de Promoções. Em portaria de 22 de março de 1889, foi nomeado para substituir, no comando-geral de artilharia e comissão de melhoramentos do material de guerra, sua alteza o marechal do Exército conde d'Eu em seus impedimentos. Tendo sido, em portaria de 10 de junho do referido ano, concedida licença ao conde d'Eu para visitar algumas províncias do Império, assumiu o brigadeiro José Simeão de Oliveira o comando Geral de Artilharia durante sua ausência.

Proclamada a República, foi nomeado o brigadeiro José Simeão, por decreto de 21 de novembro de 1889, governador e comandante das armas de Pernambuco, cargos de que foi exonerado em decreto de 19 de abril de 1890. Em decreto desta última data, foi nomeado para o cargo de ajudante-general do Exército em substituição ao marechal Floriano Peixoto, que assumiu a pasta da Guerra. Em decreto de 28 de março,

também de 1890, foi nomeado conselheiro de guerra. Em decreto de 25 de novembro, ainda de 1890, foi dispensado do cargo de ajudante-general do Exército, por ter tomado assento no Congresso Nacional como senador pelo Estado de Pernambuco. No senado, revelou moderação de linguagem, retidão de princípios, austeridade, integridade de caráter e amenidade no trato, sendo imortalizado, em 1896, no quadro a óleo *Compromisso Constitucional*, de Aurélio de Figueiredo. No governo constitucional de República, exerceu o general José Simeão de Oliveira o cargo de ministro de Estado da Guerra, no período de 23 de novembro de 1891 a 2 de fevereiro do ano seguinte.

O marechal José Simeão de Oliveira possuía as medalhas da Campanha do Uruguai, República Argentina, Mérito Militar e Campanha do Paraguai com o passador nº 5. Foi agraciado pelo governo imperial com o Grau de Cavaleiro das ordens de Cristo, Cruzeiro, Rosa e S. Bento de Aviz,

sendo elevado à Grã-cruz desta última ordem pelo governo republicano.

Como marechal (7 de abril de 1892), foi ministro da Guerra de Floriano. Seguiu para os Estados Unidos da América, chefiando uma delegação do Brasil à Exposição Colombiana de Chicago, em 20 de junho de 1893, em Nova York, onde teve morte súbita. Seu corpo foi velado na Catedral de Saint Patrick. Seu corpo foi trasladado para a cidade do Rio de Janeiro e deu entrada, a 14 de agosto daquele ano, no cemitério da Ordem de S. Francisco de Paula, em Catumbi, onde se acha inumado em rica capela de granito. Seu falecimento foi comunicado ao Exército, em ordem do dia de 7 de agosto de 1893, da Repartição de ajudante-general nos seguintes termos:

Com profundo pesar, publica-se, para conhecimento do Exército, o falecimento do Sr. Marechal José Simeão de Oliveira, no dia 20 de junho último, nos Estados Unidos da América do Norte, onde se achava

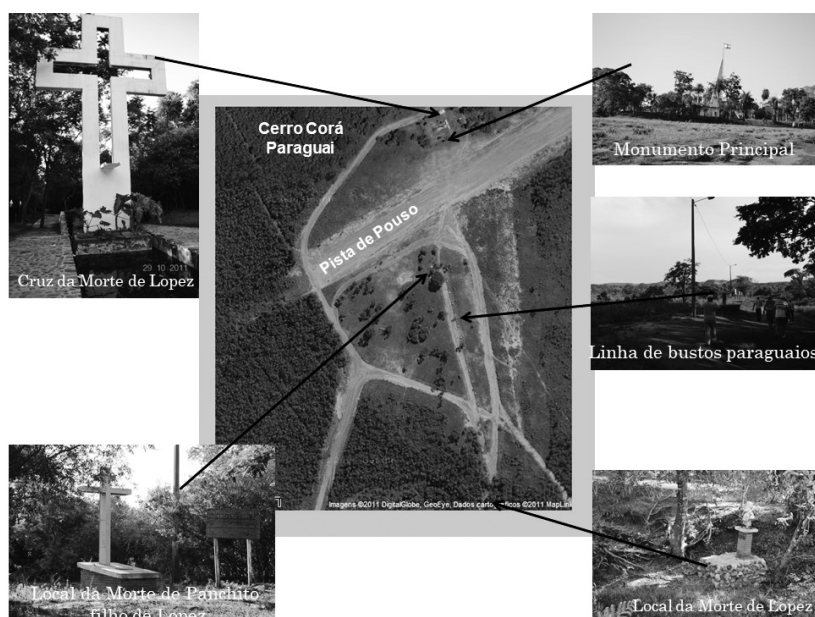


Figura 9 – Local da morte de Solano Lopez em Cerro Corá
Fonte: elaborado pelo autor

em importante comissão do Governo. Durante o longo tirocínio de sua vida pública, prestou o general Simeão assinalados serviços à pátria, como militar e como cidadão, e o Exército, do qual foi ele um dos mais belos ornamentos, se ressentiu com mágoa de irreparável perda.

Considerações finais

A narrativa biográfica aqui registrada buscou resgatar e tornar conhecidos os feitos de um grande vulto de nossa história militar, marechal José Simeão de Oliveira.

No percurso desse resgate, além de fontes bibliográficas, houve, também, envolvimento pessoal deste pesquisador com os locais e até mesmo familiares do marechal.

Por ocasião da visita histórico-cultural realizada pelos participantes do III Encontro Internacional de História sobre as Operações

Bélicas, durante a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil), no período de 27 a 30 de outubro de 2011, do qual participou, a meu convite, sua sobrinha-bisneta, a museóloga, Marietinha Monteiro Leão de Aquino, tive a honra de proferir texto de exaltação ao momento histórico em que seu tio-avô comandou a última operação da Guerra da Tríplice Aliança, sendo testemunha dos momentos finais de Solano Lopez. Reproduzo, abaixo, extrato da elocução proferida:

Marietinha! Obrigado por nos fornecer estes dados do seu tio-bisavô e por preservar e divulgar a memória deste herói de Cerro Corá.

Em gratidão, solicito saudarmos a sobrinha-bisneta de José Simeão de Oliveira com uma salva de palmas. E, em sinal de respeito a todos os heróis que tombaram neste sítio histórico, peço fazermos um minuto de silêncio. **REB**



Figura 10 – Local da exaltação

Fonte: o autor

Referências

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

_____. Memoria y autobiografía. Exploraciones em los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013.

Lago. Laurêncio, Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889 – 3º volume – Biblioteca Militar Volume LIX – Imprensa Nacional – RJ 1942.

LORIGA, SABINA. O pequeno X. *Da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Não tendo filhos, criou e educou Marietinha, filha de sua irmã Josefina, avó da museóloga Marietinha Monteiro Leão de Aquino. Esta, portanto, sobrinha-bisneta, que se encontrava presente no evento cultural em Cerro Corá, III Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas, durante a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil), no período de 27 a 30 de outubro de 2011.

² O marechal José Simeão de Oliveira (Rio Grande, 26 de setembro de 1838 – Nova Iorque, 20 de junho de 1893) foi um militar, engenheiro, veterano da Guerra do Paraguai, líder republicano, político, governador, senador, constituinte, ministro da Guerra e estadista brasileiro.

Reflexos e consequências da Guerra do Paraguai no sul de Mato Grosso entre os anos de 1889-1930

*Vinícius Rajão da Fonseca**

A configuração da fronteira no sul de Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança e as tensões Brasil x Argentina

Nosso objetivo neste artigo é demonstrar como ocorreu a configuração da fronteira no sul de Mato Grosso após a Guerra do Paraguai. Além disso, compreender como foi elaborada uma política de prevenção em relação à fronteira oeste do país, sobretudo no estado mato-grossense, com a construção de ferrovias, linhas telegráficas, quartéis militares e arsenais de guerra. Outro fator importante foi o início de uma política imigratória, que assumia nesse sentido, um papel secundário, mas não menos importante no ponto de vista do poder público, de promover melhor ocupação do território.

A instalação de colônias agrícolas no sul do antigo Mato Grosso (SMT)¹ estava inserida em um processo de resguardo do Estado nacional brasileiro associado a interesses estaduais em fins do século XIX e início do XX, haja vista, ter sido uma região de fronteira que foi objeto de numerosos litígios em sua História. Ademais, outros fatores contribuíram para que o governo fe-

deral idealizasse um plano que reafirmasse e assegurasse o seu domínio sobre o estado mato-grossense.

A área correspondente aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi por muito tempo objeto de disputas que envolveram os países ibéricos durante a colonização do continente sul-americano. Esses enfrentamentos ocorreram durante a formação dos estados nacionais sul-americanos, já que esse espaço fronteiriço era visto como essencial pelos países em formação, uma vez que, o domínio sobre esse território favorecia o controle sobre os rios da região, garantindo maior desempenho econômico.

Segundo Queiroz, as principais características do território mato-grossense ao longo de sua História foram:

vastidão territorial, situação fronteiriça; grande distâncias dos centros dirigentes brasileiros (situados no litoral atlântico); precariedade das vias de comunicação existentes no interior da própria região e entre ela e os ditos centros; população não indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade [...] dotada de um débil aparato estatal local. (QUEIROZ, 2003. p. 20)

* Licenciado em História pela UFMS e mestre em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. (viniciusrajao@gmail.com)

O estado nacional brasileiro procurou desempenhar um papel para salvaguardar as fronteiras e preservar a unidade territorial do país, buscando adotar estratégias que se destinavam a solucionar as disparidades e as vicissitudes mencionadas acima. Nesse sentido, o elemento humano, isto é, a colonização, serviu como um instrumento para a consolidação do domínio sobre o território.

Após o final da guerra da Guerra do Paraguai² a atenção dos países platinos voltou-se ao processo de demarcação dos limites territoriais. O tratado da Tríplice Aliança,³ assinado em 1865, “estipulava que, com a derrota do Paraguai, seriam atendidas as reivindicações territoriais feitas por Brasil e Argentina junto àquela República” (QUEIROZ, 1997. p. 64). O Brasil exigia a resolução do litígio territorial que envolvia parte do estado mato-grossense, enquanto a Argentina pleiteava ocupar todo o território paraguaio na zona oeste do rio Paraguai.

Ocorreram discordâncias principalmente entre Brasil e Argentina, uma vez que o Império brasileiro recusou aceitar que o país portenho ficasse com as “terras do Chaco e o território das missões”, pertencentes ao Paraguai, para evitar a emergência de uma hegemonia da Argentina no continente (ALMEIDA, 2010. p. 98). Fazia parte da política externa brasileira, garantir a independência do Paraguai e do Uruguai para manter um equilíbrio de poder entre os países da região (QUEIROZ, 1997. p. 64).

O fim do maior conflito do continente sul-americano trouxe benefícios para o Brasil e conseqüentemente para Mato Grosso, pois concedeu o acesso à livre navegação no sistema fluvial Paraná-Paraguai a partir de 1875,

conforme o mapa da **Figura 1**, ligando o estado do oeste ao litoral brasileiro pelo estuário do Prata.

Esse fator promoveu um afluxo econômico para o SMT, já que permitiu o comércio fluvial, aumentando a exportação do gado e a chegada de produtos de outras localidades. Várias casas comerciais surgiram na cidade portuária de Corumbá, tornando-a um polo no mercado de importação e exportação. Ex-Combatentes do conflito com o Paraguai, brasileiros ou paraguaios, se estabeleceram no estado, devido aos campos e terras propícias para o desenvolvimento de atividades rurais, como a agricultura, pecuária, charqueada e a exploração dos ervais nativos (ESSELIN, 2011; QUEIROZ, 1997;2004).

Com o advento da República, em 1889, as tensões políticas com a Argentina diminuíram, mas não cessaram. O Brasil procurou



Figura 1 – Vias de comunicação na bacia Platina
Fonte: geoconceicao.blogspot.com.br (adaptado pelo autor)

praticar uma política de prevenção frente à Argentina, pois existiam rumores que esse país idealizava reconstituir o antigo vice-reinado de Buenos Aires, o que determinava uma ameaça para o Brasil (QUEIROZ, 1997. p.66). A república brasileira enfrentou conflitos internos em seus anos iniciais, como a Revolta da Armada⁴ e a Revolução Federalista⁵ no Rio Grande do Sul.

Além dos atritos territoriais, ocorreram também desentendimentos nas relações comerciais entre os dois países, no que se refere a questões aduaneiras, destacando o problema relativo ao comércio de trigo. Outro foco de desavença eram as acusações de ambos os países em relação à aquisição de armamentos bélicos, o que provocava uma atmosfera de cautela de um para com o outro.

A presença de estrangeiros em Mato Grosso na fronteira do estado e capital financeiro proveniente de outros países também representava um incômodo para as autoridades brasileiras, visto que, empresas com recursos da Argentina e da Bélgica, por exemplo, possuíam empreendimentos no estado, como fazendas, charqueadas, indústrias de beneficiamento de alimentos, entre outros negócios.⁶

Outro risco compreendido pelo governo federal estava correlacionado à desordem e à fragilidade política no estado, em virtude de lutas entre os grupos dirigentes. Nos anos de 1892 e 1906, Mato Grosso se defrontou com duas revoltas pelo controle político do território que agitaram o país, ocasionando, em uma delas, o assassinato de seu governador. Esses episódios provocavam sensações de vulnerabilidade na fronteira oeste do Brasil. Segundo Queiroz, nasceram temores de que a Argentina poderia se aproveitar dessas situ-

ações de fraqueza do estado para se apoderar da região, incorporando o Mato Grosso ao seu país (QUEIROZ, 2003). Portanto, era necessário que o poder estatal brasileiro se fizesse presente nessa área.

O estado de Mato Grosso era um reflexo da situação nacional, as oligarquias dominaram o cenário político estadual em consonância com a política dos governadores. De acordo com Viscardi, o presidente apoiava os governadores estaduais e seus aliados e, em troca, eles garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais. Isso salvaguardava a continuidade das grandes famílias no poder. Era uma troca entre o governo estadual e o federal. O governo sustentava os grupos dominantes nos estados, enquanto estes votavam junto com o governo no Congresso Nacional. Os governadores repetiam o acordo com as lideranças locais (coronéis), que tinham poder sobre as pessoas de sua região, fazendo com que esses votassem de acordo com seus interesses.⁷

Segundo Carvalho, o coronelismo nada mais é do que:

um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. (CARVALHO, 1997. p.2)

Em 1892, ocorreu um movimento com supostas intenções separatistas, visando à formação da República Transatlântica ou Estado Livre do Mato Grosso. Essa insubordinação, na verdade, nada mais era do que uma tentativa de substituir a situação pela oposição, um embate entre o partido nacional e o republicano, que opôs as tropas de Antônio Maria Coelho, primeiro governador do estado após a Proclamação da República, e Generoso Pais Leme de Sousa Ponce, vice-presidente e aliado de Manuel Murtinho, presidente deposto pela revolta (BITTAR, 2009. p. 90; SILVA, 1996. p. 48).

De acordo com Batista, a preocupação do governo federal com essa revolta estava relacionada ao fato de que contou com apoio da burguesia mercantil de Corumbá,

mais identificada com seus próprios interesses de classe, desfrutando os contatos com cidades estrangeiras através do intercâmbio comercial, do que com a política e o jogo do poder estadual e federal. (CORREIA, 1985. p.20)

Grande parte dessas casas comerciais possuía capital exterior, o que gerava, entre as autoridades brasileiras, uma apreensão de que o SMT pudesse ser subjugado por outro país, como, por exemplo, a Argentina (CORREIA, 1985. p.20).

O caso mais grave foi a revolta de 1906, que ocorreu por rivalidade entre os coronéis que dispunham de influência no estado. Esse levante levou o presidente da república Rodrigues Alves, determinar a intervenção federal em Mato Grosso; apesar disso, Alves não conseguiu evitar o assassinato de Antônio Paes de Barros, presidente do estado no período (BITTAR, 2009).

Esse conflito antagonizou o grupo político do governador Antônio Paes de Barros, também conhecido como Totó Paes, e de Generoso Ponce, proprietário de casas comerciais em Corumbá. Esses dois personagens são considerados figuras lendárias no que diz respeito ao coronelismo em Mato Grosso. Em 1906,

Generoso Ponce toma Cuiabá, depõe e mata Totó Paes, apesar da oposição de Rodrigues Alves [...] quando o general Dantas Barreto chega a Cuiabá, em 1906, Totó Paes tinha sido assassinado, e o novo governo é formado pela oposição vitoriosa; Rodrigues Alves nada pôde fazer, nem mesmo impor outro governo e castigar os rebeldes. (CARONE, 1977. p. 257)

Esse confronto demonstrou a instabilidade e a deficiência das vias de comunicação do estado mato-grossense com o restante da nação, uma vez que as tropas federais não conseguiram chegar a tempo de impedir a deposição e a morte de Totó Paes. Quando chegou a Cuiabá, a oposição já havia tomado o poder, tornando-se situação. As forças de intervenção ficaram “retidas por várias horas no estuário do Prata, em decorrência do mau tempo” (QUEIROZ, 2004. p. 117).

Após o incidente, Dantas Barreto percebeu a dificuldade de se deslocar até o território de Mato Grosso e aconselhou ao governo federal a necessidade da construção de uma estrada de ferro para melhorar a logística da região (BARRETO *apud* QUEIROZ, 2004. p. 118). Queiroz afirma que, desde os fins do século XIX, havia uma discussão no Congresso Nacional sobre a necessidade da construção de uma estrada de ferro que atendesse os interesses políticos nacionais nessa região (QUEIROZ, 2003. p. 19-46). Surgi-

ram alguns projetos, e cogitou-se a atuação do Exército Brasileiro para edificar as obras, porém, somente em 1904 o presidente Rodrigues Alves assinou o decreto autorizando a construção da ferrovia que cobria o trecho Bauru-Cuiabá.

Como dito, desde o final do século XIX, o governo brasileiro procurou adotar medidas que resguardassem a fronteira oeste do Brasil. No ano de 1893, o Ministério da Guerra e o de Obras e Viação aprovaram um projeto para estudos de viabilização para a construção de uma ferrovia que interligasse Catalão-GO até Cuiabá-MT. Em 1899, novamente os ministérios autorizaram projeto de estudos para analisar a possibilidade de arquitetar uma ferrovia que integrasse as cidades de Guarapuava-PR e Cuiabá-MT (QUEIROZ, 1997. p. 95).

No entanto, somente em 1904, no governo do presidente Rodrigues Alves, que, segundo Queiroz, teve um caráter

deliberado de modernizar o país, iniciando um extenso programa de investimentos voltados fundamentalmente aos serviços urbanos e à infraestrutura de transportes e comercialização,

é que foi aprovado o projeto de construção da ferrovia que vinculou o Centro-Oeste ao Sudeste do país (QUEIROZ, 1997. p. 108).

O decreto federal nº 5.344, de 18 de outubro de 1904, organizou a Comissão de Reconhecimento da região e de exploração de linhas férreas e telegráficas, chefiada pelo engenheiro Emílio Schnoor (ARRUDA, 2006). A construção da ferrovia foi apoiada pelo Estado por intermédio da

adoção do instituto da garantia de juros — mecanismo pelo qual o Estado, em nível nacional ou provincial, comprometia-se a pagar durante certo período, aos acionistas de companhias de estradas de ferro, uma remuneração mínima (entre 5 e 7%) do capital empregado, até que a empresa pudesse proporcionar lucros pelo seu próprio movimento. (QUEIROZ, 1997. p. 106)

A história da estrada de ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) costuma ser dividida em dois momentos: o primeiro, em 1904, início da construção do trecho Bauru-SP/Cuiabá-MT via Uberaba, Porto Tabuado, Baús, Coxim e Cuiabá; e o segundo período, que determinou a mudança do traçado final, alterando completamente o projeto inicial da obra, uma vez que a ferrovia teve como destino final a cidade de Corumbá, passando por Três Lagoas, Água Clara, Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Porto Esperança e Corumbá, o que ocasionou a passagem da estrada de ferro pelo SMT e não mais pela capital do estado de Mato Grosso.

A mudança do traçado aconteceu porque o projeto inicial Bauru-Cuiabá via Uberaba não atendia aos planos políticos e militares do governo federal, uma vez que a EFNOB não chegaria (caso seguisse essa linha) à extremidade da fronteira do Paraguai e da Bolívia. Uma explicação plausível para este fato está relacionada à assinatura do Tratado de Petrópolis,⁸ em 1903, durante o governo de Rodrigues Alves.

Seguindo as orientações do seu ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco, o governo brasileiro intermediou diplomaticamente e foi acertado que a Bolívia abriria mão do Acre em troca de territórios brasileiros no estado de Mato Grosso, além

de receber a quantia de cerca de dois milhões de libras esterlinas. Nesse período, o estado mato-grossense era presidido por Totó Paes de Barros, aliado do presidente Rodrigues Alves. Totó Paes não se opôs à decisão do governo brasileiro de ceder pequenas partes em seu estado, entretanto, solicitou favorecimento para que a EFNOB percorresse o trajeto Bauru-Cuiabá (QUEIROZ, 1997. p. 102-133).

No final de 1906, o mineiro Afonso Pena é empossado como novo presidente da República, e suas ações políticas mudaram o destino da EFNOB. Em relatório anual, Afonso Pena expôs as motivações que o levaram, em companhia do ministro da Viação, Miguel Calmon, a mudar o traçado da EFNOB:

resolvi modificar os traçados das estradas de [...] Bauru a Cuiabá, tendo em vista ligar efetivamente ao litoral as grandes bacias do Araguaia e do Paraguai [...] No tocante a Mato Grosso, afóra as razões de ordem política e econômica, havia a necessidade de ultimar em breve prazo a construção, e isto só era lícito, procurando a linha o mais diretamente possível, um ponto à margem do Paraguai ou de afluente seu [...]. (PENA, 1907. p. 44-45)

A mudança no projeto foi fundamentada pela própria comissão de estudos de viabilidade da ferrovia, além do próprio Ministério da Guerra e da Viação. Um relatório do Ministério da Guerra, intitulado *Preferência do Estado-Maior do Exército ao traçado Itapura-Corumbá* diz o seguinte:

se depreende que, além de todas as vantagens militares, brilhantemente demonstradas na mesma informação, há a assinalar, como um motivo de alto peso, a importân-

cia da estrada Itapura-Corumbá, e não do traçado que demandasse Cuiabá, no sentido de favorecer a aproximação dos povos americanos [...] traduzindo profundos interesses ligados ao ponto internacional e político [...] Semelhante importância ressalta da natureza do próprio traçado, que poderá servir de ligação ao extraordinário sistema da rede ferroviária pan-americana [...] Tais são as razões capitais que levam a 3ª Seção a preferir a construção atual da linha Itapura-Corumbá, como meio mais pronto de assegurar a defesa das fronteiras mato-grossenses, por ser a via férrea mais rápida, mais segura e mais apta, não só para acudir aos múltiplos pontos de valor estratégico da região, como sobretudo a Corumbá, sentinela avançada posta à espreita desse lado do país. (QUEIROZ, 1997. p. 127-128)

Em outro documento, o engenheiro chefe da companhia EFNOB, João Teixeira Soares, também relata a mudança da linha ferroviária:

O governo, levado por motivos de ordem internacional, entendera dever providenciar com urgência sobre a extensão de nossa rede ferroviária até as margens do rio Paraguai, e parece ter julgado preferível o alvitre, que tivera a aprovação do nosso clube de engenharia, de levar essa viação até a fronteira da Bolívia, para assim poder estabelecer a ligação com o sistema ferroviário deste país. (SOARES *apud* QUEIROZ, 1997. p. 135)

Todo esse debate deixa claro que a administração federal mantinha uma precaução com relação à situação das suas fronteiras com os países vizinhos. Várias ações demonstraram que o governo procurou reforçar a região fronteira do país com vistas a manter o controle sobre o território, garantindo a soberania da nação.

O mapa ilustrativo da **Figura 2** mostra o traçado completo da EFNOB. Em 1914, ano de inauguração da ferrovia, o traçado ia de Bauru até Porto Esperança. Os ramais que ligaram Porto Esperança a Corumbá e Campo Grande a Ponta Porã foram construídos nas décadas seguintes à inauguração da EFNOB.

Outro investimento nesse período, visando interligar as comunicações no país, foram as linhas telegráficas. O telégrafo, criado pelo norte-americano Samuel Morse, chegou ao Brasil por volta da década de 1850. No Brasil, foram instalados primeiramente na capital federal para facilitar a integração política do governo, ligando o Palácio Imperial e o Quartel do Campo no Rio de Janeiro. As linhas telegráficas ampliaram-se à medida que as necessidades políticas do país aumentaram, interligando o governo aos ministérios

e os arsenais de guerra do Exército e da Marinha (DOMINGUES, 2011. p. 30-45).

Nas décadas finais do século XIX, o sistema de telégrafo no Brasil passou a ser ampliado, espalhando-se por outras províncias, devido à necessidade de integração entre as demais regiões do país e para monitorar as revoltas que ocorreram em nosso território, como o conflito em Canudos (1896-1897), as disputas políticas em Mato Grosso (1906), que culminaram com o assassinato do seu governador, Totó Paes de Barros, e a Guerra do Contestado (1912-1916) (DOMINGUES, 2011. p. 30-45).

No Mato Grosso, a construção das linhas telegráficas estava em curso desde os anos de 1891. A comissão telegráfica do estado, comandada por Cândido Mariano da Silva Rondon,⁹ capitão do Exército Brasileiro, tinha como objetivo principal:

levar o telégrafo às fronteiras do Paraguai e da Bolívia, além de reconstruir a linha de Cuiabá, até então bastante precária. Os trabalhos foram concluídos em 1906 após a construção dos últimos 117km da linha, ligando Cuiabá a Cáceres, totalizando 16 estações e 1.667km de linhas telegráficas, consolidando a presença do Estado brasileiro na região de fronteira com o Paraguai e Bolívia. (DOMINGUES, 2011. p. 35)

Em 1907, foi criada pelo presidente Afonso Pena — o mesmo que determinou a mudança no traçado da EFNOB — a Comissão de Linhas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, cujo objetivo era permitir maior presença do Estado nacional nos estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso. O presidente, em seu relatório, comunica os avanços na construção de linhas e o novo empreendimento da seguinte forma:

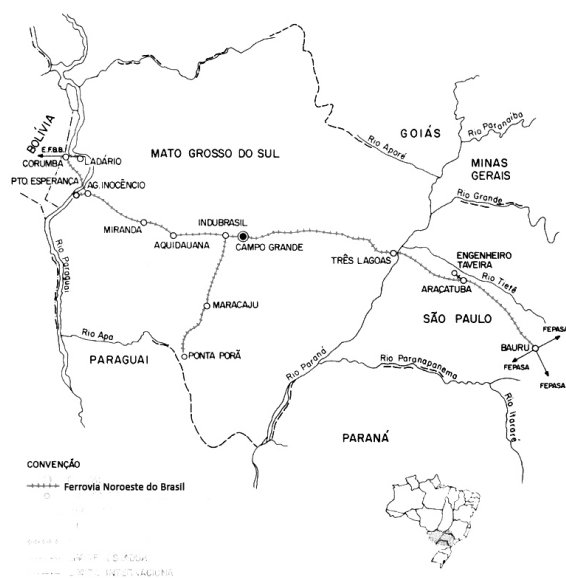


Figura 2 – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) após a mudança do traçado Bauru-Porto Esperança

Fonte: vfco.brazilia.jor.br (adaptado pelo autor)

Ao ser decretada a execução desse projeto, tinha mira o governo de então, como tem o atual, o empreendimento da viação férrea e fluvial para Mato Grosso, de modo a permitir às fronteiras desse futuro Estado receber reforços e recursos sempre que sua defesa o exigisse. Desse modo ficou a cidade de Cuiabá ligada às fronteiras da Bolívia e Paraguai, bem como aos diversos pontos do Estado, reputados de suma importância estratégica, tais como Corumbá, Aquidauana, Miranda e Nioaque. Como complemento deste importante serviço [...] o governo resolveu interligar Mato Grosso ao Estado do Amazonas, já tendo providenciado no

sentido de, com possível brevidade, serem iniciados os respectivos trabalhos. (PENA, 1907. p.44-45)

Podemos também elencar outras medidas que visaram à defesa da fronteira oeste do Brasil, como o remanejamento do distrito militar de Cuiabá para Corumbá,¹⁰ promovido pelo Ministério da Guerra em 1902; a autorização para desenvolver a oficina de arsenais de guerra em Mato Grosso, no ano de 1905; a permissão para a realizar orçamentos a fim de reconstruir o Forte Coimbra; a chegada, em 1908, de uma comissão de estudos para a defesa do rio Paraguai; além da instalação de um batalhão de estratégia do Exército e a implantação de uma estação radiotelegráfica em Porto Murtinho (QUEIROZ, 1997. p. 94-97).

O governo republicano procurou afirmar seu poder sobre grandes áreas nos confins do território nacional, e os investimentos no

telégrafo, acompanhado de estradas e ferrovias, devia abrir caminho para a ocupação produtiva das terras por onde passavam e que estas iniciativas eram fundamentais na ocupação desses novos espaços e na superação das fronteiras. (DOMINGUES, 2011. p. 38)

Na república, ocorreu um movimento de “valorização do sertão, seja




Figura 3 – Linhas telegráficas (Comissão Rondon)

Fonte: guiadoestudante.abril.com.br

enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites, seja como referência da autenticidade nacional” (LIMA, 1999. p. 65). As ferrovias, as linhas telegráficas e as estradas representavam esse esforço civilizatório.

Considerações Finais

Ao longo desse texto, procuramos discutir o processo de configuração da fronteira no sul de Mato Grosso no Pós-

-Guerra do Paraguai, expondo as tensões políticas que ficaram presentes entre Brasil e Argentina, devido à configuração dos estados nacionais sul-americanos. Enfim, identificamos como foi pensado um plano de fortalecimento da integração do estado mato-grossense ao restante da nação, com políticas que visaram melhorar os meios de transporte, comunicação e a presença militar na região durante as décadas finais do século XIX e iniciais do XX. 

Referências

- ALMEIDA, Mario Monteiro de. (2010) *Episódios da formação geográfica do Brasil*. Campo Grande: Alvorada. (coleção documentos para a História de Mato Grosso do Sul).
- ARIAS NETO, José Miguel. (2001) *Em busca da cidadania: praças da armada nacional (1867-1910)*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. (2006) *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS.
- BITTAR, Marisa. (2009) *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande, MS, Ed. UFMS.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. (2009) *História de Mato Grosso do Sul: cinco séculos de História*. 6ª edição. Ed. Gibim.
- CARONE, Edgard. (1977) *A república velha. Instituições e classes sociais (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo & Rio de Janeiro: DIFEL.
- CARVALHO, José Murilo. (1997) Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. IN: *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 2.
- CORRÊA, Valmir Batista. (1985) O comércio de Corumbá como um capítulo da história política de Mato Grosso. IN: *CASARIO do porto de Corumbá*. Campo Grande: Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul.
- COUTO, Felipe Rabelo. (2012) A opinião pública carioca e a questão da incorporação do Acre ao Brasil (1898-1903). IN: XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, Rio de Janeiro. *Anais do XV Encontro Regional de História – Ofício do Historiador: ensino e pesquisa*. Disponível em: <www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338315410_ARQUIVO_Artigo,FelipeRabeloCouto.pdf>.
- DOMINGUES, Cesar Machado. (2010) A comissão de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a integração do Noroeste. IN: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: memória e

patrimônio. *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: memória e patrimônio*. Rio de Janeiro, 29 a 23 de julho, ISBN 978-85-60979-08-0.

DORATIOTO, Francisco. (2012) O Brasil no mundo. IN: SCHWARCZ, Lília Moritz (Coord.) *História do Brasil Nação: 1808-2010 – A abertura para o mundo: 1889-1930 (vol. 3)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madri: Fundação Mapfre. p. 133-171.

ESSELIN, Paulo Marcos. (2011) *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul mato-grossense (1830-1910)*. Dourados, MS: Ed. UFGD.

JÚNIOR & TRUBILIANO. (2008) Carlos Martins; Carlos Alexandre Barros. O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX. IN: *Revista de História Regional*. 13(2): 246-262.

LIMA, Nísia Trindade. (1999) *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, editora Revan: IUPERJ – UCAM.

PENA, Afonso Augusto Moreira. (1997) *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena*. Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. (1997) *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS.

_____. (2003) Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e Estado nacional brasileiro. IN: MARIN, Jérri Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves (Orgs). *História, região e identidades*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

_____. (2004) *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: Edusc; Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

SILVA, Jovam Vilela da. (1996) *A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977)*. Cuiabá: EdUFMT.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1990) O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 19ª. edição. p. 162-226.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. (2001) *O Teatro das Oligarquias: uma revisão política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ De acordo com a lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, a porção sul do antigo Mato Grosso foi transformada, em 1977, no novo estado de Mato Grosso do Sul. Para facilitar a redação e, ao mesmo tempo, evitar o anacronismo, essa porção é referida, neste trabalho, como “sul do antigo Mato Grosso” ou simplesmente SMT. Para mais informações, ver: (BITTAR, 2009).

² O século XIX foi o período em que se formaram e consolidaram os estados nacionais no continente sul-

- americano e na região platina. Este processo foi custoso, baseado na violência entre grupos divergentes, de regimes políticos opostos, que buscavam ajustar as fronteiras territoriais de seus países. A guerra da Tríplice Aliança foi o maior conflito intercontinental ocorrido na América do Sul no século XIX. A configuração dos estados nacionais e as rivalidades dos países platinos deflagraram o confronto. O conflito durou seis anos, entre os anos de 1864 até 1870. Sobre o assunto, ver: (DORATIOTO, 2014. p. 41-68).
- ³ Acordo que selou a união entre Argentina, Brasil e Uruguai como aliados para enfrentar o Paraguai.
- ⁴ Foi um movimento de rebelião comandado por unidades da Marinha brasileira contra o governo do marechal Floriano Peixoto, em 1893. A revolta discordava das mudanças realizadas pelo presidente, que destituiu os governadores que apoiavam o marechal Deodoro da Fonseca, permitiu a ascensão de civis ao poder, além da acusação do desprestígio da Marinha em relação ao Exército. (ARIAS NETO, 2001).
- ⁵ Foi um movimento de revolta entre os grupos políticos que administravam o Rio Grande do Sul em 1893. Os grupos estavam divididos entre o Partido Republicano Rio-Grandense (PRP), que apoiava o novo governador, Júlio de Castilhos, aliado de Floriano Peixoto, e o Partido Federalista (PF), que eram contrários ao governo do Estado e à centralização política promovida pelo novo presidente. Os federalistas queriam destituir Castilhos e organizar um novo governo. Após vários embates, foi assinado um acordo de paz, em 1895, pondo fim ao conflito. (SOUZA, 1990. p. 162-226).
- ⁶ É o caso das empresas Trust del Alto Paraguay e Fomento Argentino Sud-americano (capital argentino) e a Compagnie des Produits Cibiis (capital belga). Sobre o assunto: ver (QUEIROZ, 2004).
- ⁷ Criada pelo presidente Campos Salles, essa política tinha o seguinte funcionamento: o presidente apoiava os governadores estaduais e seus aliados e, em troca eles, garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais. Isso garantia a continuidade das grandes famílias (ricas e poderosas) no poder. Era uma troca entre os governantes estaduais e o governo federal. O governo sustentava os grupos dominantes nos estados, enquanto estes votavam junto com o governo no Congresso Nacional. Os governadores estaduais repetiam o acordo com as lideranças locais (coronéis), que tinham o poder sobre as pessoas de sua região, fazendo com esses votassem de acordo com seus interesses. Cf. (VISCARDI, 2001).
- ⁸ O tratado estabeleceu definitivamente as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, compensando a anexação do Acre por meio de cessão de pequenos territórios próximos à foz do rio Abunã e na bacia do rio Paraguai. Como a Bolívia perdeu, após guerra com o Chile, sua saída para o mar, dois artigos do Tratado de Petrópolis obrigaram o Brasil e a Bolívia a estabelecerem um Tratado de Comércio e Navegação que permitisse à Bolívia usar os rios brasileiros para alcançar o oceano Atlântico. Além disso, a Bolívia poderia estabelecer alfândegas em Belém, Manaus e Corumbá e outros pontos da fronteira entre os dois países, assim como o Brasil poderia estabelecer aduanas na fronteira com a Bolívia. O Brasil assumiu também a obrigação de construir uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guarajá-Mirim, no Mamoré, com um ramal que atingisse o território boliviano. Era a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Por fim, o Brasil obrigava-se demarcar a nova fronteira com o Peru. A licitação para a ferrovia foi realizada em 1905; as obras iniciaram em 1907 e terminaram em 1912. Cf. (COUTO, 2013).
- ⁹ Rondon nasceu no município de Mimoso (MT) em 1865. Chefiou a comissão de linhas telegráficas estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. Rondon morreu em 1958, aos 92 anos, na cidade do Rio de Janeiro, após ter sido nomeado marechal do Exército Brasileiro em 1955. Após os trabalhos de construção da linha telegráfica, Rondon também atuou como comandante das forças que lutaram em Santa Catarina e no Paraná em 1924; como comandante da Comissão de Inspeção de Fronteiras de 1927 a 1930; foi nomeado por Vargas, em 1934, para presidir uma Comissão Mista Internacional incumbida de resolver uma disputa de fronteiras entre Peru e Colômbia. Paralelamente, desde 1910, Rondon exerceu a função de diretor do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, sendo nomeado por Vargas, em 1939, então com 74 anos, presidente do recém-criado Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Cf. (CAMPESTRINI, 2009).
- ¹⁰ Em 1922, esse distrito se instalou em Campo Grande e, somado ao 5º Regimento de Artilharia de Aquidauana e ao 2º Regimento de Aviação, se transformou em Circunscrição Militar e posteriormente na 9ª Região Militar, em 1934. A 9ª Região Militar teve como sedes as cidades de Cuiabá, Corumbá, Aquidauana e, finalmente, Campo Grande. Em 1985, todos esses regimentos foram aglutinados em torno do Comando Militar do Oeste (CMO), com sede em Campo Grande. Cf. (JÚNIOR & TRUBILIANO, 2008. p. 253).

A Força Expedicionária do Mato Grosso na Guerra da Tríplice Aliança

Claudio Luiz de Oliveira*

Antecedentes da guerra

Os conflitos na região do rio da Prata entre os reinos ibéricos eram frequentes desde que os portugueses fundaram a Colônia do Santíssimo Sacramento.

A política do Império do Brasil para a bacia daquele curso d'água visava garantir a segurança na fronteira do Rio Grande do Sul, pois assim estaria assegurada a livre navegação do próprio rio, como de seus formadores (rios Paraná, Paraguai e Uruguai). Esses rios constituíam a via de acesso fluvial principal para o interior das províncias da região sul do Brasil, assim como para a província do Mato Grosso. Outro pilar dessa política era evitar a formação de um estado poderoso que se pudessem contrapor ao o Império.

Entre 1862 e 1865, a tensão entre os países que se debruçavam sobre a bacia Platina se agravou, levando à formação de alianças político-militares. Os *blancos* buscaram apoio junto ao ditador paraguaio, enquanto que os *colorados* ombrearam com os brasileiros. Assim sendo, eclodiu a guerra civil uruguaia quando general Venâncio Flores¹ (*colo-*

rado) invadiu o país, em 1863. Imediatamente Aguirre (*blanco*) solicitou a intervenção de Solano Lopez. Este protestou junto ao Império Brasileiro, ameaçando intervir contra qualquer ação no território oriental.

Em 12 de outubro, o general João Propício Mena Barreto ocupou a cidade de Melo, no Uruguai, e a entregou a Venâncio Flores, enquanto Tamandaré ocupou a cidade de Salto. Em 1º de dezembro, Osório adentrou o Uruguai, cruzando Paissandu e seguindo, em janeiro de 1864, para a capital do país. Solano Lopez, em resposta, aprisionou o mercante brasileiro Marquês de Olinda em 10 de novembro de 1864.

Apreendido o Marquês de Olinda e caracterizada a política de enfrentamento do Paraguai em relação ao Brasil, o governo imperial mobilizou os modernos efetivos do Exército espalhados pelo país, insuficientes para travar uma guerra.²

A expressa disputa colonial entre Portugal e Espanha e as condições históricas advindas do Primeiro Reinado, somadas às condições econômicas representadas pela

* Cel Cav R/1 (AMAN/79, EsAO/89, ECEME/96), pós-graduado em História Militar Brasileira (UNISUL/14 e UFRJ/17) e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. (claudio1343@bol.com.br)

atividade pastoril no sul do Brasil, fizeram com que aquela região de fronteira se caracterizasse por disputas violentas entre a monarquia brasileira e as repúblicas platinas. O arcabouço para o maior conflito bélico da história militar sul-americana estava pronto.

A invasão, a ocupação e a reação do Mato Grosso

A invasão

No dia 15 de dezembro de 1864, uma força naval paraguaia comandada pelo coronel Vicente Barrios, composta por cinco vapores de guerra, duas lanchas canhoneiras e três transportes com 2.440 soldados, partiu de Asunción, conquistando o Forte Coimbra e ocupando as povoações de Albuquerque e Corumbá.

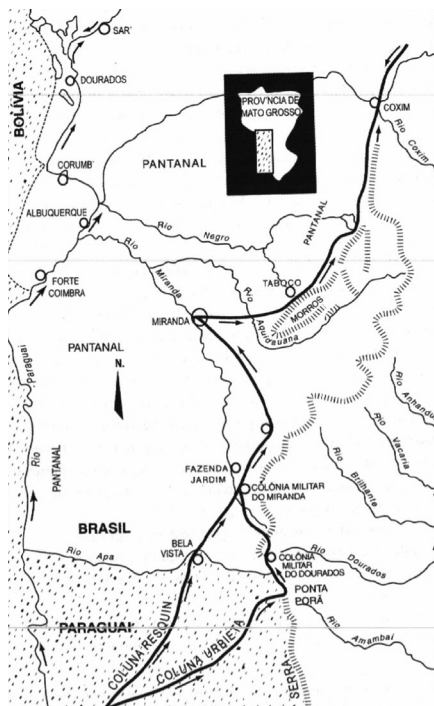


Figura 1 – A invasão do Mato Grosso

Fonte: GUIMARÃES, 1999

O coronel Francisco Isidoro Resquin, à frente de um exército de 1.450 homens, partiu, em 22 de dezembro, da Vila Concepción, conquistando a Colônia Militar de Miranda, a povoação de Nioaque e a Vila de Miranda, no intervalo de uma semana.

Ao mesmo tempo, um destacamento de 365 soldados, em sua maioria de natureza hipomóvel, comandado pelo capitão Martin Urbiet, atacou e conquistou a Colônia Militar de Dourados. O outro destacamento, sob o comando do capitão Juan Batista Agüero, partindo de Vila Miranda, alcançou Coxim e, dessa localidade, se dirigiu a Nioaque, incendiando tudo o que estava pela frente. O efetivo empenhado na invasão da província foi de 4.255 paraguaios.³

A ocupação

O comando paraguaio estabeleceu um esquema tático para defender o território ocupado, balizado pela linha de Colônia Militar de Dourados, Colônia Militar de Miranda, Vila de Nioaque e Vila de Miranda.

O Teatro de Operações (TO) de Mato Grosso foi secundário e não influenciou o resultado da guerra, embora as armas e munições apreendidas pelos invasores reforçassem o poder bélico do Exército paraguaio. Com a ocupação de Mato de Grosso, Solano Lopez garantiu sua retaguarda e pôde voltar-se para o Rio da Prata.⁴

Entretanto, a decisão de Lopez de declarar guerra e invadir a Argentina, em 14 de abril de 1865, obrigou-o a rocar o grosso de suas forças que estavam estacionadas em Mato Grosso para região meridional do Paraguai.



Figura 2 – A ocupação

Fonte: GUIMARÃES, 1999

Enquanto isso, no teatro de operações do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai assinaram, em 1º de maio, o Tratado da Tríplice Aliança com a finalidade de lutarem contra Solano Lopez; em 11 de junho, o Gen Estigarribia conquistava São Borja, seguindo para Uruguaiana, e o almirante Barroso triunfava em Riachuelo; e a 18 de setembro, o mesmo Gen Estigarribia capitulava em Uruguaiana.

O Cap Urbieta ocupou Nioaque e fez da cidade o seu posto de comando. Em abril de 1866, o dispositivo inimigo estava articulado com uma centena de soldados nas colônias militares de Dourados e de Miranda. Brilhante e Sete Voltas possuíam um efetivo de cento e dez homens; Vacaria e Morro do Canastrão contavam com mais cem combatentes; Água Fria e Nioaque, com quinhentos e trinta soldados; Taquaruçu e Porto Sousa, com quatro

centenas, totalizando mais de 1.200 militares, fora o efetivo de pequenos contingentes na Fazenda Machorra e Vila Miranda.

Além de reconhecer o terreno e os efetivos brasileiros, esses contingentes podiam informar, se necessário, os víveres, forragens e reforços que pudessem vir pelas vias de acesso balizadas pelos rios Brilhante e Anhanduí. Esse esquema de manobra foi idealizado para carrear a tropa estacionada para as terras paraguaias de Laguna.

O objetivo da ocupação era extinguir qualquer tipo de auxílio às populações e apriar todo o gado existente nas fazendas do Mato Grosso. As reses apresadas eram levadas para Ipané, no Paraguai, com a finalidade de suprir as necessidades das tropas guaranis.

A reação

O Império decidiu atacar o Paraguai por dois eixos opostos. O ataque pelo Sul partiria de Corrientes, atravessando o rio Paraná com a finalidade de derrotar o inimigo e conquistar Asunción. Ao Norte, a investida partiria de Uberaba-MG, atravessando a província de Mato Grosso, a fim de expulsar os guaranis para além do rio Apa. Ficaria em condições de seguir para o Sul mediante ordem, segundo o plano traçado pelo marquês de Caxias, exposto ao general Henrique Beaurepaire Roam, então ministro da Guerra:

Combinando com uma Coluna Principal que deveria invadir o Paraguai pelo Passo da Pátria e ir direto a Humaitá e Assunção, uma outra coluna deveria atuar em Mato Grosso, perseguir o inimigo que tiver invadido a Província até a linha do Rio Apa, aí esperando ordens do General-chefe do Exército do Sul para, de acordo com ele, descer até onde convier.⁵

Em 10 de abril de 1865, o Império organizou uma tropa, reunindo as poucas forças do exército de linha (exército regular) estacionadas nas províncias do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e voluntários das Minas Gerais e Goiás.

Ao Norte, do lado de Mato Grosso, as operações eram infinitamente mais difíceis, não só porque ocorriam a milhares de quilômetros do litoral atlântico, onde se concentram todos dos recursos do Brasil, como ainda por causa das inundações do rio Paraguai, que, cortando, na parte superior do curso, terras baixas e planas, transbordava anualmente, a submergir, então regiões extensíssimas. Consistia o plano de ataque mais natural em subir as águas do Paraguai, do lado da Argentina, até o coração da república e, do Brasil, descê-las a partir de Cuiabá, a capital mato-grossense, que os paraguaios não haviam ocupado.⁶

A mobilização

Os Voluntários da Pátria

A sociedade brasileira não contava com um exército nacional de grande porte, recorrendo à atuação de milícias organizadas pelas elites locais (Guarda Nacional) para manter a ordem e defender o território. Havia a necessidade de recompor os efetivos militares.

A fim de se posicionar frente à ameaça paraguaia, o imperador assinou o Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criando o Corpo de Voluntários da Pátria, com a finalidade de ampliar o escasso contingente de tropas do exército de linha e fazer frente ao ataque de seu belicoso vizinho mediterrâneo.

O esforço de guerra desencadeado em todo o território brasileiro conclamava popula-



Figura 3 – Distintivo dos Voluntários da Pátria

Fonte: verdadesmonarquicas.blogspot.com.br

ção em geral a empunhar armas em defesa da Pátria invadida por forças estrangeiras. O conflito “imprimiu a necessidade de implementação de uma organização bélica nunca antes empreendida pelo Governo Imperial, obrigando-o a recrutar e armar homens em larga escala” — o que deu grande relevo institucional ao Exército naquele momento.⁷

Os voluntários traziam no braço esquerdo um distintivo constituído por uma chapa de metal amarela com a Coroa Imperial, tendo por baixo a seguinte inscrição: “VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA”.

A Força Expedicionária do Mato Grosso

A concentração das tropas foi realizada na cidade mineira de Uberaba. Duas brigadas foram formadas: a paulista, de aproximadamente 1.400 homens, comandada pelo coronel Manoel Pedro Drago, e a mineira, de 1.200 soldados, comandada pelo coronel José Antônio da Fonseca Galvão. A esse efetivo se

Brigada Mineira	Brigada Paulista
1º Corpo de Voluntários Mineiros	Corpo da Guarnição de São Paulo
	Corpo Fixo de Cavalaria de São Paulo
Corpo de Polícia da Província das Minas Gerais	Contingente de Voluntários do Corpo Policial de São Paulo
Corpo da Guarnição de Ouro Preto	
130 praças do 27º Corpo de Voluntários da Pátria de Minas Gerais	Corpo da Guarnição do Paraná
	Corpo Fixo de Artilharia do Amazonas
	Comissão de Engenheiros

Tabela 1 – Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso

Fonte: elaboração do autor, baseado em DUARTE, 1984

juntariam mais tarde soldados amazonenses, goianos e paranaenses, incluindo dois esquadrões de cavalaria e doze canhões.

A marcha para o Apa

A marcha em direção ao rio Apa, acidentado capital que demarca o limite físico entre Brasil e Paraguai, foi realizada em quatro etapas: de Uberaba a Coxim; de Coxim a Vila Miranda; de Vila Miranda até Nioaque; e, por fim, de Nioaque, às margens do rio limítrofe.

Marcha de Uberaba a Coxim

Saindo de Uberaba em 4 de setembro de 1865, o Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso atingiu a localidade de Santa Rita, no dia 21 do mesmo mês, às margens do rio Paranaíba, cuja travessia só foi concluída no dia 29. Nessa oportunidade, a empresa militar recebeu o reforço de 480 soldados goianos e novas ordens:

[...] marchar e ocupar a Vila Miranda, com o objetivo de restabelecer a soberania brasi-

leira naquela região, em virtude de informes que os guaranis haviam a abandonado.⁸

Pondo-se em marcha, a coluna alcançou, em 8 de outubro, a margem direita do rio dos Bois, afluente do rio Paranaíba, cuja travessia foi postergada por cinco dias em virtude das péssimas condições climáticas da região.

No dia 20 do mesmo mês, por ordem do governo imperial, o Cel Drago foi exonerado do comando da tropa. Em seu lugar, assumiu o Cel Fonseca Galvão.

No final do mês de novembro, o Corpo Expedicionário chegou à província de Mato Grosso. A marcha continuou na direção de Coxim, atravessando terrenos insalubres, inundados pelas cheias do rio Paraguai, o que ocasionou diversas moléstias na tropa.

Em Coxim, encontrava-se aquartelada, desde o dia 7 de setembro, uma força formada pelo 20º Batalhão de Infantaria, composto por duas subunidades do 16º CVP e um esquadrão de cavalaria, ambos

1ª Brigada de Infantaria	2ª Brigada de Infantaria
17º Corpo de Voluntários da Pátria (MG) (Ex-1º Corpo de Voluntários Mineiros)	20º Batalhão de Infantaria (GO) (Duas subunidades do 16º CVP)
21º Batalhão de Infantaria (MG) (Corpo da Guarnição de Ouro Preto + Corpo da Guarnição de São Paulo)	1º Corpo de Caçadores a Cavalo Esqd Cav (SP) + Esqd Cav (GO)
Corpo de Polícia da Província (MG)	Contingente do Corpo de Polícia da Província de São Paulo
Corpo Provisório de Artilharia (Remanescentes do Corpo de Artilharia do Amazonas) 4 canhões La-Hitte	
Comissão de Engenheiros	

Tabela 2 – Forças em Operações ao Sul da Província de Mato Grosso

Fonte: elaboração do autor, baseado em DUARTE, 1984

da província de Goiás,⁹ que aguardavam a chegada das tropas que partiram de Uberaba.

Em 20 de dezembro, após percorrer 1.106km a pé, agregando mais pessoal ao seu efetivo, a coluna com 2.203 combatentes e 1.300 agregados¹⁰ transpôs o rio Taquari e acampou na antiga Colônia Militar Coxim, destruída e abandonada pelos guaranis.

A primeira parte da jornada chegara ao seu fim. A tropa já estava no teatro de operações e permutou a sua atual designação para Forças em Operações ao Sul da Província de Mato Grosso.¹¹

A região de Coxim não possuía valor estratégico, a não ser pela sua altura em relação à linha do mar, que oferecia melhores condições de saúde a tropa. Entretanto, houve uma recomendação de prover um local fortificado com apoio da Comissão de Engenheiros. O pequeno fortim foi construído e guarnecido com oito das doze peças de canhão La-Hitte.¹²

No ano seguinte, em 28 de fevereiro de 1866, o Cel Fonseca Galvão, posteriormente promovido a brigadeiro, reestrutu-

rou a coluna da seguinte forma: 1ª e 2ª brigadas de Infantaria, comandadas pelo Ten Cel Antônio Enéas Gustavo Galvão e Ten Cel Joaquim Mendes Guimarães, respectivamente; a Bateria La-Hitte (a quatro canhões), comandada pelo Maj João Tomás de Cantuária; e a Comissão de Engenheiros, chefiada pelo Ten Cel Juvenício Cabral de Menezes.

Apesar da altitude, o terreno era lamacento e pantanoso, enquanto que o clima proporcionava copiosas chuvas durante vários meses. O lugar era insalubre e distante dos centros de abastecimento goianos.

O acampamento ficou ilhado pela água contaminada proveniente dessas tormentas, o que impediu o adequado reabastecimento de víveres, causando uma série de doenças entre a tropa. Essa situação aumentou o número de deserções.

As águas, ao voltarem aos leitos normais, determinaram a necessidade de deixar Coxim, atravessando os pântanos e brejos pestilentos para atingir Vila Miranda.

Marcha de Coxim a Vila Miranda

A coluna partiu de Coxim em 25 de abril de 1866, atingindo o povoamento em 17 de setembro do mesmo ano, em marcha na qual soldados e agregados da expedição caminharam por cerca de 396km.

O itinerário de progressão da coluna era, também, o itinerário de retraimento dos paraguaios. No prosseguimento da missão

atingiram uma região cuja passagem ficou conhecida como Portão de Roma. Era um pórtico feito pela natureza, cortado entre rochas. O Cap José Rodrigues Duarte Júnior, do 17º Voluntários da Pátria, a ele se referiu em suas memórias:

Portão de Roma — lugar assinalado por atravessar a estrada, um pequeno serrote por entre duas pedras cortadas perpendicularmente e que pareciam preparadas para receber um portão.¹³

A força expedicionária, escalonada, chegou às margens do rio Negro com a 1ª Bda em 8 de maio e a 2ª Bda em 4 de junho, após percorrem um único itinerário de progressão. O deslocamento foi realizado em terreno seco e preparado pelos soldados do Batalhão de Engenheiros, o que facilitou o trânsito das carretas de bois, assim como a marcha a pé dos combatentes. No dia 24 de junho, a força expedicionária se pôs em marcha mais uma vez, após a travessia do rio Negro.

A tropa adentrou em áreas inundadas do pantanal, onde foi submetida a terríveis sofrimentos. Os soldados marcharam dias inteiros com água pela cintura e a beribéri a atacá-los, não distinguindo oficiais ou praças.

Foram necessárias dez jornadas até o rio Taboco. É surpreendente como puderam se embrenhar em alagadiços imensos, pantanais intermináveis, cuja vazante, anualmente, inundava o terreno. Alguns autores avaliam que morreram naquela região mais de dois mil seres humanos.

A expedição alcançou o rio Taboco em 3 de julho e lá permaneceu por trinta dias. Naquela oportunidade, foi realizado o abastecimento do Suprimento Classe I (artigos de

subsistência: víveres e forragens) pelas carretas vindas de Coxim e lá chegaram primeiras notícias sobre a evasão dos paraguaios da Vila de Miranda.

No dia 13 julho de 1866, o comandante das Forças em Operações, o brigadeiro Fonseca Galvão, faleceu e foi enterrado em um fosso, vítima da “perneira”.¹⁴ Assumiu o comando da expedição o Ten Cel Joaquim Mendes Guimarães, que comandava a 2ª brigada.

No dia 5 de setembro de 1866, a coluna partiu da região do Taboco em direção a Vila Miranda, não sem antes deixar seu cemitério lotado com as vítimas do beribéri.

No prosseguimento, a tropa atravessou o rio Aquidauana, ultrapassou as localidades de Ipegue, Naxedaxe e Ugai, até alcançar o seu objetivo, em 17 de setembro de 1866. A tropa estava com seu efetivo desfalcado, assim como os cavalos dizimados pela “doença das cadeiras”.¹⁵ A ausência de equinos deixava a Cavalaria a pé. Dos 2.600 homens que saíram de Coxim, somente 2.203 atingiram Vila Miranda. Igual proporção pode-se aplicar aos agregados da coluna.

As Forças em Operações permaneceram estacionadas durante todo o restante do ano de 1866. No dia 1º de dezembro, a beribéri reduziu o efetivo da tropa acampada para 2.081 combatentes.

A essa altura, tinham sido percorridos 2.112 quilômetros em dois anos, se considerada a saída dos primeiros homens do Rio de Janeiro com destino a São Paulo, e um terço de seus membros já morrera.¹⁶

Em 1º de janeiro de 1867, o Cel Carlos de Moraes Camisão, enviado pelo presidente

da província, assumiu a força expedicionária. Encontrou uma tropa disciplinada, mas que se refazia das enfermidades e da fome, sem a organização compatível com o reduzido efetivo e com sua Cavalaria desmontada.

Após realizar o seu estudo de situação e ouvir o parecer de seus engenheiros e médicos (Dr. Cândido Manuel de Quintana e Dr. Manuel de Aragão Gesteira) sobre o estacionamento insalubre em Vila Miranda, decidiu marchar imediatamente para Nioaque.

Marcha de Vila Miranda a Nioaque

O Cel Camisão reorganizou a coluna em 10 de janeiro, aglutinando as duas grandes unidades em uma única brigada. Os índios Terenas e Guaicurus, inimigos fígadais dos paraguaios, se uniram à coluna. Fardada, armada, equipada, municiada e provida de suprimento classe I (Sup Cl I), a Brigada Expedicionária marchou a pé, em 11 de janeiro, chegando a seu destino em 24 do mesmo mês, indo acampar nas cercanias da margem direita do rio Urumbeva. Os paraguaios, mais uma vez, negaram o combate, retiraram-se, saqueando e destruindo Nioaque antes de a tropa brasileira alcançá-los.

Nioaque foi a área de apoio logístico das Forças em Operações ao Sul da Província de Mato Grosso. Possuía um depósito de suprimento Classe I – Artigos de Subsistência (víveres e forragem); Classe II – Material de Intendência (fardamento e material de campanha); Classe V – Armamento e Munição; Classe VIII – Material de Saúde; e Classe X – Material não enquadrado nas classes anteriores (água etc.); além de pousada para os agregados da coluna (mulheres e crianças) antes da arremetida para o rio Apa.

Naquela oportunidade, o Cel Camisão encaminhou ofício à presidência da província nos seguintes termos:

Quartel do Comando das Forças em Operação ao Sul da Província de Mato Grosso. Acampamento em Nioac, 27 de janeiro de 1867.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex^a a chegada das Forças sob meu comando, no dia 24 do corrente, a este ponto, onde pretendo dar-lhe algum descanso e esperar a reunião de gado, a qual permita o prosseguimento da marcha até o Apa.

A escassez do gado, depois da ocupação do distrito por mais de um ano pelos inimigos, torna-se hoje muito sensível, e a vinda de duzentas e cinquenta e cinco reses que remeteu o incansável e digno Presidente da Província de Goiás em nosso socorro veio remover uma das necessidades que se ia tornando iminente.¹⁷

Nioaque era um lugar salubre, e lá a tropa permaneceu até 24 de fevereiro de 1867. As epidemias cessaram. Os soldados mostravam boa disposição física e estavam bem adestrados pelos frequentes exercícios que faziam diariamente, principalmente o manejo e o tiro dos canhões.

Marcha de Nioaque ao rio Apa

Em 25 de fevereiro, a coluna marchou em direção às margens do rio Apa. Atravessou os ribeirões Canindé, Desbarrancado e o Feio, atingindo a antiga Colônia Militar de Miranda em 4 de março. Nesse sítio, a coluna recebeu o último lote de animais trazidos da fazenda Jardim, de propriedade de José Francisco Lopes (Guia Lopes), que teve sua família sequestrada pelos paraguaios, e assim se uniu à coluna na tentativa de salvar seus entes queridos.

O acampamento brasileiro ficou a 12km da fronteira balizada, onde existia o forte inimigo de Bella Vista. Começaram a surgir os primeiros indícios da proximidade com o inimigo. “A partir desse ponto, só no Paraguai a tropa encontraria gado para alimentar a coluna”, pensava dessa forma o Cel Camisão.

Na busca pelo alimento, o 17º de Voluntários recebeu a missão de escoltar elementos da Comissão de Engenheiros para explorar as localidades vizinhas, em 10 de abril, indo até o sítio do Retiro. No dia seguinte, alguns brasileiros refugiados do Paraguai, entre eles o filho do Guia Lopes, chegaram ao estacionamento com informes sobre o terreno e o inimigo que ocupava Bella Vista com cem homens sob o comando do Maj Urbietta.¹⁸

Os refugiados declararam que, em caso de necessidade, em virtude de uma investida brasileira, os paraguaios tinham ordem de destruir todo o material que não pudesse ser carregado ou transportado.

O 17º CVP retornou da missão em 12 de abril e informou ter feito contato visual com o inimigo na região do Retiro. Em 14 de abril, o Cel Camisão encaminhou ofício ao comandante das armas da província relatando a sua dúvida, entre avançar sobre o rio Apa ou retrain para Nioaque, em virtude da inexistência Sup Cl I (gado) que pudesse alimentar a expedição:

Acho-me, pois, nas circunstâncias mais críticas, vendo o iminente momento em que eu seja de todo constrangido pela necessidade de modificar os meus planos, abandonando os projetos que havia delineado.¹⁹

Entretanto, o Cel Camisão fez a expedição marchar em 14 de abril com o objetivo

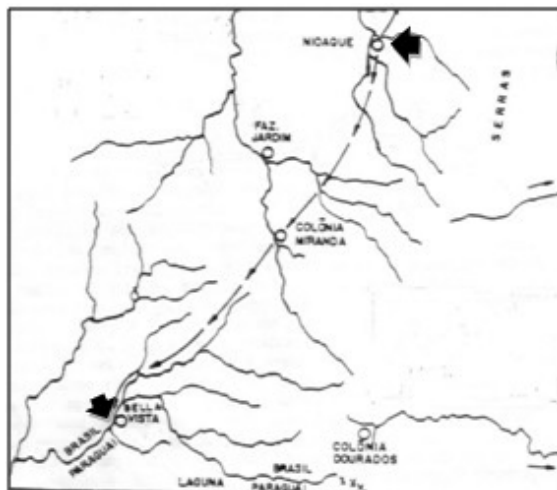


Figura 4 – Marcha de Nioaque ao rio Apa

Fonte: adaptação do autor, baseado em GUIMARÃES, 1999

estabelecer o contato com o inimigo. Atravessou o rio Miranda, ultrapassou a localidade de Retiro e atacou a fazenda Machorra, em 20 de abril, com o 17º de Voluntários na vanguarda da coluna, obrigando o inimigo a retrain para o território paraguaio.

A fazenda compunha-se de duas linhas paralelas de grandes casas, podendo dar abrigo a quatrocentas praças, tendo, além disso, um curtume, uma grande oficina de correiros, dois grandes currais e plantações de mandioca, feijão, milho, canas e fumo.²⁰

A marcha para Laguna

No dia seguinte, 21 de abril, as Forças em Operações ao Sul da Província de Mato Grosso cruzaram o rio Apa, tendo o 20º BI na vanguarda do grosso constituído pelo 21º BI e pelo 17º CVP. O Forte Bella Vista, que estava em chamas, foi atacado e posteriormente ocupado pelos brasileiros.

A fortificação inimiga consistia em um quadrilátero de paus-a-pique, formando um palanque respeitável, com baluartes circulares em dois cantos, e quatro canhoneiras para bocas de fogo de pequeno calibre.²¹

Estimou-se que trezentos soldados paraguaios guarneceriam o forte. Mais uma vez, os guaranis se retiraram da região, adotando a tática da terra arrasada, sem perder de vista a coluna expedicionária e tendo o cuidado de levar todo o gado consigo. Consolidada a ocupação, verificou-se que não havia víveres para alimentar a tropa.

O Cel Camisão permutou a denominação da coluna para **Forças em Operações ao Norte do Paraguai** e determinou a busca no campo pelo gado disperso. No dia 24 de abril, o comandante do 17º CVP relatou o reconhecimento feito no dia anterior, quando observou:

Quartel do Comando do Batalhão 17º de Voluntários da Pátria, no Forte de Bela Vista, República do Paraguai, 24 de abril de 1867.

[...] tendo, às dez horas do dia, transposto os postos avançados, fui logo encontrando vestígios de carros de Artilharia, gente a pé, cavalhada e boiada, e depois de uma hora de marcha avistei um acampamento que, pela bandeira e profundidade, calculei ser de trezentas a quatrocentas praças [...]

[...] à Artilharia, pelos sulcos das rodas, depreendo ser três bocas de fogo; tendo consultado nesta ocasião sobre a Cavalaria e boiada aos prisioneiros brasileiros que se evadiram da Vila de Conceição e que iam comigo para campearem gado, como homens práticos, declararam-me ter o inimigo levado consigo cerca de 800 cavalos, não podendo precisar o número de reses.²²

No dia 1º de maio de 1867, a coluna acampou próximo à fazenda Laguna. Pros-

seguiram para a “invernada”²³ da fazenda, onde nada encontraram durante as buscas dos dias 2 e 3 de maio. Seguindo em frente, encontraram o acampamento paraguaio. Havia patrulhas tangendo o gado e tocando a boiada, mas nenhuma rês foi capturada.

Mostrou-nos o primeiro relance de olhos que, tanto ali como em qualquer parte, o inimigo nos cerceava sobretudo víveres. Ao colocarmos guardas avançadas, pudemos, a certa distância, divisar um acampamento paraguaio dispondo de grande boiada e cavalhada tangida para sul, enquanto a sua vanguarda nos vigiava os movimentos. Que podíamos fazer sem cavalaria.²⁴

No dia 4 de maio, o mascate Miguel Arcângelo Saraco,²⁵ vindo de Nioaque pelo itinerário percorrido pela coluna, se apresentou na fazenda Laguna, com quatro carretas de víveres e mercadorias, suprimento insuficiente para atender a demanda da tropa em operações.

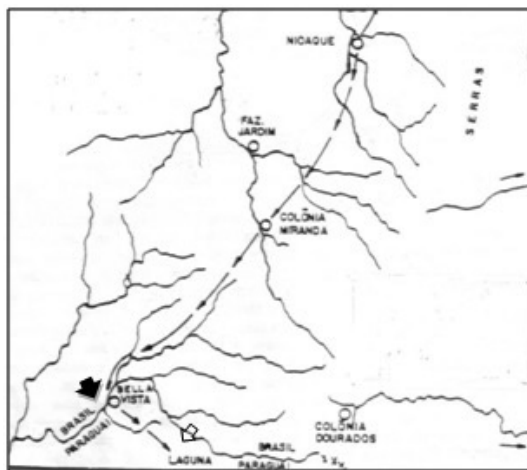


Figura 5 – Marcha do rio Apa à Fazenda Laguna
Fonte: adaptação do autor, baseado em GUIMARÃES, 1999

Na madrugada do dia 6 de maio, foi realizado um ataque contra o estacionamento guarani com o 21º BI e o Corpo de Caçadores (a pé) em 1º escalão, apoiado pelo 17º CVP, com o reforço de dois canhões e em reserva mantendo o 20º BI. Esse entrevero foi denominado, pelos paraguaios, de Combate de Akaravevó.

[...] de baioneta calada, a posição dos canhões paraguaios foi tomada. (Não concebia o comandante paraguaio Urbietta ter seus canhões, seus cavalos e suas sentinelas avançadas, que resguardavam o grosso da tropa, vencidos por tão pequeno contingente de soldados a pé, e sem canhões, sem cavalos).²⁶

Não houve a ordem para ocupar a posição. A consolidação do objetivo não foi realizada. Faltavam os Sup Cl I e V. Não havia animais para tracionar as bocas de fogo inimigas capturadas. O Maj Tomás Gonçalves, comandante do 21º BI, encerrou a operação evacuando sua tropa do reduto inimigo.

Os paraguaios, passada a surpresa, tracionaram as carretas de artilharia, apontaram seus tubos em direção ao escalão de ataque inimigo e cumpriram a missão de tiro, enquanto que a força hipomóvel carregava sobre o flanco brasileiro. O fogo de contrabateria expedicionário fez calar os canhões guaranis e manter a cavalaria paraguaia a distância.

O combate foi intenso. O número reduzido das baixas expedicionárias, as elevadas perdas guaranis e sua inferioridade no combate em relação aos brasileiros fez surgir no Cel Camisão a seguinte exclamação:

[...] assolaram esta região indefesa, não mais dirão que os tememos. Sabem que dentro do próprio território podemos obrigá-los a

pagar o mal que nos fizeram. Vamos à fronteira aguardar algumas probabilidades de nos abastecer e gozar de pequeno repouso que me não poderá ser exprobado.²⁷

Assim sendo, o Cel Camisão tomou a decisão de empreender uma retirada até a fronteira, na esperança de lá encontrar as carretas com víveres e munição solicitados a Nioaque e, depois de reabastecido, voltar a operar ofensivamente além do rio Apa.²⁸

A retirada da Laguna

As forças guaranis haviam sido reforçadas. O Maj Montiel Blas, com uma força de dois mil soldados e seis “bocas de fogo”, reforçou as tropas de Urbietta a fim de deter a invasão do Paraguai. A essa situação se referiu o Gen Resquin:

Afortunadamente, em 16 de abril de 1867, chegaram ao porto de Vila de Concepción alguns reforços de tropa de cavalaria e uma bateria de artilharia, que do acampamento do Passo Pucu haviam sido despachados, para se porem às ordens do Coronel Martim Urbietta, Comandante Militar de Nioaque.²⁹

Na manhã de 8 de maio de 1867, a coluna expedicionária iniciou a retirada.³⁰ O 1º Corpo de Caçadores (a pé) tinha a missão de vanguarda, logo atrás vinha o grosso, composto do 20º BI e do 21º BI, realizando a flancoguarda e, fechando o dispositivo, o 17º de Voluntários da Pátria com a missão de retaguarda.

Iniciada a marcha para o Apa, os paraguaios, sob o comando do Maj Urbietta, atacaram a coluna. O Cel Camisão determinou que a travessia do córrego da Invernada fosse acelerada.

A coluna adotou a formação em quadrado, com a finalidade de se defender das cargas da cavalaria paraguaia. Os guaranis tentaram romper o dispositivo brasileiro.

No Combate de Baiendê, segundo o Gen Resquin, os paraguaios perderam três oficiais e 65 praças mortas, sendo feridos sete oficiais e 82 praças.³¹ Ao terminar a operação de transposição de curso d'água, os soldados do 17º CVP resgataram do leito do rio uma peça de artilharia.³²

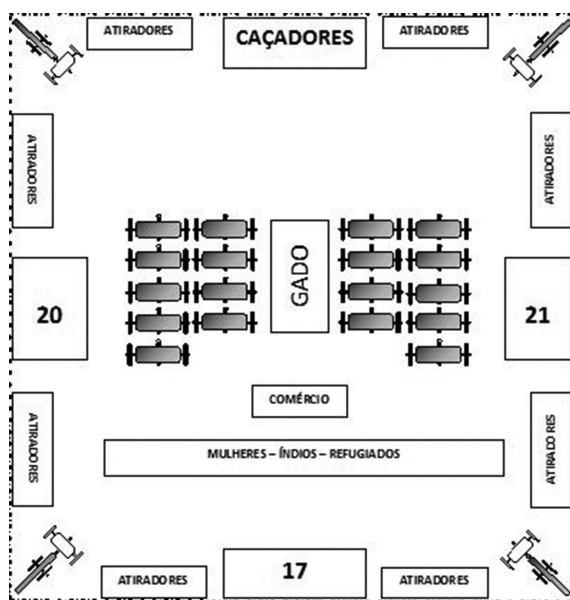


Figura 6 – O esquema do quadrado

Fonte: adaptação do autor, baseado em CAMPES-TRINI, 2011

O combate foi um ir e vir, durante todo do dia, a fim de não permitir que o inimigo penetrasse no quadrado. Ao cair da noite, a coluna estacionou à margem do rio Apa-mi, no itinerário que levaria à fronteira.



Figura 7 – Peça de artilharia calibre 4 (canhão La-Hitte)

Fonte: DUARTE, 1984

No dia 9 de maio, à tarde, a coluna acampou nas alturas que dominavam as margens do rio Apa em frente ao Forte Bella Vista. Nessa região aguardou duas jornadas, até que, no dia 11 de maio, transpôs o acidente capital que delimitava a fronteira entre a República e o Império.

Nessa oportunidade, o comandante da expedição recebeu a informação, por um oficial vindo de Nioaque, de que as carretas com Sup Cl V não se encontravam a caminho.

Já no Brasil, a cavalaria paraguaia atacou o 17º de Voluntários, vanguarda da coluna, no dia 11 de maio. A confusão se instalou novamente, e os guaranis aproveitaram o entrevero para cercar e aprisionar o último recurso de alimentação para a coluna: o gado.

Este combate, denominado Nhandipá, tributou em terras brasileiras a vida de 184 guaranis sob o comando do Maj Urbiet, enquanto que as baixas brasileiras foram de aproximadamente sessenta. A tropa voltou a marchar sempre na formação quadrado, exigência de um exército sem cavalaria.³³

Nesse dia surgiu um novo e mais perigoso inimigo: o cólera-morbo. A primei-



Figura 8 – O quadrado

Fonte: DUARTE, 1984

ra baixa surgiu com a morte de um índio terrena. O Dr. Gesteira e Dr. Quintana, únicos médicos da coluna, comunicaram, reservadamente, ao comandante a situação existente e que a mesma se alastraria por toda a coluna.

O itinerário de retraimento passava por um caminho que ia ter na fazenda do Guia

Lopes. A princípio, era conhecido apenas do Velho Lopes e seu filho: mais curto; mais seguro; mais impróprio às ações da tropa hipomóvel inimiga; e com maior probabilidade de se encontrar gado livre no pasto.



Figura 9 – Cavalaria paraguaia

Fonte: www.ospreypublishing.com

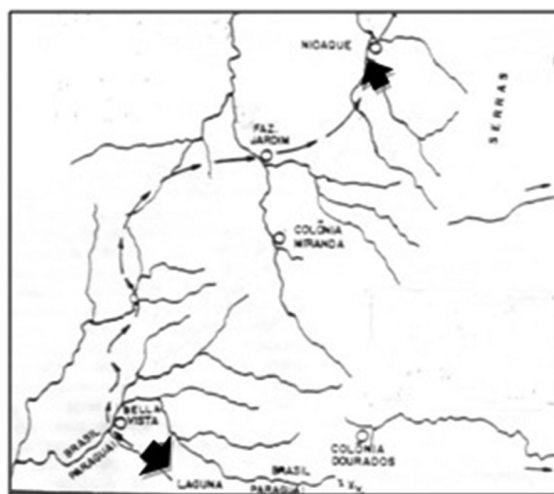


Figura 10 – Itinerário de retraimento da Fazenda Laguna a Nioaque

Fonte: GUIMARÃES, 1999

Apesar de todas as condições favoráveis, Lopes alertou, ainda, pela necessidade de se realizarem reconhecimentos, a fim de não caírem em emboscadas do inimigo, haja vista que a região era coberta por vasto e espesso matagal. Isso não foi feito.

No dia 14 de maio, através do campo coberto de macegal, foi possível avistar no horizonte colunas de fumaça. Era o incêndio no campo.

Os paraguaios fizeram uso constante desse recurso, durante toda a retirada. Eram habilíssimos (Taunay, p. 114) neste gênero de manobras que entre eles chega a constituir uma arte, com regras baseadas nos conhecimentos dos ventos e lugares, arte, aliás, diabólica, quando empregada como arma de guerra.³⁴

No dia 20 de maio, três soldados foram tocados pela cólera. A doença evoluiu rapidamente dizimando o efetivo das forças da expedição. Esse vírus, diferentemente do beribéri era contagioso e de uma eficácia mortal. Os vetores de transmissão eram a água e os parques alimentos contaminados.

Concomitantemente, o flagelo do fogo acompanhou a coluna expedicionária durante doze dias e doze noites até atingirem as cercanias da fazenda Jardim, no dia 23 de maio. Nesse período, os animais exauridos já não caminhavam, ficando os carros de munição, os canhões e as carretas de bagagens sem tração. A fome voltou a castigar a coluna. Faltava pão, sal, farinha, carne e cereais. Os homens e as mulheres estavam morrendo de fome.

E assim aconteceu. O inimigo fustigava a tropa. O fogo ardia, ressecava a pele e sufo-

cava os pulmões. A falta de alimentos levava muitos à morte. A tormenta era implacável na sua intensidade. E agora a cólera exterminava a coluna. As carretas estavam apinhadas de feridos e coléricos. No dia 25, apurou-se que havia 96 padiolas transportando os doentes.

Havia urgência em encontrar uma solução. Na madrugada do dia 26 de maio, o Cel Camisão reuniu seus oficiais e anunciou a sua decisão: abandonar os coléricos à generosidade do inimigo. Ao mesmo tempo, assumiu a inteira responsabilidade por aquele brutal e cruel ato, necessário para salvar a expedição.

Após o anúncio se fez um silêncio sepulcral, apenas rompido pelo Dr. Gesteira:

Meu juramento médico prestado ante Deus, ante a Sociedade, ante a minha própria consciência, selado pela minha honra, manda, exige, que me oponha a essa desumana resolução, mas os meus deveres de soldado, meu destino intimamente ligado à Expedição e aos laços de Disciplina me impõem, por sua vez, o mais profundo silêncio à resolução de meu Chefe; não me é lícito aprovar nem desaprovar; aplaudir nem censurar.³⁵

Naquela mesma madrugada, à luz das tochas, foi aberta uma grande clareira no Pouso do Prata no arroio Cambaracê, atual rio Verde, onde cada batalhão posicionou seus enfermos para serem abandonados no dia seguinte.

A clareira aberta, que serviu de último pouso aos coléricos, ficou conhecida pelo nome de Cambarecê,³⁶ pois na língua nativa guarani, *cambá* significava “negro africano”, “preto”, “macaco preto”. Assim o paraguaio se referia a todo soldado brasileiro.



Figura 11 – O abandono dos coléricos

Fonte: óleo de Lopes do Leão, acervo do Museu Histórico Nacional

Comentário do autor: Episódio verificado na Coluna Expedicionária do Mato Grosso, na jornada de 26 de maio de 1867, no Pouso do Prata.

A coluna, novamente, se põe em marcha e, aos poucos, se distanciou de seus camaradas quase moribundos. Pouco depois se escutaram os disparos das armas de fogo e os gritos dos coléricos transpassados pelas espadas e lanças guaranis.

No dia seguinte, 27, a coluna se aproximou do rio Miranda, avolumado pelas

chuvas. Ao cair da noite, a coluna acampou no sítio do Jardim. O Cel Camisão, o Ten Cel Juvêncio e o Guia Lopes recebem a extrema unção, este último perece naquela mesma noite e é enterrado junto com seu filho em suas próprias terras. O número de coléricos aumentava.

A marcha prosseguiu. Em 29 de maio, o Cel Camisão e o Ten Cel Juvêncio falecem e são enterrados lado a lado às margens do rio Miranda.³⁷ Imediatamente os oficiais comandantes dos diversos corpos se reúnem e designam, interinamente, o major José Tomás Gonçalves comandante das Forças em Operações.



Figura 12 – Cambarecê

Fonte: reprodução obtida na Internet (domínio público)

No local foi construído, por ordem do Imperador, um cemitério, hoje Cemitério dos Heróis, sob os cuidados do Exército. Os restos mortais daqueles mortos foram trasladados, décadas depois, para o monumento aos Heróis da Retirada da Laguna e Dourados, no Rio de Janeiro.

No dia 30 de maio, teve início a travessia do rio Miranda, que tributou mais três vidas, ao serem levadas pela forte correnteza das águas. No dia seguinte, 1º de junho, com a segunda margem ocupada, a coluna se reorganizou e partiu em direção a Nioaque. A noite caiu, e os expedicionários continuaram marchando. A coluna acampou na margem esquerda do rio Nioaque. Um batalhão paraguaio, que efetuara a transposição do curso d'água antes da coluna, tentou emboscar a vanguarda da tropa (21º BI), que reagiu com perícia e bravura. Por todos os lugares existiam sinais da passagem das tropas inimigas.

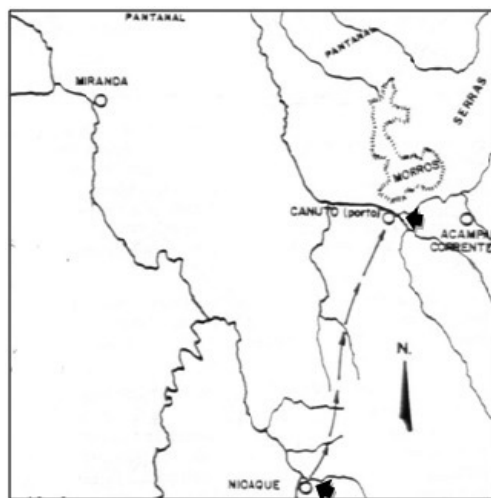


Figura 13 – Itinerário de retraimento de Nioaque a Porto Canuto

Fonte: adaptação do autor, baseado em GUIMARÃES, 1999

A coluna chegou, em 4 de junho, à Nioaque incendiada pelos guaranis quando a abandonaram. O Serviço de Intendência³⁸ deixado pelo Cel Camisão nesta Área de Apoio Logístico, sob o comando do Francisco Augusto de Lima e Silva, já havia retraído para Porto Canuto.

Ainda em Nioaque, o inimigo montou uma armadilha. Colocou explosivos dentro da igreja com rastilhos. Sem preocupação, um voluntário acidentalmente acionou o dispositivo de ignição e o templo foi pelos ares, ceifando seis jovens vidas e mutilando outras sete.

Em 5 de junho, a tropa partiu de Nioaque em direção à primeira margem do rio Taquaraçu, onde estacionou. No dia 8 de junho, os paraguaios anunciaram, por meio de seus clarins, que estavam se retirando para o Forte de Bella Vista. A travessia foi concluída no dia 9; após duas jornadas, a tropa chegou ao Porto Canuto, na margem esquerda do rio Aquidauana. No dia 11 de junho de 1867, estava encerrada a operação militar da Retirada da Laguna.

No dia 12 de junho, o comandante da coluna expedicionária baixou a seguinte ordem do dia:

A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias as mais difíceis. Sem cavalaria, contra o inimigo audaz, que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-nos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pela cólera que vos roubou em dois dias o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias; todos esses males, todos esses desastres vós os suportastes numa inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio da tormenta, de imensas inundações, em tal desorga-

nização de natureza que parecia contra vós conspirar.

Soldados! Honra a vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras.³⁹

Foram trinta e três dias de dores e sofrimentos causados pela perda de companheiros, condições climáticas, cobertura vegetal, regime dos rios, doenças e ação inimiga. Mesmo assim, eles conseguiram cumprir a missão de se retirar e regressar com seu efetivo, reduzido, ao Brasil sem se renderem com seus canhões e bandeiras, ou aniquilados pela lança ou fogo paraguaio.

Após refeito da fadiga, equipado e armado, o 17º de Voluntários da Pátria e os remanescentes dos outros corpos foram deslocados para Cuiabá, capital da província onde receberam o carinho e a atenção da população. O 17º CVP seguiu, posteriormente, rumo a Asunción, onde participou da Campanha das Cordilheiras.

Em reconhecimento à bravura e ao destino desses homens, o governo imperial, em 7 de agosto de 1868, concedeu às Forças Ex-

pedicionárias em Operações ao Sul de Mato Grosso a Medalha Constância e Valor, também conhecida como Medalha da Campanha de Mato Grosso.

A outorga dessa condecoração foi formulada com base no seguinte texto:

Atendendo à **constância e ao valor** com que, não obstante as privações sofridas, se houveram as Forças Expedicionárias de Mato Grosso, batendo vigorosamente as colunas paraguaias em combates que com elas travaram em território inimigo.⁴⁰
(Grifo nosso)

A constância e o valor do soldado brasileiro foram testados nos entreveros com o inimigo, durante a marcha (Machorra, Bella Vista e Akaravevó) e na retirada (Baiendê, Apa-Mi e Nhandipá), quando conquistaram a vitória, em circunstâncias táticas e ambientais que indicavam o aniquilamento ou a capitulação, como inevitáveis, das Forças Expedicionárias.⁴¹

E assim, a coluna expedicionária foi extinta, cuja organização se deu em 10 de abril de 1865, com tropas do exército de linha estacionadas nas províncias do Paraná e São Paulo, que marcharam em direção a Uberaba. Na cidade mineira, concentraram os efetivos que partiram rumo ao Mato Grosso em 4 de setembro do mesmo ano, aglutinando no caminho os soldados e voluntários das Minas Gerais e de Goiás.

Em 20 de dezembro, a expedição adentrou o teatro de operações, tendo o seu primeiro batismo de fogo em Machorra, no dia 20 de abril de 1867. No dia seguinte, invadiu o Paraguai. Lutaram em Akaravevó, em Baiendê e Nhandipá, onde o tributo para a vitória foram as sepulturas deixadas no cami-



Figura 14 – Medalha Constância e Valor
Fonte: revista Verde-Oliva, 2017

nho. Lutaram contra a fome, a cólera e o que havia de melhor da tropa inimiga, a cavalaria paraguaia. Acolhidos em Porto Canuto em 11 de junho de 1867, encerraram a missão.⁴²

A Retirada da Laguna foi o episódio de maior destaque de toda a missão. Mas o termo “retirada” traz uma conotação de “derrota”.⁴³ Então por que comemorar erros estratégicos e táticos que tiveram como resultado mais de duas mil baixas? A constância e o valor extremados pelos soldados brasileiros são a resposta para tal indagação.

A “Medalha da Campanha de Mato Grosso” expressou àquela época, assim como expressa nos dias atuais, o verdadeiro significado do episódio da “Retirada da Laguna”.

Conclusão

O planejamento estratégico baseado em informações pouco precisas sobre o inimigo, o terreno e os meios fez com que a execução do apoio logístico no teatro de operações se tornasse deficiente, em todos os níveis, principalmente no que diz respeito aos suprimentos classe I, V e VIII.

O planejamento tático baseado em informes sobre a área de operações e seus recursos naturais, sem que a qualidade das fontes, a plausibilidade e a veracidade dos fatos fossem comprovadas, levou o Cel Camisão a decidir de maneira falha. A expedição foi constantemente surpreendida pelo inimigo, sofrendo pela redução até a inexistência do suprimento classe I e pela reposição de equinos para cavalaria e muares para o tracionamento das carretas e dos canhões.

A invasão do território inimigo sem possuir uma cauda logística compatível com a

operação traçada — e, principalmente, sem a sua Arma Ligeira⁴⁴ que se pudesse contrapor à cavalaria guarani — levou ao insucesso da missão. Os paraguaios não foram expulsos do território brasileiro e sim, realizaram um movimento retrógrado até Laguna. Deste ponto passaram a perseguir a força expedicionária até as cercanias de Nioaque. Só retraíram por conta da necessidade de empregar seus meios na frente Sul.

Apesar do fracasso da expedição, a retirada da Laguna é um capítulo à parte na história, pois foi um movimento organizado e realizado para a retaguarda, a partir da fazenda Laguna, no Paraguai, em 8 de maio, até o acolhimento em Porto Canuto, no Mato Grosso, em 11 de junho, cujo objetivo foi romper o contato com a tropa paraguaia comandada pelo Maj Urbieta.

Ao serem acolhidos, com parcela de seu efetivo, com seus estandartes e suas bocas de fogo, esses soldados externaram as qualidades do homem e militar do povo brasileiro. O Estado empregou tropas do Amazonas, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo na defesa de uma província distante e pouco habitável como era o Mato Grosso daquele século.

O manejo correto da artilharia (canhões La-Hitte) e as manobras da infantaria (o quadrado) evitaram extermínio da expedição, consequência do exemplo demonstrado pelos oficiais e graduados à frente de seus comandados, todos desgastados pelos sucessivos combates e emboscadas perpetrados pelo soldado paraguaio.

O reconhecimento do povo e do governo imperial fez-se através da “Medalha Constância e Valor”, outorgada unicamente aos

integrantes da força expedicionária do Mato Grosso.

A constância se manifestou pela capacidade dos oficiais e praças de se recobram e se adaptarem à má sorte ou às mudanças ocorridas nos itinerários de marcha e de re-
traimento, seja pela força da natureza, seja ação dos paraguaios.

O valor foi evidenciado pelo moral e capacidade física e intelectual, demonstrados nos momentos mais difíceis da empreitada, o que despertou admiração e respeito da sociedade da época, ao tomarem conhecimento da valentia, coragem e intrepidez de seus soldados.

À Nação Brasileira e ao seu Exército cabe lembrar e rememorar os feitos daqueles que de-

ixaram as suas vidas no pantanal matogrossense e nas terras guaranis. A frase “constância e valor”, cunhada no verso da medalha, foram os atributos que serviram de amálgama àqueles que deixaram suas províncias e participaram dessa epopeia.

A constância e o valor foram estampados no suor, no sangue e nas lágrimas, acima do que seria humanamente esperado, do soldado do Exército de Linha ou do Voluntário da Pátria. **REB**

*De quase três mil homens que chegaram a compor
a força expedicionária, apenas 700 voltaram
a Porto Canuto. Trouxeram as bandeiras,
os canhões e a honra intactos.
Deixaram milhares de sepulturas.*

CEL FRANCISCO JOSÉ MINEIRO JÚNIOR⁴⁵

Referências

- CAMPESTRINI, Hildebrando. *História de Mato Grosso do Sul: Cinco séculos de História*. – Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas Léguas a Pé*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 1999.
- IZECKSON, Vitor. *O Cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- TAUNAY, Alfredo d’Escagnole, Visconde de, 1843-1899. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006.
- MINEIRO, Francisco José Júnior. *Justificativa de rememorações referentes à Retirada da Laguna*. Memória para Decisão Nº 326, CEPHiMEx, 07, ago., 2017, p. 2 e 3.
- Revista Verde-Oliva / Exército. *A Guerra da Tríplice Aliança*. Ano XLIV, Nº 236, Brasília: Centro Comunicação Social do Exército, 2017.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ FROTA, Guilherme de Andrea. *500 Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p. 362.
 - ² DORATIOTO, F. M. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.111.
 - ³ GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas Léguas a Pé*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999, p. 24.
 - ⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 121.
 - ⁵ DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio, p. 5.
 - ⁶ Taunay, Alfredo d' Escagnole, Visconde de. *A retirada da Laguna*; traduzida da quinta edição francesa por Afonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006, p. 47.
 - ⁷ IZECKSON, Vitor. *O Cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997, p. 85.
 - ⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 122.
 - ⁹ DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio, p. 24
 - ¹⁰ Mulheres, crianças, carreteiros, comerciantes, aventureiros que acompanhavam a tropa durante a guerra.
 - ¹¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 123.
 - ¹² GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé: a campanha do Apa*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999, p. 35.
 - ¹³ Ibidem, p. 74.
 - ¹⁴ Apelido que os soldados haviam dado à beribéri, pela característica do endurecimento da barriga das pernas, logo no início da doença. – GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas Léguas a Pé*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999.
 - ¹⁵ Enfermidade causada pelo protozoário *Trypanosoma evansi*. Disponível em: <www.infoescola.com/medicina-veterinaria/mal-de-cadeiras>. Acesso em: jun. 2017.
 - ¹⁶ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 123.
 - ¹⁷ DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio, p. 27.
 - ¹⁸ TAUNAY, Alfredo d'Escagnole, Visconde de, 1843-1899. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006. p. 66.
 - ¹⁹ GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas Léguas a Pé*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999, p. 96.
 - ²⁰ CAMPESTRINI, Hildebrando. *História de Mato Grosso do Sul: Cinco séculos de História*. – Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011, p. 216.
 - ²¹ Ibidem.
 - ²² DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio, p. 36.
 - ²³ Local onde o gado se concentrava na estação das grandes cheias, atraídos pelas propriedades salinas do solo.

- ²⁴ TAUNAY, Alfredo d'Escragno, Visconde de, 1843-1899. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006. p. 86.
- ²⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 127.
- ²⁶ GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas Léguas a Pé*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999, p. 97.
- ²⁷ TAUNAY, Alfredo d'Escragno, Visconde de, 1843-1899. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006, p. 91.
- ²⁸ GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas Léguas a Pé*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999, p. 100.
- ²⁹ DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio, p. 40.
- ³⁰ Movimento retrógrado que uma tropa faz para a retaguarda, de forma organizada, com a finalidade de romper o contato com o inimigo.
- ³¹ DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio, p. 41.
- ³² Um canhão La-Hitte.
- ³³ CAMPESTRINI, Hildebrando. *História de Mato Grosso do Sul: Cinco séculos de História*. – Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011, p. 219.
- ³⁴ Ibidem, p. 220.
- ³⁵ DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio, p. 52.
- ³⁶ Onde o negro (brasileiro) chorou, referindo-se aos pedidos de misericórdia que os coléricos abandonados naquele riacho fizeram, sem sucesso, aos paraguaios, para não serem mortos.
- ³⁷ CAMPESTRINI, Hildebrando. *História de Mato Grosso do Sul: Cinco séculos de História*. – Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011, p. 223.
- ³⁸ Ibidem.
- ³⁹ DUARTE, Paulo de Queiroz, 1900. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. v. 2 – t. III – O Comando de Osorio, p. 61.
- ⁴⁰ Ibidem, p. 62.
- ⁴¹ MINEIRO, Francisco José Júnior. *Justificativa de rememorações referentes à Retirada da Laguna*. Memória para Decisão Nº 326, CEPHiMEx, 07, ago., 2017, p. 2 e 3.
- ⁴² Ibidem.
- ⁴³ Ibidem.
- ⁴⁴ Tropa de natureza hipomóvel – Cavalaria
- ⁴⁵ MINEIRO, Francisco José Júnior. *Justificativa de rememorações referentes à Retirada da Laguna*. Memória para Decisão Nº 326, CEPHiMEx, 07, ago., 2017, p. 2 e 3.

Os cento e cinquenta anos da Retirada da Laguna

Logística, geografia e combate

*Paulo Marcos Esselin**

*Luiz Henrique Ferreira Fernandes***

*Uma fada má presidiu ao nascimento desta expedição;
ela tem contra si a má sorte e vai sempre de mal a pior.*

TAUNAY

Em 30 de agosto de 1864, Francisco Solano López, presidente do Paraguai, declarou solenemente que a intervenção militar do império do Brasil na república do Uruguai constituiria razão de guerra, ao agredir o equilíbrio dos estados do Prata e seus interesses nacionais.

No final do mesmo ano, o antigo Mato Grosso foi invadido por tropas paraguaias, dando início ao mais longo conflito militar da América do Sul: cinco anos da mais sangüinolenta e destrutiva guerra, a de maior repercussão para os quatro países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros.

A invasão de Mato Grosso pelas tropas paraguaias, em dezembro de 1864, causou profunda indignação às autoridades do Brasil, que a viram como “ato traiçoeiro e injustificável” (DORATIOTO, 2002, p. 111),

segundo declarações da época. Para retomar a província invadida, o general Henrique Beaurepaire Rohan, ministro da guerra do Império, solicitou sugestões sobre as ações a empreender para a expulsão dos invasores. O primeiro a ser ouvido foi o marechal Caxias, que propôs dividir a ofensiva paraguaia.

[...] não conhecia bem os efetivos de Mato Grosso, mas julgava que estes, acrescidos de 4.000 homens, que marchassem, por terra, de São Paulo e Minas Gerais, poderiam dar combate aos invasores até o Apa, onde aguardariam ordens; teriam base em Miranda, e o principal objetivo dessa operação militar seria distrair as forças paraguaias para facilitar a invasão, pelo sul, no território inimigo. (GUIMARÃES, 1988, p. 11)

Já o almirante Tamandaré sugeriu, sem qualquer estudo detalhado, a formação de uma grande frente, que atacaria pelo norte do Paraguai e “reuniria 20.000 homens, com

* Doutor em História Ibero-Americana (PUC-RS), com estágio de pós-doutorado em História pela USP; docente da UFMSul. (Paulo.esselin@gmail.com)

** Graduado em Licenciatura Plena em História (UFMS/16). (luizhfrnandes6@mail.com)

soldados mineiros, paulistas e cuiabanos” de modo que López “não poderia resistir à sorte que o esperava” (GUIMARÃES, 1988, p. 11).

O senador José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, ex-presidente da província de Mato Grosso, que, de todos, era quem dispunha de algum conhecimento da região e de suas vias de comunicação, sugeriu que:

[...] só dentro de dois anos o plano poderia ser executado com sucesso; dizia que as vias fluviais partindo do Tietê (o Paraná, o Pardo, o Ivinhema e o Iguatemi) poderiam ser utilizadas para colocar tropas próximas de Miranda, no alto da serra de Maracaju; a do Ivinhema, tomando o seu formador Brillhante ou até a boca do Dourados, poderia despejar tropas na mesma serra ou na Vacaria; a do Iguatemi, a mais distante, poderia pôr tropas no cimo da serra, mas em terrenos hostis; examinou a via terrestre, pela qual, embora difícil, era a que podia ser utilizada imediatamente. (GUIMARÃES, 1988, p. 11)

Das propostas oferecidas ao ministro da Guerra, todas apresentavam dificuldades de execução. O teatro de operações distava muito dos grandes centros e era área praticamente desconhecida pelo exército imperial; não havia infraestrutura; as comunicações eram extremamente precárias. Além disso, o clima era inóspito. Nesse cenário, o apoio logístico — transporte, alimentação, alojamento, água, serviços como os de cozinha, fardamento, equipamentos, reposição de armamento e munição, bem como coleta e sepultamento dos mortos — era extremamente dificultoso e foi negligenciado ou sequer considerado no planejamento das operações (BERGO, 2015).

O conhecimento de que o senador Pimenta Bueno dispunha sobre a província de Mato Grosso advinha do fato de ter sido seu presidente de 1836 a 1838, sendo em 1843 nomeado representante diplomático do Brasil no Paraguai. Foi ele quem sugeriu a utilização das vias fluviais¹ como o melhor meio para transportar os efetivos até o teatro de operações. No entanto, afirmou na ocasião serem necessários dois anos para a execução do plano. As sugestões de Pimenta Bueno não foram acolhidas pelo ministro da Guerra. Optou-se, na ocasião, pela coluna de marcha. Com essa escolha, os militares levaram dois anos para alcançar a fronteira paraguaia, tendo percorrido um longo e inóspito caminho à custa de muitas vidas.

O plano adotado foi o de criar uma força expedicionária destinada a divertir² os paraguaios estacionados em Mato Grosso, enquanto o esforço principal se efetuariaria a partir do Rio Grande do Sul.

[...] o corpo de exercito tinha missão, que devia cumprir a todo o custo, que a sua marcha pelo Norte do território paraguayano era absolutamente indispensavel no plano do conjuncto da guerra, que essa diversão, seria talvez decisiva em favor do ataque ao Sul. (TAUNAY, 1874, p. 41)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Acreditava-se que essa coluna que iria agir em Mato Grosso pudesse ainda proteger a cavallhada e o gado ali existentes, facilitando o ataque a Humaitá, já que dividiria as forças adversárias (DORATIOTO, 2002).

Os efetivos do exército brasileiro ainda em formação eram pequenos, mal adestrados e mal equipados. O serviço militar não

era obrigatório. Para suprir a debilidade do exército, o imperador Pedro II, em 7 de janeiro de 1865, pelo decreto 3371, criou para o exercício extraordinário da guerra os batalhões denominados Voluntários da Pátria, abertos a todos os cidadãos de 18 a 49 anos.

À época, os investimentos no exército imperial eram poucos, e “o recrutamento era forçado, sendo que as praças provinham das classes mais baixas, constituindo-se em verdadeira escória social” (BERGO, 2015, p. 8). Eram também incorporados indivíduos sentenciados e indultados, escravos libertos e homens vadios.

O reflexo desse recrutamento foi organizar uma tropa inexperiente, de pouca disciplina, sem suficiente adestramento e sem espírito de corpo — algumas das causas de insucesso na defesa das fronteiras, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul (MOURA, 2009). Na cidade do Rio de Janeiro, assistia-se à chegada de contingentes oriundos do Norte, “muito bisonhos e matutos. Mal aportavam seguiam logo para as bandas do Sul, empilhados em péssimos transportes” (TAUNAY, 1948, p. 118).

Já a marinha era poderosa e moderna. Dispunha de 42 navios e de quatro mil homens bem treinados, e achava-se estacionada no rio da Prata em consequência do conflito no Uruguai (BERGO, 2015).

O governo convocou as guardas nacionais de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Amazonas, além dos Voluntários da Pátria, para comporem a Coluna Expedicionária de Mato Grosso, nomeando, para comandá-la, o coronel de cavalaria Manoel Pedro Drago, que também seria o comandante das armas da província de Mato Grosso.

Em 1º de abril de 1865, partiu do Rio de Janeiro com destino a Santos, por terra, o Corpo Expedicionário, em alguns contingentes de infantaria aos quais se anexou o corpo de artilharia do Amazonas, bem como seu estado-maior e a comissão de engenheiros, perfazendo um total de 568 homens, munidos de algumas viaturas para transporte de munição, víveres e bagagens (VIANA, 1938).

De Santos, a coluna, agora engrossada por contingentes oriundos de São Paulo, Goiás e Paraná, e também por uma companhia de cavalaria, alcançou Uberaba, em Minas Gerais, onde recebeu o aporte de outros contingentes de infantaria sob o comando do coronel Jose Antônio da Fonseca Galvão bem como outra coluna composta do corpo policial do 17º Batalhão de Voluntários e do 21º Batalhão de Linha, resultando ao todo em 1.209 homens que se juntaram às forças do coronel Drago naquela cidade, formando assim duas brigadas. Ao todo, a coluna foi composta por cerca de três mil homens. (TAUNAY, 1874). Em 4 de setembro, a Força Expedicionária deixou Uberaba em direção a Cuiabá.

Devido à urgência para compor as tropas, já no início de sua organização, constatou-se falta de materiais básicos para os combatentes, como mochilas, barracas e outros itens que pudessem assegurar um mínimo de conforto para a longa marcha. Os soldados transportavam seus pertences em sacos; as barracas eram poucas e de material de baixa qualidade, que rapidamente se deteriorava, proporcionando exígua proteção. Muitos dos que seguiam para as operações ao sul de Mato Grosso deslocavam-se descalços ou utilizavam alpercatas ou chinelos de couro, devido ao

incomodo que as botas causavam após serem expostas às águas que eram obrigados a cruzar ou porque seus calçados se destruíam ao longo do percurso (CERQUEIRA, 1980).

Parte do abastecimento de gêneros era feita por comerciantes que acompanhavam as tropas levando vestuários, alimentos e quinquilharias, vendidos sempre a preços elevados aos soldados, que recebiam seu soldo em marcha. Uma ação tão mal preparada e planejada pelo império constituía, segundo Maia (1964, p. 186), uma “expedição da fome e da morte”. Apesar do despreparo das tropas, reinava entre oficiais e soldados a certeza de que iriam viajar por todo o interior do Brasil e, “com todas as demoras obrigadas, quando chegassem à zona do Apa, a guerra com certeza estaria terminada” (TAUNAY, 1948, p. 119).

Para o abastecimento de gêneros, o comando das operações no Brasil assinou contratos com diversos fornecedores, confiando-lhes a incumbência de conduzir considerável parcela dos artigos ao teatro de operações. Ao longo da guerra, esse sistema mostrou-se irregular e pouco confiável (FARIAS, 2016).

As tropas escaladas para combater em Mato Grosso marchavam acompanhadas por expressivo contingente civil, incluindo esposas e filhos, além de mulheres, que realizavam variados trabalhos e prestavam assistência aos feridos (BERGO, 2015). “No começo da marcha eram quase trezentas mulheres, ficando muitas pelo caminho, conforme fossem morrendo os maridos e não arranjassem logo outro homem” (PELLEGRINI, 1999, p. 21).

A decisão de levar as tropas até Cuiabá provocou reações entre seus habitantes. Foi o caso do secretário de governo da província,

Joaquim Felicíssimo d’Almeida Louzada, que, em carta enviada à corte imperial, afirmou que, se as tropas oriundas de Minas Gerais e de São Paulo tivessem seguido para Santana do Paranaíba, teriam rapidamente entrado em combate com os exércitos invasores em Miranda e assim os paraguaios estariam expulsos do solo brasileiro. A decisão do coronel Drago de vir a Cuiabá nada mais era que um recurso para dirigir-se pela estrada de Goiás, de modo a fugir do inimigo. Chegaria a Mato Grosso em dezembro com a soldadesca exausta e inutilizada, impedida de qualquer ação por encontrar os solos do Pantanal completamente alagados. D’Almeida Louzada acrescentava que iriam aumentar os problemas que a cidade já enfrentava, como a fome devida à desorganização da produção, abalada pela guerra e pelo mau tempo (LOUZADA, 1865).

Quando as tropas chegaram ao rio dos Bois, já em Goiás, tiveram, certamente por pressões vindas de Cuiabá, sua rota alterada para Coxim, e dali a Miranda, para desalojar os invasores que lá permaneciam sem serem incomodados, de acordo com as informações de d’Almeida Louzada. A Força Expedicionária perdeu nessa localidade seu comandante, coronel Drago,³ substituído pelo coronel José Antônio da Fonseca Galvão.

A passagem da Força Expedicionária pelo território goiano foi marcada por extrema dificuldade. Segundo um de seus oficiais, a tropa andava na toada de uma boiada. Nos pequenos povoados que encontravam pelo caminho, era muito comum que os soldados invadissem casas, ranchos e pequenas e grandes propriedades para se apropriarem de ovos, galinhas, patos e até cachorros, que as-

savam e comiam. Se algum sitiante ou fazendeiro não tratasse de esconder sua boiada, esta seria expropriada em favor do exército imperial e o proprietário receberia um bônus de guerra. Tal bônus era um papel que o comandante assinava, com o qual o titular poderia no futuro ser ressarcido de seus prejuízos pelo império. Com isso, a coluna foi traçando um rastro de saques e assaltos oficiais pelo longo trajeto percorrido em território brasileiro (PELLEGRINI, 1999).

Desde o rio dos Bois, em território goiano, o comandante convivia com a falta de recursos de boca e por isso enviava oficiais às propriedades em busca de alimentos, comunicando-se com as autoridades de Goiás e Minas Gerais na tentativa de solucionar os prementes problemas com o fornecimento. Muitos soldados desertaram ou morreram de varíola e outras doenças, “o que não se deveu ao acaso, mas à falta de previsão no abastecimento e, sobretudo, ao descuido com a vacinação antivariólica dos soldados” (MIRANDA FILHO, 2016, p. 141).

Mesmo em Goiás, foram “indo devagar e a lutar já com a falta de viveres e escassa distribuição de carne de vacca” (TAUNAY, 1874, p. 28). A situação iria se agravar à medida que fossem adentrando o Pantanal de Mato Grosso, pois as carretas dos fornecedores avançavam com dificuldade no terreno inóspito, correndo risco de ataque por patrulhas paraguaias.



Figura 1 – Croqui do deslocamento da Força Expedicionária para a retomada de Mato Grosso

Fonte: Taunay (1952)

A Força chegou a Coxim, em Mato Grosso, em 18 de dezembro de 1865, havendo percorrido mais de dois mil quilômetros, quase um ano depois da invasão paraguaia. As tropas camparam em um local denominado Beliago, na confluência dos rios Taquari e Coxim.

Em Coxim, a Coluna Expedicionária de Mato Grosso foi rebatizada, passando a denominar-se Forças em Operações ao Sul da Província de Mato Grosso (TAUNAY, 1926).

O Pantanal do sul de Mato Grosso, território em que as tropas iriam combater, era completamente desconhecido pelos soldados e oficiais, que provinham de diversas províncias.

A ignorância topographica, a leviandade, a inconsideração atirara-nos áquellas paragens inhospitas, mais do que isto, mortíferas, sob o pretexto de que Coxim era a chave das estradas para Cuyabá. (TAUNAY, 1929, p. 6)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Além de desconhecerem o clima da região, os soldados tiveram de enfrentá-la desprovidos de vestimenta e calçados adequados.

A falta de comunicação e de planejamento era tamanha que os comerciantes encarregados do fornecimento à Força Expedicionária conduziram todos os gêneros em carroças a Santana do Paranaíba (hoje leste de Mato Grosso do Sul), embora as tropas houvessem tomado o caminho de Goiás, a norte, em direção a Cuiabá.

Os problemas começaram quando o fornecedor, contando com que a expedição seguisse por Santana do Paranaíba, como era normal, contratou para esse ponto numerosos camaradas, carreiros e empregados de que necessitava e fez os demais preparativos. Mas foi tudo em vão. A expedição seguiu por outro rumo, sem que ele tivesse sido informado a tempo de remover os depósitos que havia feito no caminho desprezado. Teve com isso muitas perdas. Não obstante, o fornecedor cumpriu suas obrigações durante todo o trajeto e, ao chegar ao Coxim, cedeu à Repartição Fiscal uma grande quantidade que ainda lhe restava. (GARCIA, 2001, p. 85)

Segundo Taunay (1927, p. 34), em Coxim já se encontrava a “tropa mal municiada de roupa e ainda menos de boca. As comunicações se haviam tornado mais difíceis [...]”. À medida que a formação se afastava do centro governamental e se aproximava do teatro de guerra, as dificuldades aumentavam. As comunicações tornavam-se mais lentas, devido às péssimas estradas, verdadeiros trilheiros, e a toda sorte de dificuldades topográficas. Mato Grosso estava muito distante de qualquer ponto de apoio logístico que permitisse a condução de recursos de boca e de tropas. A

fome não demorou a invadir os acampamentos, pois, por onde passassem em Mato Grosso, os soldados do império deparavam com sítios já saqueados e destruídos pelos invasores paraguaios. Pouco se podia aproveitar.

Na época, era praxe que o combatente transportasse em matulas ou alforjes parte da ração que iria consumir. Já a ração complementar era levada em carretas puxadas por bovinos ou equinos. Em Mato Grosso, por haver o comando recusado o uso das vias fluviais, o transporte foi terrestre. Vaz (2011) cita o general francês Antoine Henri Jomini⁴, que propunha não desprezar os rios, que melhor viabilizariam o atendimento às tropas em combate:

Para facilitar seu transporte, as rações devem consistir dos artigos mais portáteis (tais como biscoitos, arroz etc.), e as viaturas devem ser não só leves como sólidas, de modo que possam passar em todos os tipos de estradas. [...] Cursos d'água e canais navegáveis, quando paralelos à linha de operações do exército, tornam o transporte de suprimentos muito mais fácil e, além disso, aliviam as estradas dos numerosos veículos que são necessários. (JOMINI apud VAZ, 2011, p. 88)

Em Mato Grosso, vias fluviais das bacias dos rios Paraná e Paraguai poderiam ter sido utilizadas para esse fim.

Na busca de locais que pudessem fornecer mantimentos à expedição, constatou-se a precariedade das colheitas, em razão da seca que assolara a região no ano anterior.

A nossa expedição ofereceu poucos recursos às forças, não só pela má colheita que se tinha seguido à seca extraordinária do ano, como pela chegada inesperada

de grande porção de gente em suas vizinhanças. Tomaram-se, entretanto, as providências precisas para fazer seguir todos os mantimentos possíveis para o *Coxim*, ponto marcado para nosso acampamento em Matto Grosso, durante a estação das águas. (TAUNAY, 1928, p. 111)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

A carne a princípio não faltou, mas não supre todos os nutrientes necessários e, em excesso, é prejudicial à saúde. A ausência de outras fontes de nutrientes foi um dos fatores da debilidade física que acometeu os combatentes, fazendo proliferar as doenças e aumentar os óbitos.

Os rebanhos, no entanto, foram-se reduzindo, devido aos abates diários e à ausência de reposição. Se, no início da expedição, abatiam-se 24 animais por dia, logo se tornou preciso abater apenas 16, em seguida 12 e depois meia dúzia, o que obrigou o comandante a enviar todos os dias uma guarda armada para garantir a desossa contra saques praticados pela própria tropa. As mulheres que acompanhavam a expedição disputavam as vísceras e miúdos do gado a tapas (PELEGRINI, 2009).

Devido à penúria vivenciada,

as autoridades mandavam fazer pelos soldados colheitas enormes de *saccos* (de frutos silvestres), que depois eram distribuídos como se fossem rações determinadas pela lei! (TAUNAY, 1927, p. 89)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Durante semanas de permanência em Coxim, nos atoleiros decorrentes das chuvas excessivas, centenas de soldados morreram,

e perderam-se muitos cavalos. Sitiados pelas águas, os acampamentos fediam, rodeados por latrinas cavadas na terra; por urina e estrume de bois, cavalos e cachorros; por caldeirões fervendo com buchada ou chouriço; por couros amontoados em carretas para serem trocados por suprimentos (PELEGRINI, 2009). Reinava completa falta de higiene, agravando a ocorrência de doenças em soldados e oficiais.

Quando Taunay se refere à topografia, é necessário ter em conta que a província de Mato Grosso era despovoada.⁵ A manutenção da ocupação territorial estava a cargo das instalações militares, e havia umas poucas estâncias e fazendas, em que se criava gado e se produziam gêneros de subsistência. As características topográficas eram pouco ou nada conhecidas, uma vez que os deslocamentos e contatos com as poucas comunidades de então eram realizados por via fluvial, a exemplo das monções, principalmente pelos rios Paraguai e Paraná. A praticidade dos rios como vias de transporte e integração da província com o restante do império pode explicar a exígua disponibilidade de estradas carroçáveis no Mato Grosso de então.

Além da falta de suprimentos, outro fator negativo enfrentado pelos soldados foram as chuvas pesadas, típicas do período de janeiro a março em Mato Grosso, que alteravam o nível dos rios e impediram o prosseguimento ou o retorno ao ponto de partida. Sem roupas adequadas para enfrentar as intempéries, os soldados logo adoeciam. Ante os temporais, toda a tropa se amontoava nos

poucos pontos altos e secos, esperando o rancho e tentando acender fogueiras com lenha molhada, chegaram a mastigar car-

nes tão duras que engasgavam os cachorros, dormiam ao relento, deitados sobre o capim molhado e não tardavam a ser acometidos por uma pneumonia, doença à época de difícil cura. (PELEGRINI, 1999, p. 26)

As tropas enviadas a Mato Grosso foram, assim, tratadas com extrema negligência:

os soldados não tinham como foco central o inimigo paraguaio e sim sobreviver nos campos de batalha, onde tudo faltava, inclusive a alimentação básica. (DOURADO, 2014, p. 30)

No trecho entre Coxim e Miranda, o coronel “Fonseca Galvão vivia ralado de desgostos e inquietação, sem enxergar diante de si nenhum caminho aberto” (TAUNAY, 1927, p. 90). Mostrava-se preocupado, pois a tropa encontrava-se imobilizada e afastada dos meios básicos de manutenção da vida, devido aos “intermináveis aguaceiros, que transcorriam de um lado a estrada de Miranda e, de outro, a do Coxim às boiadas e carros de provisões” (TAUNAY, 1927, p. 90). Taunay (1927, p. 94) relata ainda a preocupação do comandante em manter a munição seca e menciona a precariedade das vestimentas dos soldados, deixados

à mercê de todas as coleras da natureza, sem abrigo nem refugio, os soldados quasi nus escorrendo agua, mergulhados até á cintura em torrentes tão rapidas que podiam carregá-los, e ainda assim occupados em subtrahir os cartuchos á humidade [...]. (N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Nos anos de grandes cheias, como ocorreu em 1865, as águas ultrapassam os

seis metros. Nessas ocasiões, os rios Paraguai, Taquari, Miranda e Aquidauana, bem como seus inúmeros afluentes, extravasam seus leitos e formam uma densa rede de lagoas (“baías”), interligadas por cursos de água duradouros. Somente os terrenos mais altos (localmente chamados “cordilheiras”) e poucas ilhas escapam à inundação.

Mesmo frente à intensidade das chuvas, decidiu-se o comandante Galvão pelo deslocamento rumo a Miranda. Já no começo de junho, as tropas estavam no rio Negro, cercadas pelo Pantanal inundado. Durante o deslocamento, Taunay presenciou e registrou uma série de ocorrências que comprovavam a falta de conhecimento das peculiaridades do território e o despreparo dos comandantes militares. A transposição dos pantanais transcorreu com extrema dificuldade. Os soldados caminhavam dias inteiros com água pela cintura.

Nas corixas da Madre e da Cangalha em que o lodo não dava pé, muitos desventurados lá ficaram para sempre atolados. O fragil estivado coberto de feixes de macega que ia sendo feito para a passagem do estado-maior e da testa da coluna não tardava a afundar com o peso do transito, de maneira que mulheres e bagageiros tiveram de se metter numa lama visguenta, que serviu de tumulto a muita gente, centenas de pessoas. (TAUNAY, 1927, p. 94)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

A escassez de alimentos, a necessidade de beber água dos rios, nem sempre potável, a falta de saneamento dos acampamentos, a assistência médica inadequada — o número de membros do serviço médico estava aquém

da necessidade; o equipamento e os medicamentos eram em quantidade insuficiente —, somadas à insalubridade do Pantanal, contribuíam para a disseminação de doenças, como o beribéri⁶ (ou perneira⁷), até aquele momento, segundo Taunay, desconhecidas, mas responsáveis pela morte de parte considerável da coluna, antes mesmo que esta pudesse entrar em combate. Uma das vítimas foi “o commandante em chefe Fonseca Galvão, que [...] veio a fallecer a 13 (junho de 1866)” (TAUNAY, 1927, p. 91).

A Força Expedicionária de Mato Grosso não havia encontrado um único paraguaio, não havia participado de um único combate e, no entanto, perdera um terço da tropa em decorrência de malária e beribéri e durante a transposição dos pantanais (PELLEGRINI, 1999).

Para compensar tais perdas, foram recrutados nativos, logo que os contingentes da Força Expedicionária chegaram à serra de Maracaju, onde se concentrava o maior número de refugiados da vila de Miranda e das aldeias de seus arredores. Em um primeiro alistamento, foram reunidos 216 terenas, 39 quinquinaus e 20 laianas. Os guaicurús, por meio de seu “capitão” Nadô, firmaram o compromisso de reunir todos os seus guerreiros ao exército imperial (TAUNAY, 1929, p. 130).

À medida que as tropas se deslocavam rumo a Miranda, as epidemias continuavam a ceifar vidas. O parecer da comissão de engenheiros era o de não permanecer por muito tempo na região, pois, como observou Taunay (1874, p. 17):

O sitio de Miranda é quasi inhabitavel; bordado, em extensão consideravel, de brejos que a menor chuva inunda em um momento, ainda na boa estação, e que os

raios ardentes do sol seccam com a mesma rapidez, privado de boa agua, pois a do rio Miranda é sempre turva e lodosa, o terreno em sua propria disposição não offerecia de mais a mais uma só das condições militares ás quaes poder-se-hiam em rigor sacrificar as considerações da hygiene. Ao longo de uma corrente em que podem navegar grandes barcas, estende-se a margem uniformemente baixa a que caminhos abertos e planos tiram toda a segurança.

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Essa passagem permite inferir que, devido à topografia predominante, as poucas estradas abertas deixavam de oferecer passagem segura no período das cheias, o que pode ser um dos motivos para a demora da chegada das carretas de suprimentos, sujeitando a expedição a sérias dificuldades alimentares, médicas e de segurança, já que, se os comboios se arriscassem a atravessar as correntes caudalosas, poderiam, no mínimo, molhar todo o carregamento a ponto de inutilizá-lo ou serem arrastados pelas fortes correntezas. Além de dificultar o deslocamento dos comboios, os cursos d’água eram obstáculos à tropa durante o movimento de retraimento.

Quando os soldados brasileiros entraram na vila de Miranda, em setembro de 1867, quase dois anos depois do início da guerra, tendo levado nove meses para completar o trajeto Coxim-Miranda, encontraram-na devastada, pois tudo o que não pôde ser levado os paraguaios destruíram pelo fogo. A inutilização de instalações e de qualquer material que pudesse ser aproveitado pelo inimigo era prática comum nas guerras para negar ao adversário abrigo ou qualquer tipo de sustento, forçando-o a abandonar o

sítio para buscar local mais seguro, que assegurasse manutenção da tropa. A vila não foi abandonada por acaso:

Os paraguayos, quando invadiram o districto, reconheceram o perigo dessa residência, e, retirando dahi em Fevereiro de 1866, reforçaram com o destacamento que ahi tinham os postos do porto de Souza e de Taquarussú que eram as suas sentinellas avançadas sobre o rio Aquidauaná. Já antes da invasão estrangeira os proprios habitantes de Miranda intentaram fazer com que se transferisse a cabeça da comarca quer para Pedra Branca quer para Forquilha, invocando contra o estabelecimento actual razões demasiado justas, as febres geraes nos mezes das aguas e os transbordamentos do rio, que subia nas grandes enchentes de trinta a quarenta palmos e chegava a cobrir quinhentas braças da margem direita ao ponto de alcançar as primeiras casas da povoação. (TAUNAY, 1915, p. 18)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Ainda em Miranda, perderam-se animais de montaria, pelo efeito devastador de uma doença fatal que atingiu a cavallhada: a tripanossomíase equina, também conhecida como peste das cadeiras, causada por *Trypanosoma evansi*,⁸ “que da Bolívia penetrou, por volta de 1850, em Mato Grosso, cuja tropa de equinos foi terrivelmente dizimada” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 531). Antes dos primeiros combates, o exército imperial já perdera um terço de seus soldados e não contava com o elemento primordial da guerra nesses terrenos: a cavalaria, essencial para o deslocamento e para reconhecimento do terreno, por ser a tropa mais apta a combater em campo aberto, com velocidade e poder de choque, além de servir de apoio à pega do gado

bovino selvagem que vagava pelas campinas, que pudesse alimentar soldados e oficiais. A situação na vila de Miranda era de calamidade: não havia mais cavalos, quase todos vitimados pela doença (TAUNAY, 1874).

A enorme distância de Mato Grosso a qualquer ponto que servisse de apoio logístico à condução de recursos e tropas não mereceu atenção do comando das operações, instalado no Rio de Janeiro, que sequer repôs a cavallhada perdida em combate ou por doenças. Ficava assim o combatente nacional obrigado a enfrentar a cavalaria paraguaia apenas com a infantaria.

Com a morte do coronel Galvão, vitimado pela perneira, assumiu o comando da Força Expedicionária, em 1º de janeiro de 1867, o coronel Carlos de Moraes Camisão, que se tornara militar conhecido por protagonizar um dos acontecimentos mais infames que marcaram a guerra do Paraguai. Em 3 de janeiro de 1865, quando da invasão das tropas paraguaias sobre Mato Grosso, o comandante de armas Carlos Augusto de Oliveira e o tenente-coronel Camisão, junto com o segundo batalhão de engenharia, que comandavam, abandonaram a vila de Corumbá e se recusaram a enfrentar as tropas invasoras, deixando a população civil à mercê dos inimigos (CORRÊA, 1999).

Recebido com extrema desconfiança por soldados e oficiais pela fuga de Corumbá, Camisão, que havia sido humilhado na capital da província, sentia-se no dever de responder às ofensas. Conta Taunay que o militar Poaia, que acompanhava a expedição, afirmou que “Camisão é um medroso de conta, poltrão como ninguém! Conheço-o muito. Foi quem abandonou

Corumbá” (TAUNAY, 1948, p. 316). No entanto, o historiador Valmir Batista Corrêa afirma que “Camisão redimiui-se deste procedimento, ao participar de um dos feitos heroicos mais significativos da guerra [a Retirada da Laguna], apesar de ter sido considerado um equívoco militar” (CORRÊA, 1999, p. 146).

Apesar das desconfianças, logo desfeitas, o novo comandante causou boa impressão entre os combatentes. Deu nova organização tática à coluna já muito desfalcada, “com menos de dois mil homens” (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995, p. 79), e, imediatamente preocupado com a insalubridade do lugar em que estavam estacionados e frente à necessidade de prosseguir com a missão, ordenou imediata partida para Nioac.

Em janeiro, na chegada a Nioac, não houve como evitar um saque promovido pelos soldados do exército imperial. A guarnição local defendeu seu armazém, mas o restante do povoado foi atacado:

fervilhavam soldados em torno de cada casebre, tirando tudo o que podiam. Restos de ossos para jogar na sopa, farinha, sal, madeira para as fogueiras, qualquer pedaço de pano que, lavado e fervido, ainda podia ser usado como embornal, coador, atadura. A tropa já andava em andrajos. (PELLEGRINI, 1999, p. 38)

Em Nioac os soldados se restabeleceram. O clima do planalto e uma oferta maior de alimentos puseram fim às epidemias. O medo de morrer desapareceu da tropa.

Restabelecida a ordem, decidiu o comandante avançar para a fronteira, com o propósito de tomar posição que não a ofen-

siva — ao menos de observação, de maneira a inquietar as tropas paraguaias estacionadas na linha do rio Apa. Em 25 de fevereiro, a tropa levantou acampamento e se dirigiu à antiga Colônia de Miranda.

A negligência do governo imperial para com Mato Grosso pôde ser constatada também na negação de informações extremamente importantes para a organização da ofensiva:

[...] durante esse tempo o coronel Camisão e o seu estado-maior tinham lido as notícias que a mala de Camapoan acabava de trazer. Nenhuma comunicação quer official quer particular relativa á invasão do Paraguay pelo Sul chegara sem duvida ao comandante, nem cousa alguma que a isso se prendesse de modo positivo; informações todavia que teriam para nós o maior interesse no momento em que nos abalancavamos a uma operação perigosa sem outra rasão ou intuito além de effectuar uma diversão útil ao feliz exito das nossas armas no Baixo Paraguay. (TAUNAY, 1915, p. 57) (N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Eis uma questão crítica no desenrolar de uma guerra com duas ou mais frentes distintas: houve falta de coordenação e de comunicação sobre os acontecimentos da outra frente de combate. Camisão e seu estado-maior foram mais uma vez abandonados pelo escalão superior. Provavelmente, ele não teria avançado sobre a fronteira se tivesse conhecimento de que o exército aliado estava estacionado ao sul, sob o comando de Caxias, aguardando reforços e treinando os recrutas que chegavam. A falta de coordenação entre as duas frentes foi fatal para que a expedição de Mato Grosso entrasse em território paraguaio para distrair as tropas inimigas.

Em 21 de abril de 1867, o coronel Camisão, à frente de mil e quinhentos homens, comandou um ataque às tropas paraguaias estabelecidas em Bela Vista, a cerca de 150 quilômetros de Nioac. O percurso até o Apa foi vencido com extrema dificuldade. A macega seca e crescida, com hastes duras e arestas cortantes, tornava a marcha penosa.

Por seu menor número, as tropas paraguaias não ofereceram resistência para manter suas posições. Em 14 de março, sem grandes dificuldades, o exército imperial cruzou o rio Apa, ocupando no dia 21 a fazenda Machorra e, em 6 de maio, tomando o acampamento paraguaio de Laguna.

A tropa formada em Uberaba já se encontrava sobre a fronteira havia mais de dois anos e, desde que saíra de Goiás, foi desfalcada por mortes e deserções, sem receber nenhum reacompanhamento⁹ ou reforço para prosseguir na missão.

A rápida redução do estoque de víveres tornou a situação da Força Expedicionária insustentável, e o coronel Camisão decidiu retroceder até o rio Apa, mas, para não dar a entender aos paraguaios que a tropa passava por dificuldades, resolveu fazer uma demonstração de força e atacar o acampamento adversário, para só depois retroceder. O ataque foi planejado e logo posto em prática, tomando os defensores de surpresa. Os paraguaios que sobreviveram e fugiram deram o alerta à retaguarda, e grupos de artilharia e de cavalaria chegaram para dar combate, obrigando à retirada dos brasileiros sob fogo cruzado.

A célebre Retirada da Laguna teve início em 8 de maio sob a constante intervenção da infantaria e da cavalaria paraguaias, que, percebendo o movimento de recuo dos inva-

sores de sua república e conhecedores da rota que iriam trilhar e dos acidentes do terreno com suas coberturas naturais, adiantaram-se e passaram a emboscar a tropa imperial.

Na continuação do retraimento, a situação foi se tornando caótica, pois era necessário evitar o campo aberto, que daria à cavalaria paraguaia a vantagem da velocidade e da força de choque. Em vista disso, Camisão buscou uma rota alternativa pelas matas, o que reduziu a velocidade do deslocamento, uma vez que os soldados eram “obrigados a ir abrindo caminho pela vegetação virgem, consumindo a escassa energia que possuíam, além de marcar o trajeto aos perseguidores” (MIRANDA FILHO, 2016, p. 143). Ao mesmo tempo em que se abria picada na mata, havia preocupação com o fogo que, de quando em quando, os paraguaios atecavam ao mato ressecado, aproveitando-se da fumaça para promover ataques (MIRANDA FILHO, 2016).

Não bastassem todas as agruras enfrentadas, no dia 18 começaram a surgir com maior frequência casos de cólera, altamente contagiosa, que desidrata rapidamente, inutilizando o doente para qualquer atividade física. O número de enfermos e moribundos só aumentava. Muitos eram transportados em redes ou em cestos improvisados, ou amontoados nos carros de munições. Muitos carregadores se contaminavam, fazendo crescer a carga de doentes. A fadiga dos que transportavam as macas, por falta de alimentação e descanso, os embrutecia a ponto de por vezes, ao atravessarem um curso d'água, afogar-se um ou outro dos infelizes:

O mais cruel, porém, foi, ao atravessarmos um largo charco, o banho glacial em que ficamos mergulhados até á cintura. Não se

conservavam as fileiras: nem sequer enxergávamo-nos uns aos outros. A uma escuridão compacta que sobreviera, sucedeu a noite sem intervalo, uma dessas noites propícias aos desastres e aos crimes; mais de um doente ali foi afogado pelos que os carregavam. (TAUNAY, 1974, p. 170-171)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

O número de doentes era difícil de precisar, pois o contágio se dava com rapidez e a mortandade era grande, além de ser curto o tempo de estacionamento da tropa, dada a iminência de ataque das patrulhas paraguaias à medida que iam se aproximando da fronteira. Taunay (1878, p. 66), no entanto, informa que

atopetados de doentes, agonisantes e mortos iam os carros de artilharia; a cada instante cahia gente atacada; não havia mais como levar-a, e, entretanto para cima de cem padiolas formavam uma lugubre procissão [...].
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

As chuvas torrenciais que passaram a cair depois de 13 de maio de 1867 castigavam os soldados. Sucedidas pelas altas temperaturas características dessa região, tornavam o clima um feroz adversário. O mau tempo, com fortes ventos, fazia crescer o volume das águas nos córregos próximos ao acampamento. Muitas mortes sobrevieram também devido à queda de raios.

Bem no meio do nosso acampamento cahiam os raios, attrahidos pelas peças de artilharia; fulminavam soldados e com os contrachocos derrubavam-nos por terra, embora sentados e encolhidos debaixo do capote varado pela chuva. Não houve

toldo, abrigo que aguentasse, quando madeiros alentados eram torcidos pela mão possante do vendaval, sacudidos de terra, arrancados e atirados ao longe como leves projectis. Tudo voou pelos ares. (TAUNAY, 1930, p. 27)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Estavam os soldados instalados em campo aberto, sem nenhum abrigo seguro para protegê-los da tormenta.

Os paraguaios haviam alcançado os locais em que alguns dos soldados e oficiais do exército imperial haviam sido sepultados e,

tornando a abrir as covas, dellas tiraram os cadáveres e os despojaram para apoderarem-se de alguns miseráveis andrajos que depois disputavam violentamente uns aos outros; alguns até apressaram-se em vesti-los. (TAUNAY, 1974, p. 175)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Despojar cadáveres de suas vestimentas e pertences foi ato que se repetiu ao longo de toda a campanha no interior do Paraguai, principalmente devido à escassez de roupas, alimentos e materiais de guerra para suprir a tropa.

De lado a lado, os soldados dedicavam-se “comumente ao roubo e saque de companheiros, do inimigo, de oficiais e de depósitos militares, para não perecerem de fome e miséria” (DOURADO, 2014, p. 34).

Em 26 de maio, a tropa chegou ao rio Miranda. Com águas a transbordar, os soldados só puderam iniciar a transposição quatro dias mais tarde, com enorme esforço e perda de muitas vidas. Chegaram finalmente a Nioac em 2 de junho.

Em 5 de junho, a tropa partia de Nioac em direção a Porto Canuto, chegando a esse destino em 11 de junho. Desse local, o visconde de Taunay partiu para informar a corte, no Rio de Janeiro, sobre os acontecimentos vividos pela tropa. Os poucos soldados ainda em condições de combater foram reunidos e destinados a Cuiabá, local a que chegaram em 16 de outubro (TAUNAY, 1929, p. 88). O saldo era patentemente negativo: terminada em princípios de junho, a coluna Camisão perdeu quase dois terços de seu pequeno efetivo, reduzindo-se de 1.650 a 700 homens, na grande maioria perecidos de fome e doenças, em razão da negligência governamental. Não há referência aos índios e às mulheres que acompanhavam as tropas e que certamente perderam a vida durante a retirada. Para o general Tasso Fragoso, a Força Expedicionária do Sul de Mato Grosso se retirou do território paraguaio “sem nada haver conseguido de frutuoso e apenas escrevendo uma página imorredoura de privações e de sofrimentos” (FRAGOSSO, 1934, p. 247).

A Força Expedicionária de Mato Grosso, organizada para dar combate aos invasores do território nacional, não conseguiu cumprir

seus objetivos. Mal organizada e mal planejada, a missão esteve desde o início fadada ao desastre, pois, desde sua formação, os problemas se evidenciaram. Foi necessário arrebatar tropas de pontos diversos do império para compor um exército cujo efetivo mostrou-se aquém do planejado e insuficiente para a execução. Não havia informações precisas sobre o adversário a ser enfrentado; desconhecia-se o terreno a ser atravessado e onde se dariam os combates; sabia-se muito pouco sobre a dinâmica das águas do Pantanal e das mudanças climáticas da região a ser percorrida; estradas carroçáveis eram inexistentes; as poucas pontes precisaram ser reforçadas para suportar a carga que sobre elas transitaria. Somando-se a tudo isso, a mudança de rota, de Coxim para Miranda, causou transtornos aos fornecedores que já haviam providenciado depósitos em locais seguros, até Cuiabá, e tiveram de adaptar-se às modificações, sem tempo hábil para tanto — desencontros que resultaram em falta de alimentação e de toda espécie de gêneros, com sofrimentos e perda de vidas, tanto entre os combatentes quanto na população em geral, já abalada pela desorganização da produção na província. **REB**

Referências

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. 1864 – 1870 ou Guerra da Tríplice Aliança – 150 anos uma tempestade na Bacia do Prata. In: Revista Adesg – Novembro/ Dezembro nº 291 – Ano 40, 2015.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 5 ed. Campo Grande-MS. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

CAVASSA, Manoel. **Memorandum de Manoel Cavassa** / apresentação e notas Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa. – (Memória Regional, 1). Campo Grande. Ed. UFMS. 1997.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. Ed. 22. Editora Brasiliense, 1988. 224 p.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA, Valmir Batista. Fronteira oeste. Campo Grande MS: Editora da UFMS, 1999.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Guerra do Paraguai - 2ª Visão**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1991.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A história esquecida da Guerra do Paraguai**. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2014.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)** / Paulo Marcos Esselin. – Dourados: Ed. UFGD, 2011. 358 p.

ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito C. M.; OLIVEIRA, Marco A. M. **Fronteiras esquecidas: a construção de hegemonias nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná**. Dourados: Ed. UFGD, 2012. 194 p.

FARIAS, Marco Antônio de. **Logística no Exército Brasileiro: passado, presente e futuro**. Revista do Exército Brasileiro. Vol. 152 – 1º quadrimestre – Edição Especial, 2016.

FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai**. Vol. 1 Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1956.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai**/Divalte Garcia Figueira; [prefácio de] Rui Guilherme Graziera. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP: FAPESP, 2001. 215 p.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Seiscentas léguas a pé (A Campanha do Apa)**. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 1988.

LOUZADA, Joaquim Felicissimo d'Almeida. Periódico "O despertador". ano 1865, Edição 00307 – P. 2. Disponível em memoria.bn.br/docreader/WebIndex/WIPagina/709581/1167.

MAESTRI, Mario. **Paraguai: a República Camponesa – 1810 – 1865**. Porto Alegre: FCM Editora, 2015. 160 p. (Coleção Mar del Plata 2).

MAESTRI, Mario. **A Guerra no Papel: história e historiografia da guerra do Paraguai (1864-1870)**. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013. 322 p.

MIRANDA FILHO, Orlando de. O primeiro tiro: a ocupação do sul de Mato Grosso na Guerra do Paraguai (1864 – 1870). Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

MOURA, Aureliano Pinto. **A Guerra da Tríplice Aliança**; aspectos militares. In: Revista Navigator. Editora Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro: nº 9 v.5 2009. Da página 15 até a 21.

PELLEGRINI, Domingos. **Questão de Honra**. São Paulo: Moderna, 1999.

REBOUÇAS, André. **Diário A Guerra do Paraguai (1866)**. Instituto de Estudos Brasileiros – USP. São Paulo, 1973.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle Taunay, Visconde de. **A retirada da Laguna** - episódio da Guerra do Paraguai. Tradução de Salvador de Mendonça. Impresso no original francez por ordem de S. Ex. o Sr. visconde do Rio Branco, traduzido e reimpresso no idioma pátrio por ordem de S. Ex. o Sr. senador João José de Oliveira Junqueira, ministro da guerra. Rio de Janeiro Typographia – Americana. 1874.

TAUNAY, Visconde. **A Retirada da Laguna** - Episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Ediouro. 1952.

TAUNAY, Visconde. **Em Matto Grosso Invadido (1866 – 1867)**, Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo. São Paulo – Cayeiras – Rio. 1929. Disponível em: <www.guerradoparaguaimatogrossodosul.blogspot.com.br/p/livros.html>. Acessado em: 15/01/2015.

TAUNAY, Visconde de. **Dias de Guerra e de Sertão**. Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo.

TAUNAY, Visconde de. **Diário do Exército** – A Campanha da Cordilheira – 1º volume. Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo.

TAUNAY, Visconde de. **Céos e Terras do Brasil**. 7 ed. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub000023.pdf>. Acesso em: 15/03/2014.

TAUNAY, Visconde de. **Scenas de viagem**: Exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda: memoria descriptiva. Pelo 1º tenente d'Artilharia Alfredo d'Escagnolle Taunay. 1868.

TAUNAY, Visconde de. **Narrativas Militares (Scenas e Typos)**. Por Silvio Dinarte (A.d'E.T.). Autor da Mocidade de Trajano, Innocencia, Historias Brasileiras, Etc. Rio de Janeiro. B_ L. GARNIER LIVREIRO-EDITOR, 1878.

TAUNAY, Visconde de. **Marcha das Forças**: Expedição de Matto Grosso (1865-1866) do *Rio de Janeiro ao Coxim*. Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo (Weiszillog Trmãos incorporada) São Paulo: Cayeiras – Rio. 1928.

TAUNAY, Visconde de. Cartas da campanha de Matto Grosso. (1865-1866). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar. Ministério da Guerra, 1942.

VERSEN, Max von. **Hisória da Guerra do Paraguai**; tradução de Manuel Tomás Alves Nogueira; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da

Universidade de São Paulo, 1976.

VIANNA LOBO, Gal. Jose Feliciano. A epopéia de Laguna. Ministério da Guerra 1920.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ Um dos empecilhos para a utilização do rio Tietê como via de transporte era seu encachoeiramento, que não permitia a utilização de vapores ao longo de todo o seu curso, o que obrigaria as tropas a desembarcar em determinados pontos e deslocar-se a pé até novo local de embarque, como no tempo das monções. “Chamado a principio Anhemby, tem ainda o Tietê este nome em alguns mapps. A sua denominação legitima é Yeté, que quer dizer muita agua” (TAUNAY, 1828, p. 2). Em Goiás, segundo Taunay (1828), um dos problemas estava no rio dos Bois, caudaloso e com correntes perigosas que já haviam vitimado alguns exploradores.
- ² Diversão é uma manobra estratégica utilizada na guerra para iludir o adversário quanto ao real propósito do atacante ou para forçar a divisão de forças. Na guerra do Paraguai, a manobra visava manter as forças paraguaias do Norte aferradas ao terreno, impedindo que fossem reforçar as defesas ao Sul.
- ³ Para Taunay (1948), o coronel Drago fora destituído do comando da expedição por conta de intrigas e delações que renderam frutos na corte e na imprensa do Rio de Janeiro, devido à prolongada estada das tropas em Campinas, de 15 de abril a 19 de junho de 1865, quando os dias foram preenchidos por bailes e divertimentos, o que lhes angariou numerosas antipatias junto à opinião pública.
- ⁴ General francês do exército de Napoleão, contemporâneo de Clausewitz e autor de Sumário da arte da guerra, de 1838.
- ⁵ Desconsiderava-se que havia populações indígenas de várias etnias em aldeias em muitos pontos da província, embora poucos registros indiquem que os soldados lançaram mão da produção de cereais dos nativos para matar a fome.
- ⁶ O beribéri se caracteriza por alterações nervosas, cerebrais e cardíacas. A doença decorre de carência de vitamina B1 (tiamina). Seus sintomas incluem formigamento nos artelhos, que se intensifica à noite, câimbras nas panturrilhas e dor nas pernas e nos pés. Pode haver confusão mental, laringite e visão dupla (www.tuasaude.com/beriberi).
- ⁷ A designação “perneira”, dada pelos soldados, se devia ao desconforto, dores e paralisção que acometiam os membros inferiores.
- ⁸ Segundo publicação do EMBRAPA (DOC 66, de dezembro de 2004), disponível no sítio www.cpap.embrapa/publicações/online/DOC66.pdf, o “Trypanosoma evansi foi o primeiro tripanosoma patogênico descoberto. A surra, como a doença é conhecida na Índia, causada pelo T. evansi, há muitos séculos tem sido observada. Porém, foi somente em 1880 que Griffith Evans descobriu organismos móveis semelhantes a espirilos no sangue de cavalos e camelos doentes. Evans descreveu os parasitas em esfregaços frescos e os reconheceu como sendo protozoários. Evans acreditou que a fonte primária da infecção dos cavalos fossem as águas poluídas (Hoare, 1972) ”.
- ⁹ Recompentamento: 1. Atividade de administração de pessoal que compreende a obtenção, a recepção, o processamento, a instrução e a distribuição de recompentamentos individuais ou de unidades para recompentamento. 2. Indivíduo ou unidade destinados, respectivamente, ao preenchimento de claros individuais ou de unidades (MD35-G-01- GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS).

Os terena e a consolidação do Estado brasileiro

*Lenir Gomes Ximenes**

Introdução

A historiografia brasileira tradicionalmente ignorou os povos indígenas na história do Brasil, ou retratou-os como vítimas e expectadores de processos históricos protagonizados pelos não índios. Entretanto, as mudanças de paradigma no campo da História e de outras ciências humanas propiciaram um novo olhar sobre a temática. Historiadores e antropólogos perceberam a ineficiência de suas abordagens para compreender os processos históricos que envolviam os povos indígenas.

Nessa “nova história indígena”, como destaca Monteiro (1999), a História aliou-se à Antropologia para compreender os indígenas como sujeitos históricos, abrangendo suas ações, estratégias, táticas e resistências. Novos tipos de fonte foram incorporados ao trabalho historiográfico (como é o caso das fontes orais). Além disso, os pesquisadores também voltaram às fontes escritas (como as crônicas de viajantes e militares e documentos oficiais) imbuídos de um novo olhar.

A formação e a consolidação dos países americanos também não podem ser entendidas sem essa nova abordagem, que inclui

os povos indígenas, reconhecendo seu papel de sujeitos históricos. No caso dos Terena, é evidente que o processo de consolidação do Estado brasileiro impactou sua história e sua organização territorial. Por um lado, a trajetória terena não pode ser entendida sem a compreensão desse processo. Por outro lado, a formação territorial, política, econômica, social e cultural do Brasil, não pode ser compreendida sem a participação dos povos indígenas, como os Terena, por exemplo.

Dentre os processos que fizeram parte da constituição dos estados nacionais na bacia do rio da Prata, destaca-se a Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), que teve Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. O conflito definiu as atuais fronteiras brasileiras e paraguaias. Parte das batalhas ocorreu no território do sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul¹), que, antes de qualquer coisa, era território de inúmeros grupos indígenas, entre eles os Terena.

O objetivo deste texto é refletir sobre as relações entre os Terena e o Estado brasileiro, perpassando não somente o impacto da formação do Estado Nacional, mas também as ações, estratégias, resistências e negociações dos Terena nesse contexto histórico. O recor-

* Doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), docente do curso de História da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI/UCDB).

te temporal adotado abrange o século XIX (especialmente a partir da década de 1860) e o século XX.

A Guerra do Paraguai e as relações entre os Terena e o Estado brasileiro no século XIX

Os Terena são lembrados na documentação histórica pela disposição para manter boas relações com os não índios, o que é evidenciado pelas constantes trocas de produtos e prestação de serviços por esses indígenas no entorno dos empreendimentos coloniais. Embora essa estratégia não fosse a única (pois também havia situações marcadas pela resistência terena), certamente ela evidencia, como salienta Vargas (2003), a capacidade de negociação dos Terena com os *purutuya*² e suas autoridades.

Em termos de política indigenista, é importante mencionar o Regulamento 426, também chamado Regulamento das Missões ou Regulamento da Catequese e Civilização dos Índios, instituído em 1845. Como desdobramento dessa nova legislação, foram criadas as diretorias-gerais dos índios (DGI) em todas as províncias.

Por meio desse regulamento, as terras habitadas pelos indígenas passaram a pertencer ao Império, logo, poderiam ser vendidas pelo mesmo. Estava previsto que as coletividades indígenas (mesmo que de etnias diferentes) seriam agrupadas em pequenos aldeamentos nas terras “doadas” pelo Estado para seu usufruto. Assim, sob a aparente regulamentação das aldeias, estava claro o objetivo de legalizar o esbulho dos territórios indígenas.

No Mato Grosso, a DGI foi criada em 1846. Todavia, as disposições do Regula-

to 426 não foram cumpridas integralmente. Um dos obstáculos era a dificuldade de estabelecer um padrão para culturas indígenas diversas e com diferentes maneiras de recepção desse novo modelo imposto pelo Estado brasileiro.

Outra dificuldade era a incipiência da estrutura administrativa do recente Império. Esse problema era acentuado nas áreas mais distantes dos centros da administração pública, como era o caso do sul de Mato Grosso. As informações relativas aos índios eram de difícil acesso para os funcionários do Estado, uma vez que o território era vasto e com poucos habitantes não indígenas. O então presidente de Província do Mato Grosso, Gomes Jardim (em ofício de 1846), expôs suas dificuldades para obtenção de tais informações, evidenciando o desconhecimento dos administradores em relação à população indígena.

Ximenes (2011) destaca que os relatórios dos presidentes de província seguiam um determinado padrão, que repetia os mesmos itens a cada ano. No item “Catechese e Civilização (sic)” eram apresentados os empecilhos para a efetivação do Regulamento 426 e os poucos êxitos, de acordo com a visão das autoridades.

Muitos Terena prestavam serviços aos regionais, o que atendia a outro objetivo da política indigenista imperial: empregar a mão de obra indígena de forma a beneficiar os não índios. Conforme relatório do presidente de província Almeida Serra (1803), nos arredores de presídios, fortes e vilas, os Terena (assim como outras etnias do grupo Guanã), forneciam para os não índios diversos itens indispensáveis à sua manutenção: produtos agrícolas, porcos, galinhas, além de tecerem panos e redes.

O intento era justificado pelo discurso etnocêntrico de que era preciso ensinar aos indígenas o modo de vida dos “civilizados” e, por meio da catequese, retirá-los da “vida vagabunda e depredadora a que estão acostumados”, conforme as palavras de Leverger (1853), então presidente de província.

Ainda que esparsas, essas iniciativas possibilitaram o acesso de ocupantes não índios à terra e ao trabalho indígena. Ou seja, houve uma “territorialização” dos índios induzida pelo Estado. Vargas (2003) traz contribuições relevantes para essa discussão. Segundo a autora, a política indigenista era, na verdade, uma política das terras indígenas. O aldeamento e a catequese eram os instrumentos usados para tentar controlar essas coletividades e, ao mesmo, tempo apoderar-se de suas terras.

A Lei de Terras (Lei nº 601 de 18/09/1850) também contribuiu com a expropriação das terras dos indígenas. Com esse dispositivo legal, a posse passou a ser legalizada somente por meio da compra. Passaram a existir as terras de domínio privado e as terras devolutas (de domínio público). Azanha (2005) argumenta que a Lei de Terras não equiparou as terras indígenas às terras devolutas, pois:

O artigo 72 do Regulamento nº 1318, de 1854 (que mandava executar a Lei de Terras), determinava que fossem reservadas das terras devolutas aquelas necessárias para colonização e aldeamento de indígenas “nos distritos onde existirem hordas selvagens”. Ora, “reservar das terras devolutas” significa abstrair destas últimas as ocupadas por “hordas selvagens para sua colonização e aldeamento”. E qual o sentido deste procedimento de discriminação? Justamente para

não se levar à venda as terras ocupadas por indígenas. (AZANHA, 2005, p. 63)

Entretanto, na prática, a Lei nº 601 de 1850, contribuiu com o esbulho territorial, uma vez que as áreas reservadas eram muito pequenas e pouco numerosas e resultavam na liberação de grande parte do território ocupado pelos índios para as novas propriedades dos não indígenas, conforme destaca Moreira (2002).

Por outro lado, a inserção dos Terena nos aldeamentos direcionados pela política indigenista e mesmo suas relações anteriores com os *purutuya* atestam as estratégias próprias de convivência nesse novo contexto histórico, marcado pelo lento e assimétrico processo de organização do Estado brasileiro na região sul do Mato Grosso.

Essas relações amistosas ilustram que os Terena, em alguns momentos, souberam apropriar-se da política indigenista e, embora não aceitando totalmente o regime dos aldeamentos,

permitiram-se aprender a ler e a escrever, para depois permitirem-se também contribuir com a política indigenista (...) com o objetivo de colocar em prática suas antigas pautas culturais de convívio. (VARGAS, 2003, p.62)

Um exemplo disso pode ser percebido na obra do cronista Alfredo d’Escagnolle Taunay (1931), escrita em virtude de sua passagem pela aldeia terena Pirainha, em 1866. O autor observa que o capitão, José Pedro, aprendera a ler e escrever no aldeamento Kinikinau do Bom Conselho, com frei Mariano de Bagnaia. Em sua aldeia, fundou uma es-

cola e, entre outros feitos, conheceu o imperador. Seu bom relacionamento com os não índios favorecia em parte os interesses indígenas.

Mas o estabelecimento de aldeias sob o controle imperial tinha ainda mais um objetivo: o guarnecimento das fronteiras. Conforme já pontuado, a província do Mato Grosso tinha poucos funcionários do Império, e o controle sobre o vasto território era difícil. Os indígenas de algumas etnias eram tidos como aliados, especialmente nas regiões de fronteira. De acordo com Leotti (2001), o litígio na região limítrofe entre Brasil e Paraguai no século XIX, envolvia diretamente os povos estabelecidos no sul do antigo Mato Grosso.

Em 1860, os indígenas eram utilizados em missões de risco. Tanto o Brasil quanto o Paraguai delegavam aos grupos indígenas funções de patrulhamento e reconhecimento da área litigiosa entre os dois países. A tensão culminou com a Guerra do Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai (1864-1870), que envolveu as populações nativas de ambos os lados. Convém ressaltar que as consequências foram tanto físicas quanto psicológicas para os povos indígenas, uma vez que se viam envolvidos em um conflito cujas causas desconheciam (LEOTTI, 2001).

O engajamento indígena na Guerra do Paraguai não se restringiu, no caso brasileiro, aos povos da fronteira. Também foram recrutados índios em outras províncias do Império. Silva (2007) destaca a participação de indígenas da Região Nordeste do Brasil. O maior envolvimento das etnias da região fronteira deve-se ao fato de que as terras ocupadas por estas estavam em território litigioso, como é o caso dos Terena.

Conforme já discutido, as abordagens historiográficas que primam por um novo olhar sobre a participação dos indígenas na história foram fundamentais para possibilitar uma releitura sobre esse conflito. Nesse sentido, alguns trabalhos avançaram no sentido de apontar a atuação dos indígenas na Guerra do Paraguai. Dentre eles é possível citar: Moura (2001), Vargas (2003), Eremites de Oliveira e Pereira (2007), acerca dos Terena; Castro (2010), acerca dos Kinikinau; José da Silva (2007), acerca dos Kadiwéu.

Os textos do já citado Visconde de Taunay, militar participante e cronista do conflito platino, constituem-se como importante fonte para a temática. Evidenciam a cooperação de vários grupos indígenas com o exército brasileiro. Vargas (2003) fez um significativo apanhado acerca do tema nas obras de Taunay e destacou a atuação terena durante o conflito.

Os Terena dispuseram-se a lutar na guerra como uma forma de resolver os problemas que tinham com fazendeiros da região, uma vez que já existiam dissidências entre eles referentes aos limites das propriedades. E, além disso, lutar contra a invasão paraguaia significava defender suas próprias terras (VARGAS, 2003).

Esses indígenas não aguardaram simplesmente as determinações das autoridades militares. De acordo com Taunay (1948), no final de 1864, ocorreu a invasão paraguaia do Mato Grosso sob o comando do coronel Resquin. Na vila de Miranda, a agitação era geral, inclusive militares fugiram. No entanto, os indígenas propuseram a defesa do território. Como não possuíam armas, pediram às autoridades de Miranda o arsenal do de-

pósito da vila, no que não foram atendidos:

Pela madrugada, chegaram os restos desordenados do primeiro corpo de caçadores, e tudo quanto morava nos arredores para lá afluíra [vila de Miranda]. A quantidade de índios de raça chané (terenas, laianos, kinikinaus e chooronós ou guanás), guaicurús e até cadiuéus e beakiéus, que são, contudo, pérfidos aliados, mal vistos dos brancos, era considerável, todos a pedirem em altos brados, armas e munições de que estava repleto o depósito de artigos bélicos, para correrem a preparar tocaias (sic). (TAUNAY, 1948, p. 263)

Apesar da má vontade ou mesmo do receio das autoridades em armar os indígenas, esses esperaram a população abandonar a vila e pegaram as armas do depósito. A iniciativa garantiu proteção aos brasileiros na ausência das forças militares oficiais.

Os paraguaios, porém, vinham marchando muito vagarosamente, tanto assim que só a 12 de janeiro [1865] entraram na vila entregue pelos índios a completo saque, principalmente no que dizia respeito ao armamento e cartuchame. E fizeram muito bem, não há contestar (sic). (TAUNAY, 1948, p. 264)

O presidente de província Augusto Leverger, em relatório de 1865, expressou sua opinião acerca da ação dos indígenas:

Os Índios moradores das aldeias da vizinhança, depois da evacuação da nossa tropa e antes da entrada dos Paraguayos, apoderarão-se da porção de armamento que existia nos armazéns militares, e com elles hostilizarão o inimigo; mas este não tardou a domar esta resistência, que não era de esperar fosse eficaz, attendendo à inferioridade de numero dos mesmos Índios e à

sua falta de disciplina. (Augusto Leverger, Cuiabá, 17 de outubro de 1865, relatório) (N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

É preciso fazer a ressalva de que esses documentos também revelam as representações negativas sobre os povos indígenas. Chauveau e Tétart (1999, p. 33), a respeito dos fatos históricos, destacam que sua interpretação está condicionada às “condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos”. A visão das autoridades da época era marcadamente etnocêntrica, ou seja, atribuía-se aos índios o rótulo de “menos capazes”, “bárbaros”, “incivilizados”. Essas noções podem ser percebidas no documento citado, quando se atribui o insucesso da defesa organizada pelos indígenas a uma suposta falta de disciplina dos mesmos.

Taunay (2005) também menciona os Terena ao referir-se ao episódio conhecido como Retirada da Laguna, em 1867. As forças aliadas (Argentina, Uruguai e Brasil) pretendiam atacar com duas frentes simultâneas: uma ao sul, subindo o rio Paraguai pelo lado da Argentina até o centro do território inimigo; e outra pelo norte, descendo as águas do referido rio a partir de Cuiabá. No entanto, as enormes distâncias a transpor dificultaram a execução do plano. A maior parte dos recursos bélicos foi destinada às forças que atuavam pelo sul, e a pequena coluna que ia pelo norte ficou à mercê de inúmeros percalços.

No fragmento a seguir, Taunay (2005) discorre acerca da ajuda dos indígenas à referida coluna, próximo à colônia de Miranda:

Recebeu logo o 17º batalhão ordem de ir além do ponto atingido pelo 21º realizar um

reconhecimento, sob a direção do guia Lopes e em companhia de um grupo de índios Terenas e Guaicurus, que desde algum tempo se apresentara ao coronel. A 10 de abril, realizou-se a partida, bandeiras desfraldadas e música à testa, espetáculo sempre imponente em vésperas de combate. Graças ao comandante, apresentava-se o grupo em pé de disciplina, que em qualquer ponto o tornaria notado. (TAUNAY, 2005. p.64)

A participação na Guerra ficou presente na memória coletiva dos Terena, como demonstra esta fala sobre o conflito:

É, a nossa geração, os nossos troncos, tem uma história pra nós que... Tinha um preparo na flecha, paraguaio tava do lado de lá da aroeira, então... faz de conta que isso aí é uma aroeira. Então, paraguaio escondeu de lá. Ele mete uma flechada daqui, ele parte essa aroeira e pega o paraguaio. É uma coisa que... eles falaram isso aí, pode ser que acontece. [trecho no idioma]. A gente fica pensando... (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003)

São exaustivos os exemplos do engajamento terena ao lado das forças imperiais, porém sua contribuição não se restringe a isso e pode ser atestada com os serviços que prestaram: tornaram-se guias, por serem bons conhecedores da região; produziram víveres, visto serem excelentes agricultores; e abrigaram não índios em suas aldeias (VARGAS, 2003; XIMENES, 2011).

Durante a guerra, muitos habitantes da região refugiaram-se na serra de Maracaju. A maior parte da população precisou abandonar suas casas, inclusive os Terena viram-se forçados a deixar algumas aldeias. Ao subir a referida serra, os indígenas encontraram a população de Miranda, que já se havia

refugiado lá, em uma situação difícil. Nem todos possuíam o hábito da agricultura e a fome assolava muitas famílias de *purutuya*. Os indígenas então começaram a plantar e dividir sua colheita. De acordo com Taunay, logo se regularizou a vida na serra:

Não tardou também que toda a população allí estabelecida, brancos e índios, encarasse, com paciência, a situação, esperando o desfecho da interminável guerra dos cinco anos, pelos paraguayos tão deslealmente encelada quanto ferazmente conduzida. Nos diversos acampamentos da serra, construíram ranchos vastos e commodos, e, pouco a pouco, regularizou-se o modo de viver daquellas colônias híbridas, de brasileiros civilizados e índios, sobretudo kinikináus, a que se haviam aggregado guanás, terenas e laianos (sic). (TAUNAY, 1931, p. 34)

Em sua obra *Memórias*, Taunay (1948) menciona que os indígenas, em número superior ao de não índios, entretinham com estes boa convivência e cooperação. Passavam entre as rondas paraguaias à noite e desciam a serra de Maracaju para laçar reses na planície e levá-las para o alto dos acampamentos, abastecendo de carne as moradias dos *Morros*. Alguns se especializaram nessa tarefa, angariando, por vez, até dez cabeças de gado bravio, sem, contudo, esquecer de apagar as pegadas. Mas, mesmo com essas precauções, ocorreram embates entre os indígenas e os paraguayos, em 1866, nas imediações da serra de Maracaju, quando as forças imperiais ainda estavam distantes, no Coxim.

A guerra teve seu desfecho em 1870, consolidando as atuais fronteiras entre Brasil e Paraguai. Mas, para os Terena, a luta estava apenas começando. O conflito alterou a

configuração territorial dos índios no sul de Mato Grosso, pois, com o seu término, novos ocupantes chegaram à região. A despeito das contribuições indígenas, o Império julgou necessário incentivar a colonização não indígena nessa porção do Mato Grosso. Mais propriedades particulares avançaram sobre as terras dos índios, apesar das reivindicações dos Terena para tentarem manter seu espaço.

Uma liderança de 85 anos de idade, quando inquirida sobre qual teria sido a recompensa que os Terena receberam por participarem da guerra, atuando ao lado do exército brasileiro e assegurando os atuais limites territoriais do Brasil, disse que eles receberam do governo imperial apenas três botinas por prestarem tão relevante trabalho ao país: “duas no pé e uma na bunda”. Esta é uma avaliação que remete à idéia de reciprocidade negativa: os Terena participaram da resistência contra a ocupação paraguaia no sul do antigo Mato Grosso e no pós-guerra, contudo, eles receberam em contrapartida o espólio de suas terras. (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2007, p. 17)

Dessa forma, o conflito marcou a história terena e está presente na memória coletiva desse povo. Bittencourt e Ladeira (2000) propuseram uma linha do tempo a partir de três grandes momentos lembrados pelos Terena: Tempos Antigos (até o final da Guerra contra o Paraguai), Tempos de Servidão (entre o final da Guerra contra o Paraguai e a formação das Reservas nas primeiras décadas do século XX) e Tempos Atuais (após a formação das Reservas). Nesse sentido é possível perceber como o conflito entre os países platinos inseriu-se na trajetória dos Terena como um divisor de águas.

O pós-guerra e as relações entre os Terena e o Estado brasileiro no final do século XIX e século XX

A transição do século XIX para o século XX, momento de transformações políticas e administrativas no Brasil, não teve, entretanto, mudanças significativas na postura do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas. A nova república (proclamada em 1889) manteve o incentivo às ondas migratórias, que tinham o objetivo de ocupar supostos “espaços vazios”, negligenciando a presença das populações nativas.

No que concerne às relações entre os Terena e o Estado brasileiro, Vargas (2003, p. 55) menciona que os “*amigos* que foram durante a guerra deixaram de existir e [os Terena] tornaram-se os *empecilhos* para a concretização da política indigenista brasileira”. A autora salienta que os indígenas não ficaram passivos diante dos esbulhos verificados no pós-guerra e que,

para fazer suas reivindicações junto ao diretor dos índios, relatavam a situação da invasão de suas terras e da desorganização destas, em função da referida guerra. No encontro com o poder, iam revestidos dos direitos de *capitão* e vestidos como alferes, conotando uma reunião de autoridades. (VARGAS, 2003, p. 72)

Inúmeras reivindicações foram feitas pelos Terena, como demonstram os documentos da DGI, sem, entretanto, obterem soluções definitivas. No início do século XX, no contexto republicano, sob os auspícios da influência positivista no Brasil, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910. Uma de suas atribuições era reservar as

terras para os indígenas. No entanto, a criação dessas reservas foi um processo ambíguo, uma vez que reservava pequenos espaços para os índios e liberava grandes extensões de terra para os novos (e cada vez mais numerosos) empreendimentos rurais. A política indigenista continuava sendo uma política de apropriação das terras indígenas.

Essa situação se devia também ao fato de que, na primeira metade do século XX, o Estado, a academia e os regionais não acreditavam que houvesse densidade populacional crescente e nem preservação das identidades étnicas indígenas, imbuídos que estavam do paradigma “assimilacionista”.

Vargas (2011) descreve o processo de demarcação das reservas: as terras consideradas públicas eram demarcadas sob a supervisão de um engenheiro ou agrimensor autorizado pelo então presidente do estado, mas, antes disso, eram publicados editais com antecedência de trinta dias. Esse procedimento assegurava os interesses dos fazendeiros, pois as áreas só eram reservadas quando não atingiam os limites das propriedades que se iam formando. Mas, o estabelecimento das reservas evidencia também a atuação terena, sem a qual o Estado não se teria preocupado em garantir esses espaços (ainda que diminutos).

Sendo assim, em algumas áreas, por mais que o governo e os fazendeiros tentassem, não conseguiram retirar os Terena dos territórios que ocupavam.

O Estado brasileiro se viu em uma difícil situação, em função da pressão exercida tanto pelos Terena, que se recusavam a sair das terras que ocupavam, quanto pelos supostos proprietários. (VARGAS, 2011, p. 384)

A constituição das reservas dos Terena ocorreu nessa conjuntura, deixando de fora grande parte das terras tradicionalmente ocupadas por eles. O Estado também negligenciou as expulsões que os indígenas sofreram de diversas áreas, posteriormente convertidas em fazendas.

Os Terena continuaram contribuindo com diversos serviços para os regionais, auxiliando na abertura de estradas, na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na instalação das linhas telegráficas e no fornecimento de produtos alimentícios. Atuaram como mão de obra nas fazendas, inseridos no contexto de precárias relações trabalhistas, como apontam diversas obras (OLIVEIRA, 1976; EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2003; VARGAS, 2003; entre outros).

Assim, antigas estratégias de colaboração e negociação se combinavam com diversas formas de reivindicação para recuperar ou permanecer nos seus territórios. Formavam “comissão” para cobrar do governo os serviços prestados e pressionar as autoridades quanto à questão territorial (VARGAS, 2003).

Ao longo da história desse povo, o Estado e os *purutuya* de forma geral, não pouparam esforços na espoliação de suas terras e na tentativa de apagar sua distintividade étnica. Entretanto, esses indígenas, mesmo mantendo relações amistosas, nem sempre aceitaram as determinações dos não índios e, quando o fizeram, foram pautados pelas suas próprias estratégias. Destaca-se, conforme Vargas (2003, 2011) e Moura (2009), o esforço dos Terena para dialogar com as autoridades brasileiras utilizando os meios oficiais, fazendo abaixo-assinados, requerimentos, buscando os responsáveis pela política indigenista.

Em 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Porém, as mudanças mais significativas vieram com as alterações na legislação. A Lei 6.001/1973, em seu artigo 65, estabeleceu: “o Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”.

A Constituição de 1988 também representou um avanço na questão indígena, pois reconheceu os direitos originários dos índios às suas terras, e abandonou o paradigma “assimilacionista” (CUNHA, 1992).

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. (BRASIL, 1988)

Apesar da garantia desses direitos na Constituição, na prática, eles não foram respeitados. O prazo estabelecido em 1973 não foi cumprido, e, segundo Cavalcante (2012), há 450 reivindicações registradas na Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID) da Funai.

Ao longo do século XX, o contexto brasileiro foi-se alterando e as estratégias dos Terena na luta pela recuperação de seus territórios passaram a incluir outras ações de reivindicação. A partir da década de 1990, os Terena passaram a protagonizar um movimento denominado por eles de “Retomada”, com objetivo de cobrar do Estado brasileiro a demarcação de suas terras tradicionais. Como resultado disso, em 1999, a FUNAI, por meio da Portaria 533/99, estabeleceu o Grupo Técnico (GT) para os estudos preliminares de identificação e revisão de três terras terena: Cachoeirinha, Taunay-Ipegue e Buri-ti. A partir de então, diversas áreas entraram em processo de regularização e ampliação, ainda inconclusos.

Mato Grosso do Sul está entre os campeões de concentração de terras no Brasil, conforme Alcântara Filho (2009). Isso se reflete na influência política e econômica do setor ligado ao agronegócio e na dificuldade de regularizar as terras de ocupação tradicional dos índios.

Considerações finais

Os índios Terena emergem na história brasileira, não como meros coadjuvantes, ou espectadores passivos. São sujeitos históricos plenos, colaborando com o Estado brasileiro em diversas situações. Mas também reivindicando, questionando e resistindo às imposi-

ções e arbitrariedades desse mesmo Estado.

A atuação dos Terena na Guerra do Paraguai (1864-1870) é um dos exemplos de seu protagonismo ao longo da história do Brasil. O conflito, que se insere nas páginas da consolidação do Estado Nacional, deixou marcas profundas nos povos indígenas do sul do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

Com o fim da guerra, inúmeras ondas de colonização avançaram sobre as terras dos Terena. Para opor-se aos esbulhos perpetrados pelos novos ocupantes, esses indígenas dirigiram ao governo inúmeras reivindicações e solicitações. Essas iniciativas não impediram a expropriação de grande parte do território, mas evidenciaram que os Terena utilizariam as estratégias das quais pudessem lançar mão para lutar por suas terras.

No século XX, no contexto de atuação do SPI, foram demarcadas as reservas terena que, em parte, atendiam aos interesses de liberar terras para os empreendimentos ru-

rais. Entretanto, tais áreas foram reservadas também devido às instâncias dos próprios indígenas em sua interlocução com o Estado.

Com o Estatuto do Índio (1973) e com a Constituição de 1988, foram reconhecidos os direitos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas e que ficaram fora das reservas. Mas, na prática, os indígenas ainda não tiveram esses espaços regularizados. A partir de 1990, os Terena passaram a incluir em suas formas de reivindicação outras iniciativas, protagonizando as chamadas “Retomadas”, como forma de potencializar a luta pela recuperação de suas terras, garantidas pela Constituição.

Os Terena, ao longo de sua história, têm utilizado diferentes estratégias de convivência e de relacionamento com o Estado brasileiro, de acordo com suas próprias pautas culturais, mas também de acordo com o contexto político e social em que estão inseridos. **REB**

Referências

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. In.: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009.

AZANHA, Gilberto. As terras indígenas terena no Mato Grosso do Sul. In.: *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2005.

BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. *A História do Povo Terena*. MEC: Brasília, 2000.

BRASIL. *Constituição*. 1988.

_____. *Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Estatuto do Índio.

CASTRO, Iara Quelho de. 2010. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. Considerações sobre o CAC das terras indígenas Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul. In.: *Anais do XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: História*

e Diversidade: Ensino e Pesquisa nas Fronteiras. Campo Grande: Anpuh, 2012. Disponível em: <www.anpuhms.org/eventos/xiencontrohistoriams/anais/anais.htm>. Acesso em: 6 de out. de 2012.

CHAVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka S. Cohen. Bauru: Edusp, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. Duas no pé e uma na bunda: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, 2007, 2 (1): 1-20.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Perícia antropológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sídrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª vara da 1ª subseção judiciária de Mato Grosso do Sul, 2003.

JOSÉ da SILVA, Giovani. Notícias da guerra que não acabou: a Guerra do Paraguai (1864-1870) rememorada pelos índios kadiwéu. In.: *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, MS, v. 9, n. 16, jan./jul. 2007.

LEOTTI, Odemar. Corpos Violentados: os índios e Guerra do Paraguai (1860-1870). In. JANUÁRIO, Elias Renato da Silva et al. *Fronteira, memória e linguagem*. Cáceres: Unemat, 2001, p. 31-47.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22 n. 43, p.153-169, 2002.

MOURA, Noemia dos Santos Pereira. *O processo de terenização do cristianismo na terra indígena Taunay/ Ipegue no século XX*. 2009. 306 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Edson. Índios no nordeste: história e memórias da Guerra do Paraguai. In.: *Revista Eletrônica História em Reflexão*. Vol. 1 n. 2 – UFGD - Dourados Jul/Dez 2007.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai* São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Companhia Melhoramento, 1931.

_____. *Memórias*. Vol.VI. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a*

imposição e a opção. Dissertação. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

_____. Os Terena e o SPI. In.: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). *Memória do SPI*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

XIMENES, Lenir Gomes. *Terra Indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*. 2011. 136 f. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011.

Documentos oficiais

Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurus e Guanás, com a descrição de seus uzos, religião e costumes do Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra ao Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Vila de Cuiabá, 5 de abril de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 41, doc. n. 2035.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1853. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O estado do Mato Grosso foi dividido em dois: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no ano de 1977.

² Palavra terena que designa “não índio”.

A Guerra do Paraguai e a usurpação dos territórios indígenas¹

*Adilso de Campos Garcia**

*Maria Augusta de Castilho***

A prisão, pelo presidente do Paraguai, Solano Lopes, do navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava as águas do rio Paraguai rumo a Mato Grosso, para levar o presidente da Província Frederico Carneiro de Campos, bem como a intervenção militar brasileira no Uruguai representaram, naquela conjuntura, o estopim para o desencadeamento da Guerra do Paraguai (1864-1870).

A Bacia Platina, naquele determinado contexto histórico, a partir de meados do século XIX, estava assolada por conflitos latentes, quer seja — entre outros motivos — por questões de fronteiras, pela livre navegação do rio Paraguai, que era de suma relevância para o Governo Imperial, no que se refere à logística de comunicação, abastecimento, segurança e comércio com a Província de Mato Grosso.

A amálgama de correntes historiográficas e manipulações ideológicas acerca das interpretações dos reais motivos que deflagraram essa guerra acaba por povoar o imaginário da população, desde os mais leigos aos mais eruditos pesquisadores sobre a temática.

A Guerra da Tríplice Aliança pode ser vista como parte da integração da bacia do Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder sua auto-suficiência, conseguida na única área na América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma eficaz, graças talvez à original dominação jesuíta. (HOBSBAWM, 1996, p. 119).

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

A invasão do solo brasileiro — que neste estudo se reporta à Província de Mato Grosso — por tropas paraguaias acabou por provocar a morte do militar Antônio João na região sul da Província, reverenciado no meio militar como o “Leônidas Brasileiro”; tal fato provocou a imediata resposta bélica do Império Brasileiro. Inserida nesta visão patriótica, dentre outras, tem-se a contribuição de Pombo (1960).

No Brasil, no decorrer do século XX, ocorreu o ápice do revisionismo, representado principalmente por Pomer (1985) e Chivenatto (1990); este último causou um insti-

* Bacharel e licenciado em História (UFMS), mestre em História (UFGD), professor de História do IFMS. (adilso.garcia@ifms.edu.br)

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (mestrado/doutorado) e do Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). (m.a.castilho@terra.com.br)

gante fervor nacionalista e anti-imperialista no meio acadêmico brasileiro, pois, revestido de feitos militares e enfatizando a atuação imperialista da Inglaterra no conflito, criou uma espécie de teoria conspiratória, que, em determinadas situações, se furtou quanto às fontes documentais, que poderiam dar maior credibilidade às suas assertivas.

No limiar do século XXI, Doratioto (2002), caracterizado por ser menos tendencioso, apresenta um novo viés sobre a guerra, procurando entendê-la como fruto das contradições na Bacia Platina. Discute as questões de geopolítica regional e os interesses econômicos dos países envolvidos no conflito, salientando que as origens dessa hostilidade também podem estar no processo de formação e consolidação dos estados nacionais na região platina.

Uma vez discutidas algumas considerações iniciais sobre a Guerra do Paraguai, procurar-se-á, doravante, amearhar elementos que permitam evidenciar a importante e decisiva participação dos Guaná (Terena), quando estes lutaram ao lado do Império Brasileiro na guerra contra o Paraguai, no Sul de Mato Grosso.

Com a eclosão da referida guerra, o Exército Brasileiro vai aliciar reforços entre os índios da região, pois, segundo a política imperial, a defesa das fronteiras e a segurança nacional passam a ter importância capital.

As sociedades indígenas, mormente as que se encontravam no sul da Província de Mato Grosso, vão gozar de uma função primordial para a proteção e a garantia do território brasileiro; são as sociedades indígenas como muralhas dos sertões. Manifesta-se en-

tão a incorporação de algumas comunidades indígenas à Guarda Nacional, sendo que são

também qualificados guardas nacionais índios quinquinós e terenas que melhores serviços prestariam englobados nas suas respectivas tribos, como por exemplo o índio José Pedro, capitão dos terenas... (TAUNAY, 1923, P. 205)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Segundo esse autor, dos índios Guaná incorporados à Guarda Nacional, a maior parte deles era dos Terena, que perfaziam 216 índios, os Kinikináu, 39, enquanto os Laiana eram 20, totalizando 275 homens, que se mostravam dispostos e se ofereciam prontamente, servindo com dedicação.

Entre os Guaná, os Terena, a priori, se mostravam aparentemente mais isolados e retraídos ao contato com a população não índia, em busca de um isolamento não mais possível, em virtude da contingência de um iminente conflito bélico, conforme escreveu Taunay (1931). Sendo assim, não acharam outra maneira, naquela conjuntura, senão a de defenderem as suas terras do ataque dos paraguaios; e assim, imbricados no pensamento de que, ao lutar ao lado do Brasil, estariam, por sua vez, assegurando a posse de suas aldeias já formadas na região, aderiram ao conflito.

Faz-se mister enfatizar que esta disposição em aderir à luta está também relacionada a uma preocupação precípua, que era a de resolver o problema das várias ameaças feitas pelos fazendeiros, devido aos bovinos que esses índios abatiam para sua alimentação.

A Guerra do Paraguai provocou uma avassaladora desorganização nas sociedades

indígenas como um todo, sendo que os aldeamentos dos índios Guaná (Terena) encontravam-se no centro do teatro de operações de guerra e, estando, em sua maioria, localizados “nas imediações de Miranda, as aldeias desses índios foram destruídas e arrasadas”ⁱ (SILVA, 1948, p. 280).

A atitude dos Terena em aderir à Guarda Nacional foi, na realidade, uma escolha feita pelos próprios índios, como uma possível solução dos conflitos existentes entre estes e a sociedade envolvente, além de representar a defesa de seu próprio território, pois o “engajamento desses índios às tropas brasileiras fazia-se mediante presentes e promessas de concessão de terras” (VASCONCELOS, 1999, p. 87).

As afirmações feitas anteriormente de que os Guaná (Terena) se ofereciam para lutar na Guerra do Paraguai, sobre o conflito com fazendeiros, e também sobre a defesa das suas aldeias não são compartilhadas por Leotti (2001); para esse referido pesquisador, a

ida dos índios para a guerra foi uma realidade e, de uma forma imposta, fazia-se com que os índios ficassem expostos à violência de um conflito estranho aos seus interesses. (LEOTTI, 2001. p. 42)

No que concerne à invasão da Vila de Miranda, grassava a notícia de que os paraguaios tinham dominado o Forte de Coimbra, Corumbá, bem como a navegação pelo rio Paraguai. E, devido à chegada das tropas paraguaias nas imediações dessa vila, em fins de 1864, os soldados e os não índios refugiaram-se na serra de Maracaju, região tida

como segura, onde o inimigo não se atreveria a se aventurar-se.

Um aspecto que chama a atenção nessa debandada da Vila de Miranda foi a opção de se utilizarem os rios como meio de transporte, devido a uma maior possibilidade de locomoção, de se poder refugiar na margem oposta à do inimigo, se fosse o caso; e ressaltava-se ainda que, pelos caminhos terrestres, se estava mais propenso a encontrar patrulhas paraguaias.

Quasi todos os habitantes de Miranda fugiram embarcados descendo o rio Miranda, entrando no Aquidauana e subindo por este até perto do porto do Souza. Ahi se refugiaram nas fragosidades da serra de Maracajú (Morros); alguns tomaram caminho de Sant’Anna do Parnahyba. (TAUNAY, 1923, p. 123, nota de rodapé nº 1)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Os antigos Guaná-Txané apossaram-se do arsenal de armas da Vila de Miranda, que os militares haviam abandonado, e impuseram certa resistência e hostilidade aos invasores paraguaios nas cercanias da Vila:

Os indios moradores das aldeas da visinhança, depois da evacuação de nossa tropa e antes da entrada dos Paraguayos, apoderarão se da porção de armamento que existia nos armazens militares, e com elle hostilizarão o inimigo; mas este não tardou a domar essa resistencia, que não era de esperar fosse efficaz, attendendo á inferioridade de numero dos mesmos Indios e á sua falta de disciplina. Assim ficarão os Paraguayos na plena e effectiva posse do Districto de Miranda.

ⁱ N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.

(Relatório do Presidente da Província do ano de 1865. p. 10)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

É interessante destacar que a orientação do Comando Militar Brasileiro, no que se reporta a armamentos, era a de que os índios não tinham o direito de possuir armas como os demais soldados, pois reinava uma preocupação quanto à lealdade desses índios. Essa postura dos militares sempre evocou uma série de protestos e reivindicações por parte das comunidades indígenas.

Há que se enfatizar a peremptória contribuição dos índios para a sobrevivência da população que se refugiou nos morros (serra de Maracaju), pois

effectuaram-se logo derrubadas para as sementeiras dos cereaes que alguns providentes haviam trazido, certos de que, tão cedo, não voltariam aos seus lares. (TAUNAY, 1931, p. 34)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Tiveram os Terena, por conseguinte, um papel de extrema valia, realizando incursões de pesca, caça, aprisionamento de bovinos e coleta de frutos da terra, sendo, em grande parte, ainda responsáveis pelo abastecimento de mantimentos das tropas brasileiras, tanto nos acampamentos militares quanto nas aldeias, que serviam ainda de refúgios para os não índios, ou seja, “os Terena deram apoio às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados” (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2005, p. 5-6).

Ao escrever sobre o episódio do Exército Brasileiro na Retirada da Laguna, Taunay observou que os Guaná (Terena), no decorrer da guerra, sofreram uma série de agruras, quando grande quantidade deles teria perecido vítimas do fogo, das armas, fome e, principalmente, no que concerne às doenças. Quanto à Retirada, destacou que:

(...) o chefe dos Terenas, Francisco das Chagas, chegou moribundo numa rêde que sua gente carregava. Estavam êstes desgraçados índios no auge do terror; mais não podiam mais abandonar a coluna, ocupado como se achava todo o campo por um inimigo, que, quando os apanhava, jamais deixava de os fazer perecer nos mais horríveis suplícios. (TAUNAY, 1952, p. 106)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

A Retirada da Laguna refere-se ao episódio em que uma coluna ou expedição militar brasileira, que se encontrava em operações no Sul de Mato Grosso, atravessou o rio Apa, dirigindo-se até a localidade de Laguna, no país Paraguai. Os soldados paraguaios usaram a tática da “terra arrasada”, retirando, queimando e destruindo todos os víveres que pudessem ser úteis ao inimigo.

Ainda no tocante à Retirada da Laguna, Taunay enfatizou a importância da participação indígena, pois

os índios Terena e Guaicuru, que depois de se haverem comportado nessa refrega como bravos auxiliares, carregavam agora aos ombros os despojos² dos cavalos tomados aos paraguaios. (TAUNAY, 1952, p. 68-69)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Liderada pelo guia Lopes, Sales pontuou que essa coluna não teve outra alternativa a não ser retroceder, diante da perseguição imposta pelo exército paraguaio, pois

assolada por uma epidemia de cólera, constantemente fustigada pela cavalaria paraguaia, a coluna foi obrigada a iniciar um processo de retirada sob permanente hostilidade inimiga que, por pouco, não se transformou em verdadeira debandada. (SALLES, 1990, p. 156)

Os componentes que participaram da Retirada no decorrer do ano de 1867, entre eles uma quantidade considerável de indígenas Guaná (Terena), sofreram grandes adversidades, em função do estado de inconstância do comando militar e das oscilações do clima, e en-

frentaram sérias privações, principalmente no que diz respeito à alimentação e à locomoção.

Os soldados brasileiros, na longa campanha que se desenvolveu contra o Paraguai, não foram vítimas somente do despreparo militar, dos erros táticos e das divergências de comando. Enfrentaram, também, grandes dificuldades decorrentes de mudanças climáticas, como períodos de chuva ou de estiagem, de adaptação ao solo paraguaio e principalmente de grandes epidemias, como o cólera-morbo, a varíola, as febres, as disenterias e o ataque das muquiranas. (SQUINELO, 2003, p. 96).

Outro elemento complicador foi a fumaça intensa, em função do fogo ateadado na macega³ pelos paraguaios, que estavam no encalço da coluna, além dos animais peçonhentos, da escassez de munição e farda-



Figura 1 – A Retirada da Laguna, composição de Álvaro Martins (Seth)

Fonte: TAUNAY, 1952

mento; entretanto a mazela fundamental foi o cólera-morbo.

É válido evocar que a Guerra do Paraguai aflorou sentimentos de autovalia nos Guaná (Terena), culminando em uma valorização da memória e do *ethos* tribal, pois:

(...) esse conflito representou, além de um fator ponderável à mobilidade dos Terêna, uma experiência que ficou gravada profundamente na memória tribal, constituindo-se, pode-se dizer, na *fase heróica* de um povo pacífico por natureza; proporcionou-lhes uma tomada de consciência de seus direitos sobre o território que ocupam, (...). (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 59-60)

Em consequência, vislumbra-se uma autoconsciência que esses índios passaram a ter de sua própria história e da importância de seu povo, corroborando para a constatação de que

os índios são agentes de sua própria história e portadores de sistemas socioculturais específicos, constatações estas que entram em choque com o eurocentrismo de cunho evolucionista unilinear... (EREMITES DE OLIVEIRA, 2001, p. 122)

A participação dos índios na Guerra do Paraguai foi, para o Império Brasileiro, de importância imensurável, pois serviram como conhecedores, espiões e guias da região e, segundo Vargas (2005), estes índios se fizeram presentes lutando contra os paraguaios, além de abastecer o Exército Brasileiro com informações e alimentação.

A questão da entrega de patentes militares brasileiras aos Guaná (Terena) foi discutida pelo alemão Richard Rohde, que foi o responsável, entre os anos de 1883-1884, por uma mis-



Figura 2 – Dois índios Terena, dos que combateram na Guerra do Paraguai, com uniformes de oficiais em desuso (acervo da Comissão Rondon, s/d)

Fonte: <http://pib.socioambiental>

são científica realizada pelo Museu de Berlim na região de Mato Grosso, indicando ainda, em seus estudos, a destacada participação dos Terena na guerra abaixo referida:

Na guerra do Paraguai ofereceram aos brasileiros bons serviços e, em consequência disso, alguns caciques do Brasil receberam patentes como alferes, que me mostraram com muito orgulho e me pediram para lhes ler. (...) Cada aldeia tem um comandante (sub-chefe), e sobre a tribo toda está um cacique, que recebeu da nação brasileira uma patente de “Capitão”. (ROHDE, 1990, p. 11-12). (N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Pode-se deduzir, no entanto, que essa atitude representou uma tentativa de desar-

ticular as comunidades indígenas. Ao transformar o chefe dos índios — o cacique — na figura de capitão, favorecia-se uma relativa desestruturação da organização social indígena, uma vez que era notório o envolvimento desses índios ao sabor dos interesses da política indigenista brasileira.

Enfatiza-se que, devido aos préstimos que os Guaná (Terena) propiciaram ao Exército Brasileiro, alguns caciques receberam patentes de alferes e uniformes militares, como recompensa pelo seu apoio na Guerra do Paraguai:

(...) que seguindo a antiga pratica dos meus antecessores, pasei titulo ao índio Joaquim Victorino de Capitão da tribu terena a que pertence sem que este titulo lhe de direito ao pedido de fardamento completo que fiz e nem a cousa alguma. É verdade que se tem fornecido à alguns nas mesmas circunstancias, e com o fim simplesmente de agradá-los, algumas peças de fardamento do mesmo modo que se lhes fornecem roupas e ferramentas como brindes. (Lata 1886-C, doc. Avulso, APMT)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Não obstante, o relativo hábito dos presidentes da província de distribuir a patente de capitão, como forma de agrado, teve um efeito avesso do que foi aventado no documento, pois o seu significado foi apropriado e reelaborado pelos indígenas de acordo com as pautas culturais que lhes eram convenientes.

Deram, por conseguinte, a esse referido título um “ressignificado”, porquanto, munidos da farda e da insígnia como um sinal distintivo de poder, passaram a reivindicar a posse de seus antigos territórios. Quando eram visitados nas aldeias, ou recebidos

por membros do Governo, apresentavam-se vestidos com uniformes militares, procurando estabelecer a ideia de se tratar de uma reunião de autoridades.

Várias vezes os Terena dirigiram-se a Miranda e Cuiabá, buscando relações diplomáticas com os representantes do Governo, revestidos com o *status* de prestadores de serviços à Nação e de amigos das autoridades brasileiras. Todavia, mesmo estando esses índios sempre presentes no decorrer da guerra, tendo abastecido o Exército Brasileiro com informações e alimentos, essa participação não lhes garantiu necessariamente um de seus mais preciosos objetivos, que era a posse dos antigos territórios indígenas que ocupavam no período anterior à Guerra do Paraguai.

Pode-se inferir que, findo o conflito platino, grande parte das aldeias indígenas prostrou-se ante o infortúnio da guerra, pois foi destruída e queimada pelo inexorável inimigo; essa “desterritorialização” foi agravada no pós-guerra, em função da voracidade da frente pastoril sobre os territórios tradicionais dos Guaná; houve, de acordo com estudos de Brand (1997), um verdadeiro “esparramo”⁴.

Grande parte desses índios foi inserida na economia regional de modo compulsório — episódio que ficou conhecido como tempo da servidão, e que se distendeu até o começo do século XX, quando Rondon deu início à demarcação das reservas indígenas, gerando um processo de “(re)territorialização”; essas áreas demarcadas, em determinadas circunstâncias, vão engendrar um estoque de mão de obra barata e de votos para as elites regionais. **REB**

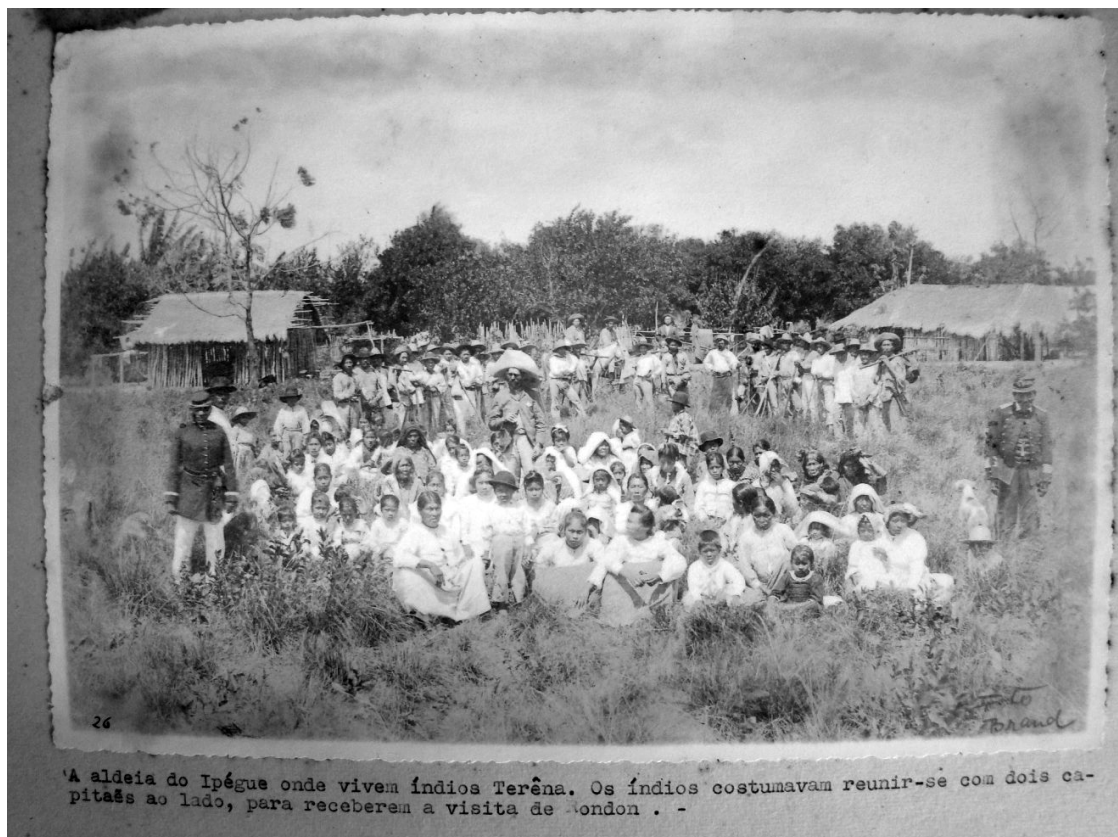


Figura 3 – “A aldeia do Ipégue onde vivem índios Terêna. Os índios costumavam reunir-se com dois capitães ao lado, para receberem a visita de Rondon.”

Fonte: Forte de Copacabana. Obra: *Índios e Aspectos do Sertão do Brasil – Linhas Telegráficas de MT*. Foto nº 022

Comentário do autor: Optou-se por transcrever a legenda da fonte devido à dificuldade da leitura, mantendo-se a grafia original.

Referências

BRAND, Antonio J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani:** os difíceis caminhos da Palavra. 1997. 392 p. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do Índio ao Bugre:** O processo de assimilação dos Terêna. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 149 p.

CHIAVENATTO, Júlio J. **Genocídio Americano:** a Guerra do Paraguai. 24. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990. 188 p.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** nova história sobre a Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 615 p.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **A História indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil**: dilemas e perspectivas. Revista Territórios & Fronteiras (Programa de Pós-Graduação em História). Cuiabá: UFMT, vol. 2, n. 2, p. 115-124, 2001.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. “Duas no pé e uma na Bunda”: da Participação Terena na Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela Ampliação dos Limites da Terra Indígena Buriti. Anais Eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH/UEL, p. 1-8, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. E. **A era do capital**: 1848-1875. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 459 p.

LEOTTI, Odemar. **Corpos violentados**: os índios e a guerra do Paraguai (1860-1870). In: JANUÁRIO, Elias R. da S. (Org). Fronteira – Memória e Linguagem. Cáceres-MT: Ed. UNEMAT/Campinas-SP: Pontes, 2001. p. 31-47.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960. 502 p.

POMER, León. **Paraguai**: nossa guerra conta esse soldado. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1985. 64 p.

ROHDE, Richard. **Algumas notícias sobre a tribo indígena dos Terenos**. Terra Indígena, UNESP, Araraquara, n. 55, p. 11-17, abr./jun. 1990.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 166 p.

SILVA, Fernando A. **Mudança Cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista, São Paulo: vol. 3, p. 271-379, 1948.

SQUINELO, Ana P. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida**: ensino, memória e história de um conflito secular. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2003. 144 p.

TAUNAY, Visconde de. **Campanha de Matto Grosso**: cenas de viagem. 2. ed. São Paulo: Livraria do Globo, Irmãos Marrano, 1923. 210 p.

_____. **Entre os nossos índios**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931. 135 p.

_____. **A retirada da Laguna**: episódio da guerra do Paraguai. 14. ed. Tradução de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952. 202 p.

VARGAS, Vera L. F. **A construção do território Terena (1870-1966)**: uma sociedade entre a imposição e a opção. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. **Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso**: a implantação da colônia Várzea Alegre (1957-1970). 1986. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP. Assis.

Fontes manuscritas

Lata 1886-C, doc. Avulso, APMT - Arquivo Público de Mato Grosso.

Relatório do Vice-Presidente da Província de Matogrosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá, Typ. de Souza Neves etc., 1865. Fotogramas, Bruto=474 e Real 457. Acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim. Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho. Campo Grande-MS.

Fontes imagéticas

Forte de Copacabana. Obra: Índios e Aspectos do Sertão do Brasil – Linhas Telegráficas de MT. Foto nº 022.

Instituto Socioambiental. Foto: Dois índios Terêna, dos que combateram na Guerra do Paraguai com uniformes de oficiais em desuso; Fazendo arreio – aldeia do Bananal. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1042>. Acesso em: 18.set.2008.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*: episódio da guerra do Paraguai. 14. ed. Tradução de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952. Foto, p. 132b. 202 p.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O presente trabalho (com exceção do título) é fruto de parte de minha dissertação intitulada *A Participação dos Índios Guaná no Processo de Desenvolvimento Econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*.

² Aquilo o que se toma ao inimigo; presa, espólio.

³ Campina suja, com capim alto e seco, a ponto de dificultar a passagem.

⁴ Refere-se a uma expressão que foi usada pelo Prof. Brand (1997) e caracteriza uma situação de “des-territorialização” dos índios. Neste trabalho, destaca-se o episódio em que os índios Guaná, no período posterior à guerra contra o Paraguai (1864/1870), foram expulsos de seus territórios, espalharam-se pelas fazendas de gado no sul do Estado de Mato Grosso e trabalharam para a sociedade dominante na qualidade de mensalistas, diaristas e empreiteiros.

Memória e identidade da Guerra da Tríplice Aliança (GTA)

Antonio Ferreira Sobrinho*

Introdução

Com a finalidade de aprofundar a reflexão sobre o estudo e a prática da preservação da memória da Guerra da Tríplice Aliança, em especial da sua História, através do uso dos sítios históricos (campos de batalha, cemitérios, caminhos e trilhas, monumentos votivos) e dos acervos (documentais, imagéticos e tridimensionais), desenvolvidos no Brasil e no Paraguai, pretendemos, levantar e divulgar o que tem sido feito nesse sentido nas instituições públicas e privadas desses países.

Consideramos que o aprofundamento desses estudos possa ser capaz de potencializar uma discussão ampla sobre os sentidos, o espaço, a gestão, a sustentabilidade, enfim, sobre a importância dos lugares e dos acervos onde essa memória é cultuada. Para além da importância de que se reveste o estudo da Guerra da Tríplice Aliança e dos seus impactos, a evocação dos seus 150 anos suscita evidentemente um maior interesse em termos nacionais e internacionais, para a realização de múltiplas iniciativas de preservação da sua memória nos setores acadêmicos e no público em geral.

O estudo ora realizado pretende, também, contribuir para a reflexão acadêmica sobre a construção da identidade desses estados nacionais e sobre o papel que cada um deles desempenha na promoção e no aproveitamento do seu patrimônio histórico e cultural para fortalecer o sentimento de pertencimento nacional.¹ Assim, os caminhos traçados para esta pesquisa percorrem e perseguem os seguintes objetivos:

a. Identificar e analisar

- os resultados obtidos com os sucessivos EIHOBGTA, realizados desde 2009 até este, no corrente ano;
- as atividades realizadas em cumprimento às diretrizes (Port 1783, de 08 dez 2015) do Comando do Exército, rememorando os 150 anos da GTA;
- o *Memorando de Entendimiento entre el Ministerio de Defensa Nacional de la República del Paraguay y el Ministerio de Defensa de la República Federativa del Brasil relativo a la Cooperación para la Preservación de la Memoria de la Guerra de la Triple Alianza*, assinado em Assunção, no dia 4 do mês de abril de 2016;

* Cel Art R/1 (AMAN/71, EsAO/82, ECEME/86), pós-graduado *lato sensu* em História Militar (UNIRIO/08), membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e da Asociación Cultural Mandu'Ara (Paraguai) e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). É chefe da Seção de Pesquisas Históricas do CEPHiMEx.

- as propostas brasileiras de preservação nascidas no Mato Grosso do Sul e outras em desenvolvimento no Rio Grande do Sul;
- as iniciativas de preservação no Uruguai;
- as iniciativas de preservação na Argentina;
- os estudos apresentados pela Secretaria Nacional de Cultura do Paraguai, sobre a preservação dos seus vestígios históricos;
- as propostas constantes da *Carta de Humailá*, lavrada em 2010, por mais de 60 participantes/organizadores do II EIHOBGTA.

b. Propor ações que complementem essas já levantadas

Referencial teórico para a definição dos acervos e lugares de memória da Guerra da Tríplice Aliança

Buscaremos neste trabalho unir o conceito de patrimônio, como preservador de memória, ao do seu espaço, como veiculador da mesma, com base no modelo teórico de “lugares de memória”, que compreende o espaço físico como suporte para a formação de memória coletiva. Essa conceituação apareceu pela primeira vez na obra *Les Lieux de Mémoire*, editada a partir de 1986 sob a coordenação de Pierre Nora (historiador francês associado à nova história, sendo referência no estudo da memória e identidade francesa).

O patrimônio em estudo é constituído pelos sítios históricos, monumentos e acervos relacionados com a GTA existentes no Brasil

e no Paraguai, considerados como símbolos privilegiados onde repousam experiências coletivas e princípios de identidade. São sinais que perpetuam os testemunhos das sociedades envolvidas no conflito, devendo ser avaliados no sentido de se valorizar o ponto de vista de sua representatividade ou de sua vinculação ao processo histórico de formação da nacionalidade desses países, com ênfase no seu papel de produtor de memórias e de criador de vínculos de identidade.

A transformação dessa memória em patrimônio histórico-cultural dos países beligerantes possibilita novas formas de apropriação, significados e de seu aproveitamento com vistas ao turismo e à “musealização”.²

A “patrimonialização” representa a preservação integral do passado e traz uma mudança do regime de memória, ou seja, da história-memória para a história-patrimônio, um testemunho do passado transformado em um bem comum, em uma perpétua herança à coletividade, articulando, dessa forma, o passado, o presente e o futuro (NORA, 1986, p. 210-215).

Ações desenvolvidas ou em desenvolvimento por entidades públicas e privadas para a preservação da memória da GTA no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai

a. No Brasil

Examinaremos rapidamente as ações de preservação presentes em áreas onde ocorreram combates no território brasileiro:

(1) Mato Grosso do Sul

A Guerra da Tríplice Aliança vem sendo trabalhada no Mato Grosso do Sul em

ações conjuntas, reunindo várias instituições parceiras, entre elas:

(a) As prefeituras dos municípios de Miranda, Aquidauana, Nioaque, Guia Lopes, Jardim, Bela Vista, Coxim, Dourados, Ponta Porã e Corumbá.

(b) As universidades Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Grande Dourados (UFGD) e a Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) participam ativamente por intermédio dos seus cursos de Geografia, História e Turismo:

- O curso de Geografia da UFMS, via Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (CADEF), possui pesquisas com o foco no desenvolvimento do território e espaço geográfico afetado pela Guerra da Tríplice Aliança;
- O Curso de História da UFMS desenvolveu, pela terceira vez, o Congresso Internacional de História Regional, com a temática voltada para o estudo e a pesquisa da GTA;
- Curso de Turismo da UFMS conduz novas propostas de estudos focadas no segmento de *dark tourism*, pensando estrategicamente o “turismo de guerra”.

(c) A Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDATUR) e as prefeituras de Jardim e Anastácio têm trabalhado em conjunto na realização de eventos, tais como enduro de motos e atividades de trilha com as escolas do município, nos caminhos históricos da Retirada da Laguna.

(d) O IPHAN-MS desenvolve as seguintes ações relacionadas com a GTA:

- realiza estudos para o registro da paisagem que ambienta o cenário dos eventos;
- comunicação social, compreendendo os percursos urbanos e as trilhas;
- planeja a inclusão do sítio histórico da Retirada Laguna em um programa de arqueologia histórica;
- projetos de história oral ;
- readequação de painéis informativos sobre a trilha e paisagens para difusão local e nacional bem como elaboração de um livro de fotos e estudos arqueológicos.

(e) A Secretaria Estadual de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação de Mato Grosso do Sul (SECTEI/MS) criou um grupo para estudos sobre a trilha da Retirada da Laguna.

(f) A 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, de Jardim, e a SECTEI/MS realizam conjuntamente a continuação do Projeto de Demarcação do Roteiro da Retirada da Laguna, com marcos históricos padronizados e a revitalização do cemitério dos heróis em Jardim.

(g) O GEOPARK está trabalhando para fazer a junção dos aspectos históricos aos aspectos geológicos e paleontológicos da área do Geopark.

(h) O Comando Militar do Oeste (CMO), por meio da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, realiza no mês de julho, desde 2009, o projeto da Marcha cívico-cultural da Retirada da Laguna, que busca o resgate dos valores, raízes e tradições militares do episódio histórico memorado.

Não há dúvidas de que a Retirada da Laguna está situada entre os episódios históricos mais notáveis ocorridos em terras sul-mato-grossenses, porém, durante os cinco anos dessa Guerra, outros eventos tão importantes quanto aquele devem merecer a mesma atenção, tornando-se alvos de festividades e monumentos, reafirmando a sua importância e novas formas de apropriação:

- a invasão de Mato Grosso pelas tropas paraguaias, pelas vias fluvial e terrestre;
- a heroica defesa do Forte de Coimbra;
- o sacrifício de Antônio João Ribeiro e de seus comandados no posto militar em Dourados;
- a evacuação de Corumbá;
- os preparativos para a defesa de Cuiabá e a ação do Barão de Melgaço;
- a retomada de Corumbá e o combate do Alegre, pelo Ten Cel Antonio Maria Coelho.

(2) No Rio Grande do Sul

(a) Na história de São Borja, a figura do bravo comandante do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, brigadeiro João Manoel Menna Barreto, é cultuada por meio da memória do episódio histórico conhecido como a Resistência de São Borja (10 de junho de 1865, na invasão do Rio Grande do Sul pelas forças paraguaias de Duarte).

(b) Do Capão dos Voluntários, no dia 10 de junho, acontece a saída da lança de ébano que pertenceu ao brigadeiro João Manoel, conduzida por uma representação de militares e civis a cavalo, vão até o quartel do 1º Regimento de Cavalaria Mecanizada, onde se realiza uma solenidade militar.

(c) Em Uruguaiana, também se cultua o episódio do cerco e da rendição da força paraguaia que atacou a cidade em setembro de 1865. Existem vários resquícios históricos, e a comunidade, juntamente com as organizações militares sediadas na cidade, promove visitas aos sítios, seminários e eventos cívicos.

Fora desses dois “teatros de operações”, a Guerra do Paraguai tem tido, também, um destaque muito grande no imaginário brasileiro, mobilizando diferentes setores da sociedade e difundindo uma sólida memória cívica em todas as regiões do país, particularmente através da nomeação de ruas, avenidas, monumentos e prédios públicos, com os nomes dos seus heróis, episódios e batalhas.

Como referência nacional, em 29 de dezembro de 1938, foi erguido no bairro da Urca (Rio de Janeiro) um belíssimo monumento em homenagem a alguns heróis da Guerra do Paraguai, com ênfase naqueles de Laguna e Dourados. Nele estão representados o Transporte dos Coléricos, a Marcha Forçada, o Salvamento dos Canhões, além de servir de túmulo aos seus heróis (Cel Camisão, Guia Lopes, Ten Antônio João, Dr. Gesteira). O monumento foi fundido com o emprego exclusivo de matérias-primas nacionais, tendo sido aproveitado o bronze de velhos canhões utilizados pelos mesmos heróis glorificados, em defesa do solo da Pátria.

Todas essas ações têm por objetivos:

- preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico da GTA;
- aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio;
- aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios

para a implementação de prioridades de conservação.

b. na Argentina

Iniciativas das mais desenvolvidas encontram-se na cidade argentina de Paso de los Libres (norte), onde o primeiro grande confronto terrestre foi travado: a Batalha de Yatay, no campo de Batalha de Yatay, pelo Grupo de Investigaciones Históricas Yatay e em Corrientes, pelo Instituto de Investigaciones de Corrientes, com ações mais tímidas nos campos de batalha de Corrientes, Riachuelo, Empedrado e Corrales.

c. no Uruguai

O Instituto de História Militar e Cultura do Uruguai “Coronel Rolando Laguarda Trias”, tem conduzido algumas poucas atividades de preservação da memória da participação uruguaia na GTA. Um destaque maior vai para o projeto Campos de Honor, conduzido por um grupo de Arqueólogos de mesmo nome, que tem desenvolvido estudos e pesquisas nos campos de batalha do Paraguai (Boqueron de Sauce).

d. no Paraguai

O Paraguai tem atuado com bastante vigor no sentido de assegurar a preservação e a difusão dessa memória.

Em 2016, o governo paraguaio iniciou uma campanha para reconstruir a memória da GTA através da reabilitação de campos de batalha e outros locais históricos que recordam os eventos mais relevantes, como a igreja da fortaleza defensiva de Humaitá (sul), construída em 1861, e que, durante a guerra, foi uma das barreiras de contenção dos ataques aliados. O projeto também levará em consideração o enclave montanhoso do Cerro

Corá (norte), onde o presidente paraguaio, Francisco Solano López, caiu morto nas mãos das tropas brasileiras.

A maioria dos locais históricos que se quer preservar e disponibilizar ao público está em “mau estado de conservação” por falta de manutenção, explicou a diretora de Patrimônio Cultural da Secretaria Nacional de Cultura (SNC) do Paraguai, Ana Rosa Lluís O’Hara. Enfatizou que o desafio do SNC é lidar com a restauração e conservação arquitetônica desse patrimônio nacional paraguaio bem como negociar com os proprietários de algumas dessas terras para permitir o acesso ao público. O objetivo final é revitalizar esses ativos patrimoniais e criar uma rota turística que sirva para recuperar essa memória. A esse respeito, informa-nos Ana Lluís:

Queremos provocar o debate e a reflexão sobre as causas e consequências da guerra, na perspectiva dos tempos de paz. Devemos ter em mente que são lugares onde houve eventos muito dolorosos, então qualquer intervenção neles deve se ter muito cuidado.

Portanto, a “turistificação” da história da guerra deve, de acordo com Ana Lluís, “unir forças em nível regional e ter o apoio econômico do Mercosul, o bloco formado pelos quatro países que participaram da guerra”. Assim sendo, os países envolvidos “unificarão critérios” para estabelecer uma rota histórica que poderia ser declarada Patrimônio Cultural do Mercosul.

A guerra também é conhecida por ser a primeira a receber cobertura fotográfica na América do Sul. Tanto as imagens quanto a cartografia e a iconografia do Paraguai e do Brasil sobre esse conflito fazem parte do pro-

grama de Memória do Mundo da UNESCO desde março do ano passado.

Além disso, uma grande quantidade de monumentos, museus e campos de batalha já está sendo visitada, por iniciativa dos institutos históricos, tais como a Asociación Cultural Mandu'Ara:

- Departamento de Ñeembucú (campos de batalha de Humaitá, Passo da Pátria, Tuiuty, Curupayty, Estero Bellaco, Boquerón del Sauce, Curuzu, Passo da Pátria e Itapiru).
- Junto à fronteira com o Brasil (Bela Vista, Fazenda Laguna e Cerro Corá).
- A partir de ASUNCION, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, trincheiras de Peribebuí (para o leste). Em uma outra vertente, Cerro León, Fundición Ibicuy, Campo Grande (Acosta Ñu), Ipané, Uru-Cué, Piquisiry e Pilar.

Especialistas franceses chegaram recentemente ao país, a fim de escavar os campos de batalha da Guerra contra a Tríplice Aliança para, em seguida, organizar museus de memória nos lugares mais emblemáticos da guerra, por conta da Comemoração Nacional do Sesquicentenário da Epopeia Nacional.

O secretário Nacional de Cultura, Fernando Griffith, fez um balanço do seu trabalho, neste ano de 2017, em proveito da preservação da memória da Guerra no Paraguai; desse balanço constam:

- A declaração do *site* patrimonial dos locais históricos de Acosta Ñu, Vapor Cue, Avay, Ita Yvate e Quadrilateral.
- O georreferenciamento de todos os campos de batalha da Guerra da

Tríplice Aliança.

- A Campanha histórica da Rota da Cordilheira, que também incluirá cidades fora desse departamento, como Paraguari e Pirayu.
- A pesquisa de alguns sites por arqueólogos franceses profissionais, que nos permitirá conhecer tipos de armas, sequência de combates, uniformes, e outros aspectos das batalhas. Além disso, o início da arqueologia preventiva no Paraguai.
- Formação de gerentes turísticos e culturais em alguns distritos afetados pela guerra.
- A recuperação pelo estado paraguaio dos sítios Ita Yvate (incluindo Kurusu Pa'i) e o solar Diaz.
- A recuperação do cenotafe do general José Eduvigis Díaz.
- A transferência de documentos digitalizados de arquivos do Brasil, referentes à guerra, aos arquivos paraguaios.
- A transferência do *Livro de Ouro* para o Arquivo Nacional de Assunção.
- O monumento no local histórico de Avay e o projeto para o Museu Nacional de História.

Encontros Internacionais de História sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança (EIHOBGTA)

Esses encontros vêm sendo realizados, por rodízio entre os países (o Brasil sediou em 2011 e 2015), no sentido de aproximação, estudos conjuntos e superação de animosidades, ressentimentos e nostalgias.

I EIHOBGTA (2009)

Foi realizado no período de 27 a 29 de setembro de 2009, nas cidades de Paso de Los Libres/República Argentina e Uruguai/Brasil. Organizado por um grupo de historiadores das duas cidades fronteiriças, teve a participação de 250 civis e militares da Argentina, Brasil e Paraguai, com destaque para a delegação paraguaia (45 jovens), todos historiadores da Asociación Cultural Mandu'Ará.

Além das palestras apresentadas no Clube Progreso “Paso de Los Libres” e na Casa de Cultura de Uruguai, ocorreram visitas aos campos de batalha de YATAY/República Argentina e da Retomada da cidade de Uruguai/Brasil.

II EIHOBGTA (2010)

Foi desenvolvido na cidade de Assunção/Paraguai e no Departamento de Ñeembucú/Paraguai (campos de batalha de Humaitá, Passo da Pátria, Tuiuty e Curupayty), no período de 30 de setembro a 3 de outubro de 2010, reunindo historiadores, pesquisadores, professores de diferentes universidades, estudantes, civis e militares da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai,

Pelo Brasil, participou do evento uma delegação de historiadores militares, integrantes da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), Museu Histórico do Exército (MHEEx), Arquivo Histórico do Exército (AHEEx), Biblioteca do Exército (BIBLIEx) e, mediante convite, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Foi organizado pela Associação Cultural Mandu'Ará/Paraguai, que ficou responsável pela coordenação dos trabalhos relacionados aos aspectos sociais, diplomáticos,

econômicos, militares, estratégicos e geopolíticos da Guerra da Tríplice Aliança, desde antes do seu início e até ao término da ocupação dos aliados em Assunção e a assinatura dos tratados de paz.

Nessa oportunidade foi assinada, solenemente, *A Carta de Humaitá*, compromisso assumido pelos representantes dos países participantes.

III EIHOBGTA (2011)

Foi organizado pelo Brasil (DPHCEx), no período de 27 a 30 de outubro de 2011, dividido em duas partes:

I – Evento acadêmico: dia 27 de outubro, em Campo Grande-MS, no auditório da FIEMS, constando de conferências e comunicações de 20 minutos, além da abertura solene e coquetel.

II – De 28 a 30 de outubro: visitas aos sítios históricos em Nioaque, Jardim, Bela Vista, Fazenda Laguna (PY), Colônia Militar do Dourados, Cerro Corá (PY) e, finalizando, Ponta Porã-MS.

IV EIHOBGTA (2012)

Foi realizado no período 8 a 11 Nov 2012, na cidade de Corrientes (Argentina), a cargo do Instituto de Investigaciones Históricas de Corrientes /Argentina e da Asociación Cultural Mandu'ará/Paraguai.

Configurou-se em uma rara oportunidade para a pesquisa histórica e o intercâmbio de informações com historiadores dos países envolvidos naquele conflito, particularmente, pela possibilidade de visita aos campos de batalha de Corrientes, Riachuelo, Empedrado e Corrales, na Argentina.

V EIHOBGTA (2013)

Foi realizado no período de 23 a 26 Outubro de 2013, nas cidades de Montevideu e Paissandu/Uruguai e organizado pelo Instituto de História Militar e Cultura do Uruguai “Coronel Rolando Laguarda Trias”.

Tinha como objetivo estudar e divulgar a História da Guerra Civil que ocorreu na República Oriental do Uruguai, entre abril de 1863 e fevereiro 1865, e a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

VI EIHOBGTA (2014)

Foi realizado no período de 6 a 8 de novembro de 2014, na cidade de Assunção/Paraguai. A Asociación Cultural Mandu'ará/Paraguai teve a seu cargo a organização geral, coordenação e secretaria do evento.

O Congresso desenvolveu-se entre os dias 6 e 7 de novembro, na capital guarani, nas dependências do auditório do Teatro Municipal de Asunción “Ignacio A. Pane”, constando de conferências e comunicações, além da abertura solene e coquetel. No dia 8 de novembro foram visitados os campos de batalhas de Pykysry, Lomas Valentina, Itororó, Avaí e Cordillera.

VII EIHOBGTA (2015)

Foi organizado e conduzido pelo Brasil, por intermédio da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, em parceria com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx) e com o apoio do Comando Militar do Sul (CMS), como parte dos eventos alusivos ao transcurso dos 150 anos da Guerra da Tríplice Aliança.

Teve lugar na cidade de Uruguaiana-RS, no período de 10 a 12 de setembro de 2015. As palestras foram realizadas no Teatro Municipal Rosalina Pandolfo Lisboa, e as visitas aos sítios históricos, nos territórios da Argentina (Batalha de Yatay) e do Brasil (São Borja – invasão do Rio Grande do Sul pelo Exército Paraguai).

VIII EIHOBGTA (2016)

Foi organizado pela Escola Superior de Guerra do Exército Argentino e pelo Instituto de História Militar Argentina, sendo declarado de interesse institucional do Exército Argentino. O evento foi realizado em Buenos Aires nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 2016.

Atividades realizadas até setembro de 2017, em cumprimento às diretrizes (Port 1783, de 08 dez 2015) do Comando do Exército, que rememoram os 150 anos da GTA

1. Seminários

a. 2014

- CMO: III Seminário de História da GTA. Tema: Invasão do Mato Grosso (Campo Grande-MS) e XI Marcha Cívico-Cultural, da Retirada da Laguna (Jardim, Nioac e Anastácio-MS).

b. 2015

- CMS: VII EIHGTA. Tema: Retomada de Uruguaiana (Uruguaiana-RS) e IV Seminário de História da GTA (Porto Alegre-RS).
- CMO: XII Marcha Cívico-Cultural, da Retirada da Laguna (Jardim, Nioac e Anastácio-MS).

c. 2016

- CMNE: V Seminário de História da GTA: Tema: 150 ANOS da Batalha do TUIUTY (Fortaleza/CE).
- CML: 150 anos do Combate da Ilha da Redenção (Rio de Janeiro/RJ).
- CMO: XIII Marcha Cívico-Cultural da Retirada da Laguna (Jardim, Nioac e Anastácio/MS).

d. 2017

- CMO: Participação no III Congresso Internacional de História Regional: A Retirada da Laguna e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, compondo uma mesa de comunicações, no Campus I da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, na cidade de Aquidauana-MS (CPAQ/UFMS), no período de 3 a 7 Jul 2017.
- CMO: XIV Marcha Cívico-Cultural da Retirada da Laguna (Jardim, Nioac e Anastácio-MS).

2. Outras ações

- Edições especiais da Revista do Exército Brasileiro (REB).
- Livro de artes, retratando os feitos heróicos ocorridos na Guerra da Tríplice Aliança.
- Publicação eletrônica/livreto sobre os Patronos Militares – resgate dos feitos dos heróis que se destacaram na GTA.

Memorando de entendimento entre o Brasil e o Paraguai

Artigo 1º – Objetivo

Este Memorando de Entendimento tem por objetivo estabelecer os princípios gerais que orientarão as relações entre os Participantes, visando à preservação da

memória da Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870, orientados pelos princípios da igualdade e do interesse comum, em conformidade com as normas, os regulamentos, as legislações e as obrigações internacionais dos Estados Participantes.

Artigo 2º – Abrangência

Os trabalhos a serem realizados compreendem as ações destinadas à preservação da História nos seguintes domínios:

- a. arquivos documentais referentes à Guerra disponíveis no Brasil, no Paraguai e em outros países, a fim de que este material seja catalogado, restaurado, protegido e colocado à disposição para estudo e pesquisa;
- b. sítios históricos, com a execução das ações necessárias à identificação, revitalização e proteção dos locais onde ocorreram os principais episódios merecedores de registro; e
- c. meios e equipamentos militares, de uso individual e coletivo, que propiciem a construção do conhecimento e a preservação da memória.

Artigo 3º – Gestão

Os Participantes concordam em estabelecer um Subgrupo de Trabalho Cultural, no âmbito do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (GTBD), criado em Assunção, no dia 24 de agosto de 2006. Este subgrupo terá por finalidade identificar, coordenar e propor as atividades decorrentes do preconizado neste Memorando de Entendimento.

O Subgrupo de Trabalho Cultural será constituído por: representantes dos Ministérios da Defesa do Brasil e do Paraguai; duas Subcomissões: (i) de Cooperação Naval (SCN); e (ii) de Cooperação Terrestre (SCT); e, quando for o caso, por outras instituições ou profissionais que os Participantes julguem necessário, tais como especialistas e historiadores dos dois países.

As atribuições do Subgrupo de Trabalho Cultural incluem:

- a. aprovação dos projetos de interesse comum;

b. supervisão das atividades realizadas no âmbito do presente Memorando de Entendimento, resolvendo, caso necessário, as dificuldades existentes; e

c. cientificação dos Participantes a respeito das modificações do presente Memorando.

O local e a data para a realização das reuniões do Subgrupo de Trabalho Cultural serão definidos em comum acordo entre os Participantes, sem prejuízo de outros mecanismos bilaterais existentes.

Artigo 4º – Disposições Financeiras

O presente Memorando de Entendimento não cria, em si, nenhuma obrigação financeira. Caberá a cada Participante administrar as despesas decorrentes da sua participação nas atividades do Subgrupo de Trabalho Cultural.

A critério dos Participantes, poderá ser buscado patrocínio para as implementadas. Caso um dos Participantes opte pela obtenção do patrocínio, a outra parte deverá ser previamente consultada e aprovar o nome da entidade ou pessoa que proverá os recursos.

(Assunção, 4 de abril de 2016)

Da análise do conteúdo do Memorando de Entendimento, os seguintes resultados:

- A preservação da memória da GTA é muito importante, não somente para melhorar entendimentos sobre os fatos, mas, sobretudo, para coletar ensinamentos e direcionar ações futuras, que evitem repetições maléficas e melhorar cada vez mais o entendimento e a fraternidade dos povos.
- O seu objetivo está adequado à intenção dos participantes ao estabelecer o regímen que irá nortear os trabalhos a serem desenvolvidos para a preservação da me-

mória da Guerra da Tríplice Aliança.

- O universo dos trabalhos preconizado pelo memorando contempla os três principais vetores da produção histórica militar: documentos, sítios históricos e acervos bélicos tridimensionais.

Este historiador, representando o Comando do Exército Brasileiro na Subcomissão de Cooperação Terrestre, apresentou as seguintes propostas:

- (a) sentimos a falta do importante domínio relacionado à extensa bibliografia sobre a guerra existente nos dois países (guia das fontes), da prospecção arqueológica (na referência aos sítios históricos) bem como da fase inicial dos trabalhos, que corresponde ao seu levantamento;
- (b) igual lacuna é sentida no tocante a valores (patrióticos, morais, cívicos, éticos etc.), fatores motivacionais que impulsionam pessoas, agrupadas em nações, rumo a seus objetivos, concretizando sonhos, tornando-se heróis, chegando a sacrifícios extremos.

Quanto à gestão:

- (a) ao invés de se designar “Subgrupo de Trabalho Cultural”, nos parece mais pertinente “Subgrupo de Patrimônio Histórico e Documental”;
- (b) as Subcomissões de Cooperação Naval (SCN) e de Cooperação Terrestre (SCT) deverão trabalhar juntas com complementaridade e receberem assessoramento técnico de História Militar, arqueologia, arqueologia, museologia e biblioteconomia.

A Carta de Humaitá — compromisso assumido pelos representantes dos países participantes do II EIHOBGTA

Convencidos da importância do estudo, pesquisa, intercâmbio e divulgação da história dos nossos países e da preservação do patrimônio histórico e cultural da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, propuseram-se a:

- exortar membros dos governos do Mercosul a realizar esforços para investigação da história dos nossos países;
- promover o intercâmbio de dados históricos, arquivos e bibliografias em geral;
- colaborar na realização de pesquisas arqueológicas em sítios de interesse comum em nossos países;
- realizar um projeto da construção de monumentos históricos, de acordo com a magnitude dos feitos em honra dos heróis e protagonistas da guerra da Tríplice Aliança;
- fazer constar no calendário de eventos anuais a realização de reuniões semelhantes, com a finalidade de verificar o progresso das diferentes ações agendadas pelos membros e seus respectivos governos.

Considerações finais

As ideias aqui desenvolvidas apresentaram, de forma sumária, ações de cunho histórico-cultural em torno da preservação de símbolos, que ajudaram a construir as identidades nacionais do Brasil e do Paraguai.

Tomando por base Guilherme Frazão Conduru, no seu trabalho *Identidade Nacional e Patrimônio: a construção simbólica da nação* (2014), pode-se afirmar que:

- no processo de construção de referen-

ciais de identidade nacional, os recursos simbólicos utilizados vão do patrimônio material (edificações, monumentos, campos de batalha, acervos museológicos etc.) ao patrimônio intangível (História, celebrações, tradições, valores etc.);

- as ações de preservação desenvolvidas pelos agentes aqui citados, no sentido de construção de símbolos da nacionalidade, se caracterizaram como partes de uma política de preservação de bens culturais, materiais e intangíveis, tanto no Brasil quanto no Paraguai.

Aderindo aos termos propostos por Jérri Roberto Marin e Ana Paula Squinelo (2015), em trabalho publicado na *Revista Territórios & Fronteiras*, concluímos que as justificativas para “manter a memória da Guerra viva e estabelecer conexões entre o passado e o presente”, apoiam-se sobre as seguintes premissas e objetivos:

- a configuração e/ou consolidação de uma identidade nacional brasileira/paraguaia tem ligação com a Guerra do Paraguai;
- o intuito de implantar o turismo histórico, cultural e/ou militar como mecanismo de desenvolvimento regional, sobretudo nos municípios detentores de resquícios históricos, são meios de geração de emprego e renda;
- a rememoração dos episódios militares evitará seu esquecimento pelas novas gerações;
- a glorificação do papel do Exército no contexto da Guerra e na defesa da soberania nacional;
- o despertar do patriotismo e do culto aos heróis.

Os episódios militares ocorridos nos países beligerantes, como lugares de memória, possuem

grande potencial simbólico, sendo amplamente apropriados em nível nacional e regional. Essas apropriações justificam os inúmeros investimentos para rememorar, para tomba-los como patrimônio, para perpetuar os cultos aos heróis e para promover as festividades cívicas e patrióticas.

Rememorar é muito mais do que trazer o passado para o presente; trata-se de um instrumento para reavaliações, revisões, autoanálise, autoconhecimento, e é por esse caminho que a memória alcança a identidade, sendo fator chave

em sua (re)construção.³

Ocasões como as atuais comemorações dos 150 anos da GTA, a serem celebrados até 2020, oferecem oportunidades singulares para se repensar o país, suas mazelas, realizações e potencialidades. Planejadas com a antecedência necessária, com a participação da pluralidade dos segmentos diversos que integram a sociedade brasileira e paraguaia, poderão fortalecer a coesão social e, em cada cidadão, o sentimento de fazer parte da comunidade nacional. **REB**

Referências

Brasil. Ministério da Cultura. Programa Monumenta: Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

CONDURU, Guilherme Frazão. Identidade Nacional e Patrimônio: a construção simbólica da nação. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

MARIN, Jérri Roberto; SQUINELO, Ana Paula. Entre trilhas turísticas e marchas cívicas: as múltiplas apropriações da Retirada da Laguna em Mato Grosso do Sul. Revista Territórios & Fronteiras. Cuiabá, vol. 9, n. 2, jul.-dez, 2016.

NORA, Pierre. Les Lieux de Mémoire. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. Entre a memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, 1993. v. 10, p. 7-28.

SOUZA, Mariana Jantsch. A Memória como matéria-prima para uma Identidade: Apontamentos Teóricos acerca das noções de Memória e Identidade. Revista Graphos, vol. 16, nº 1, 2014 | UFPB.

SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha. Fronteiras: Revista de História, 2015.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ CONDURU, Guilherme Frazão. Identidade Nacional e Patrimônio: a construção simbólica da nação. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

² MARIN, Jérri Roberto; SQUINELO, Ana Paula. Entre trilhas turísticas e marchas cívicas: as múltiplas apropriações da Retirada da Laguna em Mato Grosso do Sul. Revista Territórios & Fronteiras. Cuiabá, vol. 9, n. 2, jul.-dez, 2016.

³ SOUZA, Mariana Jantsch. A Memória como matéria-prima para uma Identidade: Apontamentos Teóricos acerca das noções de Memória e Identidade. Revista Graphos, vol. 16, nº 1, 2014 | UFPB.

1864/1870 — uma tempestade na bacia do Prata

*Marcio Tadeu Bettega Bergo**

Introdução

Vivemos o sesquicentenário do maior conflito armado do continente sul-americano. Nesta rememoração dos 150 anos da guerra que opôs Brasil, Argentina e Uruguai ao Paraguai, um marco na história do continente, buscaremos entender as causas da guerra, colher ensinamentos e expor problemas atuais, que, se não receberem devida atenção, podem-se converter em fatores determinantes ou favoráveis ao surgimento de novos confrontos.

A abordagem desse complexo tema deve ser multifacetada, pois uma guerra envolve aspectos políticos (suas causas e objetivos), psicossociais (vontade, coragem, ânimo), econômicos (logística), ambientais (terreno, teatro de operações) e tecnológicos (produtos e serviços oferecidos e consumidos na campanha). Todos esses sistemas são interligados em alta sinergia.

O Cone Sul da América e a guerra

O Cone Sul da América vivia, à época, as “contradições platinas”, pleno processo de construção dos estados nacionais. Populações havia pouco separadas de potências coloniais,

Portugal e Espanha, herdaram destas as rivalidades, e o período constituiu mais uma etapa nas suas consolidações políticas. O conflito foi a ebulição de pressões acumuladas em face das diversas disputas internas e entre os próprios países ou, talvez melhor dizendo, “embriões de países”.

A região platina sofria influências de fatores vigentes no mundo na década de 1860, como conflitos em diversas partes, nos quais a guerra era o método principal de resolução. Em adição, propagavam-se ideias liberais, a era industrial demandava recursos naturais, cresciam ideologias sociais, como anarquismo e marxismo. O colonialismo ainda era pleno em várias partes, os armamentos recebiam inovações tecnológicas, vicejavam alianças e pactos secretos.

O Império do Brasil vivia o Segundo Reinado, consolidando sua unificação territorial e política. A população era majoritariamente rural, usufruindo quase nenhuma infraestrutura. Como regime de trabalho e “motor” da economia, a escravidão. País agrícola, monocultor, tinha a cana de açúcar como principal produto, porém com sinais da ascensão da lavoura cafeeira. Com incipiente crescimento econômico, assistia a um princípio

* Gen Bda R/1 (AMAN, Int/74), Chefe do CEPHiMex.

de construção de estradas de ferro e estabelecimento de empresas industriais, bancos e companhias de navegação.

A Argentina era uma república em unificação, recém-saída de um conflito entre Buenos Aires e “La Confederación”. Dirigida na realidade por elites oligárquicas, sua política se dividia entre liberais (unitários) e autonomistas (*federales*). O novo governo tencionava consolidar o estado centralizado, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos *blancos* uruguaios e pelo Paraguai. A economia girava em torno da criação de ovelhas (lã) e de gado.

O Uruguai se encontrava em guerra civil entre *blancos*, proprietários rurais, que eram contra o Brasil, e *colorados*, comerciantes liberais, a favor do Império. Após a unificação da Argentina em torno de Buenos Aires (que também dava suporte aos *colorados*), o governo paraguaio proclamou apoio aos *blancos*: qualquer intervenção, brasileira ou argentina, resultaria em guerra.

O Paraguai era um país isolado, agrícola e atrasado, que vivia sob um regime autoritário. A burguesia mercantil desejava uma república única, semelhante ao antigo Vice-Reinado do Prata. A navegação no rio Paraná somente foi liberada pela Confederação Argentina em 1852.

Quando Francisco Solano López assumiu o governo, pensou em tornar seu país uma potência regional, com acesso ao mar, por Montevidéu. Argumentando a defesa da independência uruguaia, firmou aliança com os *blancos* uruguaios e os *federales* argentinos. A intervenção brasileira em apoio aos *colorados*, que tomaram o governo Uruguaio em 1865, lhe deu o pretexto que buscava para se lançar a uma luta para a qual já se preparava havia algum tempo.

A guerra, então, eclodiu. Não era esperada nem desejada pelo nosso país; a vitória brasileira era pensada como rápida e poria fim ao litúrgio fronteiriço entre os dois países. Ela também eliminaria ameaças à livre navegação e permitiria depor Solano López.

O nosso Exército era pequeno, mal equipado e mal adestrado. O governo central nele pouco investia, dedicando-lhe poucos recursos, deixando mesmo de arcar com o fornecimento básico para seu funcionamento. O recrutamento era forçado, sendo que as praças provinham das classes mais baixas, constituindo-se em verdadeira escória social.

Em um processo de divisão do poder, a Guarda Nacional gozava de maior prestígio. Com recrutamento censitário (seus membros e clientes pertenciam às elites), era presença regional, sob a autoridade das oligarquias locais. Era auto financiada e recebia melhores recursos.

No esforço da guerra, foram criados os corpos de Voluntários da Pátria e verificados recrutamentos de escravos. O **Quadro 1** mostra o total de efetivos terrestres brasileiros que atuaram no conflito:

Em paralelo, a Armada Nacional (como era denominada a Marinha de Guerra, na época), era poderosa e mais moderna. Disponha de 42 navios e de 4.000 homens, bem treinados. Estava, em sua maioria, estacionada no rio da Prata, em consequência dos conflitos anteriores na região.

Exército	Voluntários da Pátria	Guarda Nacional	Recrutamento/ Escravos	SOMA
18.000	54.000	59.500	8.500	140.000

Quadro 1 – Quadro de efetivos terrestres brasileiros

Fonte: o autor

A campanha

O conflito aconteceu em regiões remotas, longe dos grandes centros, em completa ausência de infraestrutura e comunicações bastante precárias. O ambiente era extremamente inóspito, principalmente para os brasileiros provenientes de regiões de clima mais quente.

O apoio logístico era bastante difícil, demandando transporte, alimentação, alojamento, água (para consumo humano e animal, além de serviços como cozinha, limpeza etc.), fardamento, equipamentos, armamento, munição, saúde, coleta de mortos e sepultamento, entre muitas outras necessidades.

Uma peculiaridade da época era que as tropas marchavam acompanhadas por significativo contingente civil, como famílias (esposas e crianças), mulheres (que realizavam trabalhos variados e prestavam assistência), profissionais de saúde, comerciantes diversos etc. Os animais eram outra preocupação de vulto, exigindo cuidados, pastos, água, forragem (milho, alfafa) e medicamentos. Estes compreendiam cavalos (“ferramentas” de combate), muares (carga e

tração de veículos e canhões) e bovinos (conduzidos vivos, para serem abatidos e usados na alimentação).

As grandes “armas” foram a resignação, a sobriedade e o patriotismo. Era o ardor do Brasileiro a lutar pela sua pátria!

A rotina das operações impôs acampamentos de longa duração. Havia exploração dos recursos locais, pelas próprias forças, mais ou menos como nas guerras da antiguidade. Vegetais eram colhidos no local, inclusive com elevado consumo de frutos não amadurecidos. A água era proveniente dos rios e córregos, de fontes e de poços. Havia filtros improvisados, com lonas, ou utilizava-se o processo de decantação. Tudo isso acarretava um elevado número de doenças gastrointestinais.

O combustível principal era a lenha, captada nas matas. Quando possível, fazia-se o preparo de carvão vegetal, para substituir o mineral, que era importado. As necessidades fisiológicas eram satisfeitas no mato. Tudo acontecia sem grandes preocupações ambientais.

Considerável parcela dos artigos era entregue por fornecedores contratados, principal-



Figura 1 – Engenharia Brasileira na Tríplice Aliança: em ambiente inóspito, a construção de vias para o suprimento e movimentação das tropas

Fonte: acervo do CEPHiME

mente argentinos. Estes apresentavam um fluxo irregular, resultante das disponibilidades e da sua boa (ou má!) vontade. Os preços eram muito variáveis, decorrentes de fatores como distância, época do ano, local de entrega etc. Eram feitos afretamento de barcos e carretas (“comitivas”) e organização de tropas de cargueiros, com contratação de peões e condutores.

No afã logístico, a atuação da Marinha foi crucial: todo o transporte da Corte até o Prata era marítimo. Na região, os rios (Paraguai e Paraná) eram os eixos de suprimento, as embarcações se convertiam em transporte, depósitos e “bases”, os ancoradouros se configuravam em terminais de transferências para carretas.

Consequências

Um dos principais resultados dos conflitos armados — fora as perdas de vidas e os sofrimentos a que são submetidos tanto os combatentes

como as populações atingidas — é o elevado custo em materiais/serviços e em perdas por destruições patrimoniais.

A campanha da Tríplice Aliança custou caro, e quem “pagou a conta” foi o Império Brasileiro ou, em última instância, seu povo. Estima-se um gasto total de aproximadamente onze vezes o orçamento anual do Império, ou o dobro das receitas a cada ano. O resultado foi um brutal endividamento, coberto por meio de aumento nos impostos e de empréstimos.

Outras consequências fazem desse episódio um enorme campo de estudos e de coleta de ensinamentos. Ocorreu fortalecimento e maior prestígio do Exército e da Marinha, desencadeou-se o processo do fim da Guarda Nacional e se consolidaram a unificação e o sentimento de nacionalidade no âmbito da população brasileira. No campo político, desgaste do regime monárquico, com incremento do abolicionismo, e se verificou aumento na recepção de imigrantes. Confirmou-se a necessidade de integração do extremo Oeste, então isolado.

O Paraguai perdeu territórios para a Argentina e o Brasil. Paraguai e Uruguai foram consolidados como estados-tampões entre o Brasil e Argentina, que rivalizam no Prata.

Na Argentina, consolidou-se o estado centralizado. E nesse país se verificaram os maiores ganhos financeiros, pelos comerciantes que atuaram na guerra. Chegou-se a pilheriar, com a alcuinha “rio do Ouro” sendo aplicada ao rio da Prata.

Ensinamentos

Decorrem 150 anos daqueles tempos tempestuosos... e agora? Os desafios são portentosos: precisamos reduzir as desigualdades (em oportunidades, educação, emprego, ren-



Figura 2 – O cansaço do combatente
Fonte: desenho de Thales S. Pimenta

da), recuperar e modernizar a infraestrutura do país, buscar inovação e desenvolvimento científico-tecnológico, além de combater a corrupção e a impunidade. Há que se resgatar o orgulho nacional! É imprescindível, também, cooperar para a paz e o entendimento entre as nações, não se esquecendo, contudo, de fortalecer o poder militar, impossível sem adequada base industrial de defesa.

Se naquela época as causas das guerras eram disputas territoriais e desentendimentos políticos, o mundo atual não mudou muito, e o que não falta são fontes de conflitos! Os maiores obstáculos à paz se apresentam embutidos em nacionalismos atávicos, políticas extremistas, movimentos populistas e ações de organizações criminosas, além do terrorismo, dos conflitos urbanos de baixa intensidade e fluxos migratórios, frutos de miséria e pobreza. As nações sofrem com tensões sociais, étnicas e religiosas, temos mudanças climáticas, com previsível falta de água e alimentos, disputas por matérias-primas, crises de energia. Os recursos naturais são finitos e distribuídos desigualmente, sendo consumidos em escala superior à capacidade de o planeta se recuperar. O domínio de tecnologias de ponta é uma competição ferrenha, e os instrumentos de conexão, em especial a internet, fazem com que os ânimos se alternem e alterem em ondas rápidas e não sincronizadas. Completando o quadro, cada vez mais ocorrem ações bélicas estratégicas informatizadas. No mundo atual, os perigos têm propagação veloz, enorme amplitude geográfica e atuação em conjunto.

Quanto ao nosso espaço, o sul-americano, este segue cheio de incertezas. Há debilidades no processo de integração, a presente crise financeira traz, entre as principais consequências, elevado senso de autopreservação. A visão

nacional prevalece em detrimento da visão regional, notando-se certa postura ideológica nos organismos regionais. Ainda subsistem, mesmo que poucos, ranços do passado e ideias revan-chistas. Sofremos com debates ideológicos ultrapassados, má distribuição de renda e, finalmente, ameaças de catástrofes naturais.

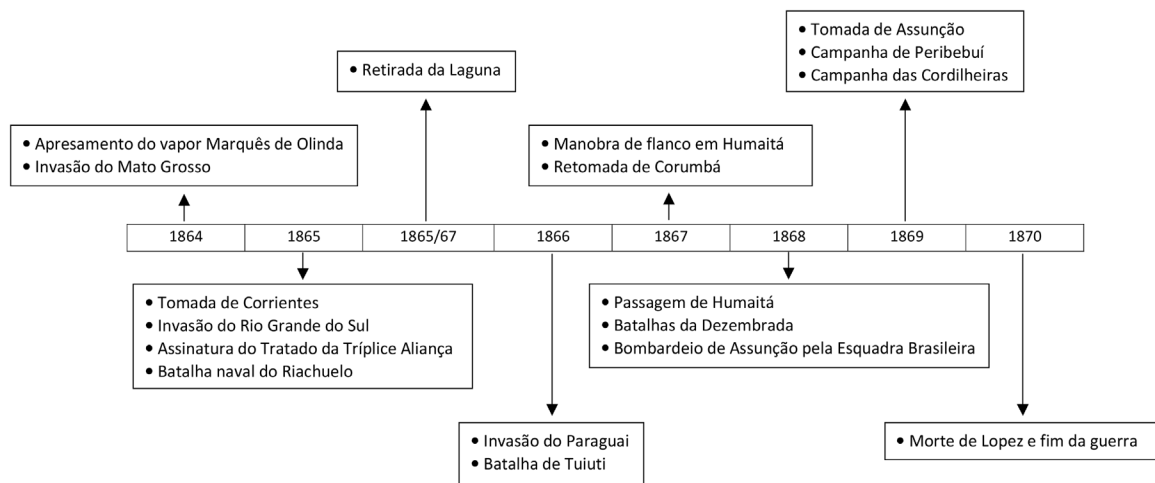
O Brasil prossegue com sua estratégia de cooperação, esperando-se, dos irmãos sul-americanos, posturas semelhantes e compatíveis, em um processo de salutar convivência, em busca de uma zona de paz sul-americana. Incentivamos mecanismos de consulta e confiança, com esforços conjuntos nos foros internacionais e diálogo para solução pacífica de conflitos.

As probabilidades maiores, nos dias atuais, não são de conflitos militares diretos. Dessa maneira, as ações objetivando a integração e o desenvolvimento regional podem ser enfatizadas no campo econômico, em especial com obras de infraestrutura e com incremento comercial.

Conclusão

O tema “guerra” é amplo e complexo, as medidas transitam por todos os campos do poder, em especial os da política e da economia. Se, no âmbito interno, desejamos tranquilidade e bem-estar geral, com desenvolvimento e segurança, externamente almejamos inserção internacional, com respeito mútuo e harmonia entre as nações.

Assim, temos uma longa caminhada adiante, afastando conflitos e animosidades. Somos povos felizardos, abençoados pela natureza, detentores de um território magnífico e dadivoso. Temos de protegê-lo e fazê-lo nos proporcionar felicidade, a nós e aos nossos descendentes. As fronteiras com nossos



Quadro 2 – Cronologia dos principais acontecimentos da Campanha

Fonte: o autor

vizinhos devem ser espaços de confraternização e de trocas comerciais benéficas a todos. Queremos pontes e vias que nos liguem e não muros ou cercas que nos mantenham apartados!

Contudo, para se conquistar e manter a paz é necessário preparo para a guerra. Além estudá-la profundamente, há que se investir permanentemente em aperfeiçoamento de pessoas e no desenvolvimento de meios materiais. Forças de Defesa (aí se incluindo as For-

ças Armadas, as polícias e demais entidades de segurança) são garantia de paz e segurança, são instrumentos de dissuasão e de prevenção. Elas não se improvisam, devem ser mantidas aprestadas e motivadas. Corolário ancestral dita que “Um exército pode passar um século sem ser empregado; mas não pode ficar um dia sem estar preparado”.

Como diziam os antigos romanos, “*si vis pacem, para bellum*” – “se queres a paz, prepara-te para a guerra”. **REB**

Referências

BERGO, Marcio T. Bettega. **Explicando a Guerra**. Polemologia: O Estudo dos Conflitos, das Crises e das Guerras. Rio de Janeiro: DECEX/CEPHiMEx, 2013.

_____. **A Guerra da Tríplice Aliança - 1864/1870 - Contextualização: antecedentes, operações, consequências e ensinamentos - Anais do VII Encontro Internacional de História Sobre as Operações Bélicas na Guerra da Tríplice Aliança**, Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2015, p. 131-149.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO



JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. **Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.**





Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**

www.bibliex.eb.mil.br

ISSN 0101-7184

